



REPÚBLICA DE CABO VERDE
Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos

PROMEAF

Plano Estratégico para a Educação

(Versão Zero)

Praia, Fevereiro de 2003

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| 1. METODOLOGIA | 3 |
| 2. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO VIGENTE | 6 |
| 3. QUESTÕES E PROBLEMAS DO SISTEMA EDUCATIVO | 8 |
| 4. ORIENTAÇÕES PARA DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA EDUCATIVA | 10 |
| 5. PEQUENA INFÂNCIA | 15 |
| 5.1 APRECIÇÃO DA SITUAÇÃO NACIONAL | 15 |
| 5.2 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA PEQUENA INFÂNCIA | 17 |
| 5.3 CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR | 21 |
| 5.3.1 Acesso à Educação Pré-Escolar e progressão no sistema... .. | 22 |
| 5.4 CONSTRANGIMENTOS EXISTENTES AO NÍVEL DA PEQUENA INFÂNCIA . | 23 |
| 5.5 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A PEQUENA INFÂNCIA | 30 |
| 5.5.1 PRINCÍPIOS ORIENTADORES..... | 31 |
| 5.5.2 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS | 33 |
| 5.6 MEDIDAS DE POLÍTICA..... | 35 |
| 5.7 PLANO DE ACÇÃO NO ÂMBITO DA PEQUENA INFÂNCIA E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR | 36 |
| 6. ENSINO BÁSICO | 39 |
| 6.1 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO NO ENSINO BÁSICO | 39 |
| 6.2 PERCEÇÃO DOS DIFERENTES ACTORES SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL DO ENSINO BÁSICO..... | 44 |
| 6.3 VISÃO PROSPECTIVA SOBRE O ENSINO BÁSICO..... | 46 |
| 6.3.1 Cenários possíveis para desenvolvimento do EBI | 46 |
| 6.3.2 Visão dos diferentes actores sobre o futuro do EBI..... | 48 |
| 6.4 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O ENSINO BÁSICO | 50 |
| 6.4.1 Princípios Orientadores | 51 |
| 6.4.2 Objectivos Estratégicos | 52 |
| 6.4.3 Medidas de Política | 52 |
| 6.4.4 Plano de Acção para o Ensino Básico..... | 54 |
| 7. ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS | 61 |
| 7.1 CARACTERIZAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS | 62 |
| 7.2 PERCEÇÃO DOS DIFERENTES ACTORES SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL DA ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS | 64 |
| 7.3 VISÃO PROSPECTIVA SOBRE A EDUCAÇÃO DE ADULTOS..... | 65 |
| 7.4 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A EDUCAÇÃO DE ADULTOS..... | 68 |
| 7.5 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS..... | 70 |
| 7.6 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS | 71 |
| 7.7 MEDIDAS DE POLÍTICA | 72 |
| 7.8 PLANO DE ACÇÃO NO ÂMBITO DA ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS..... | 73 |

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

| | |
|--|-----|
| 8. ENSINO SECUNDÁRIO..... | 78 |
| 8.1 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO | 78 |
| 8.2 AMBIENTE PEDAGÓGICO NO ES..... | 80 |
| 8.3 QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE | 82 |
| 8.4 PERCEÇÃO DOS DIFERENTES ACTORES SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL DO ENSINO SECUNDÁRIO..... | 83 |
| 8.5 VISÃO PROSPECTIVA SOBRE O ENSINO SECUNDÁRIO..... | 88 |
| 8.5.1 Cenários possíveis para desenvolvimento do ES | 88 |
| 8.5.2 Visão dos diferentes actores sobre o futuro ES | 90 |
| 8.6 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O ENSINO SECUNDÁRIO..... | 92 |
| 8.6.1 Princípios Orientadores | 93 |
| 8.6.2 Objectivos Estratégicos | 98 |
| 8.6.3 Medidas de Política | 99 |
| 8.6.4 Plano de Acção no âmbito do Ensino Secundário..... | 101 |
| 9. ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA..... | 105 |
| 9.1 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR | 105 |
| 9.2 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO | 108 |
| 9.3 MEDIDAS ADOPTADAS PARA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA | 109 |
| 9.4 OPINIÃO DOS DIFERENTES ACTORES SOBRE A CRIAÇÃO DE UM MODELO INSTITUCIONAL PARA O ENSINO SUPERIOR..... | 110 |
| 9.5 VISÃO PROSPECTIVA SOBRE O ENSINO SUPERIOR..... | 113 |
| 9.6 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA..... | 117 |
| 9.6.1 Proposta de Modelo Organizacional para a UCV | 119 |
| 9.6.2 Estratégia Possível para Implementação do Modelo de Ensino Superior..... | 120 |
| 9.6.3 Estratégia Possível para Implementação da UCV..... | 122 |
| 9.7 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS | 123 |
| 9.8 MEDIDAS DE POLÍTICA A NÍVEL GOVERNAMENTAL..... | 123 |
| 9.8.1 Medidas de Política a nível dos Estabelecimentos de Ensino..... | 124 |
| 9.9 PLANO DE ACÇÃO NO ÂMBITO DO ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA..... | 125 |
| 10. MODALIDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO | 130 |

1. METODOLOGIA

O nosso conhecimento sobre o provir é ainda muito limitado. No mundo da ignorância, o futuro acontece simplesmente. Nas actividades científicas e de investigação, o futuro é uma exaltante construção que mobiliza vontades, energias e recursos.

Qualquer expectativa ou visão sobre o futuro só é possível delinear no presente. Nele se geram e esmorecem iniciativas e acções que poderão vir a influenciar as condições de existência no futuro. O presente é, pois, o cadinho das transformações que se pretendem desenvolver no futuro.

Na actividade de planeamento as análises prospectivas são a forma mais adequada para se analisar o tempo presente e perspectivar o futuro tendo em atenção os constrangimentos e as potencialidades existentes. Este método pretende detectar as tendências pesadas da evolução recente, observando os comportamentos institucionais e as suas interacções, as regras e sistemas que se tornam obsoletos e as perspectivas que se apresentam.

A prospectiva, baseando-se no estudo da evolução recente das instituições e das organizações, assimila os quadros de referência existentes, para neles se poderem provocar alterações significativas que permitam a mudança dessas instituições e organizações. Esta análise não é, pois, uma atitude neutra face à realidade existente. Ela exige uma tomada de posição consciente e activa dos cidadãos no traçar do seu futuro a médio e longo prazo.

A elaboração de cenários múltiplos e de futuros possíveis corresponde à assunção de comportamentos proactivos, antecipativos face ao futuro que urge assimilar nos processos de formação e elaboração das políticas públicas.

As grandes mutações económicas e tecnológicas da última metade do século XX, as lutas de libertação e a independência das colónias, provocaram um recrudescimento do interesse pelas análises acerca do futuro.

Apesar destas análises terem sido bastante condicionadas pelas tradições culturais e pelas conjunturas nacionais, a interrogação sobre o futuro passou a preocupar o sentido da identidade de cada povo. Hoje não se concebe a identidade nacional sem a existência de projectos que aglutinem as esperanças e os anseios de toda a população.

Nas sociedades contemporâneas as análises prospectivas podem ser encaradas para cumprir duas grandes funções:

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

- contribuir para o processo de tomada de decisões;
- mobilizar os recursos para se poderem atingir os objectivos desejados.

Pela complexidade das relações sociais, a prática prospectiva tem-se tornado numa actividade de carácter interdisciplinar e transdisciplinar, sendo hoje um método essencial para qualquer reflexão sobre a sociedade contemporânea e o seu futuro.

As grandes transformações operadas nos últimos 30 anos, relacionam-se com:

- a globalização da economia;
- a criação de riqueza associada à criação de novos serviços;
- o desenvolvimento de processos intensivos em formação e conhecimento;
- a relevância dos mecanismos de difusão e circulação dos conhecimentos;
- a importância do espaço territorial em termos estratégicos, económicos e culturais.

Estas grandes transformações, tem produzido incertezas, conflitos, e desequilíbrios, concluindo-se que estamos hoje rodeados de problemas, de desafios, de ameaças e de oportunidades que será necessário resolver, debelar e explorar.

São numerosos os desafios de natureza económica, organizacional e cultural, aumentam as ameaças de crescente exclusão social – incluindo o aumento da pobreza e da iliteracia – regista-se uma constante degradação do meio ambiente e aprofundam-se as desigualdades no acesso à educação.

Trata-se do desenvolvimento ou do atraso da humanidade que qualquer estudo sobre o sector da educação não poderá deixar de equacionar.

Para se estruturar uma visão para o futuro da educação, a prospectiva tem necessidade de instrumentos de representação que possam influenciar e orientar os membros da comunidade.

O método da elaboração de cenários revela-se, neste contexto, um excelente instrumento de comunicação com esses membros, pois permite uma visualização sequencial e globalizante dos acontecimentos prováveis.

Pelas suas características, este método é muitas vezes considerado como o esqueleto do processo de reflexão prospectiva. Estes estudos costumam enquadrar, consoante as áreas e objectivos a atingir,

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

trabalhos, análises e programas de investigação que utilizam uma gama muito variada de formas de representar o futuro. Será o tipo e o horizonte a atingir que condicionam os meios a ser utilizados.

No Plano Estratégico para a Educação o estudo prospectivo estruturou-se em dois eixos fundamentais:

1. um primeiro, de natureza vertical, constituído pela análise dos principais indicadores que caracterizam as tendências de evolução dos diferentes níveis do sistema educativo e das suas projecções para os próximos 10 anos (Documento 3 de Preparação do Plano Estratégico – “Evolução do Sistema Educativo” - Vol. I, II, e III);
2. Um segundo eixo, de natureza horizontal, constituído por um conjunto de grupos de reflexão, tendo a seu cargo temas de análise contextual, de avaliação dos constrangimentos existentes, do papel dos diferentes actores e da visão estratégica para o sector (Documento 4 de Preparação do Plano Estratégico – “Auscultação sobre o Sistema Educativo”).

Estes grandes eixos da análise prospectiva possibilitaram a elaboração do Documento 6 – “Orientações para os Planos Estratégicos a nível Concelhio” que analisa a situação, por nível de ensino, em cada concelho e apresenta sugestões para prováveis cenários para a educação nos próximos 10 anos.

Com o presente documento pretende-se delinear, a nível nacional, um Plano Estratégico que possa merecer a concordância e o empenhamento de largos sectores de opinião, permitindo a definição das principais orientações estratégicas e das acções a empreender no sector educativo durante a sua vigência.

Este Plano Estratégico de âmbito nacional deverá poder servir de faro para a elaboração e concretização de planos sectoriais a nível concelhio.

2. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO VIGENTE

O sistema educativo, de acordo com a Lei de Bases (Lei nº103/III/90 de 29 de Dezembro), compreende os subsistemas de educação pré-escolar, de educação escolar e de educação extra-escolar, complementados com actividades de animação cultural e desporto escolar numa perspectiva de integração.

A educação pré-escolar visa uma formação complementar ou supletiva das responsabilidades educativas da família, sendo a rede deste subsistema essencialmente da iniciativa das autarquias, de instituições oficiais e de entidades de direito privado, cabendo ao Estado fomentar e apoiar tais iniciativas de acordo com as possibilidades existentes.

A educação escolar abrange o ensino básico, secundário, médio, superior e modalidades especiais de ensino.

O ensino básico com um total de seis anos de escolaridade é organizado em três fases, cada uma das quais com dois anos de duração. A primeira fase abrange actividades com finalidade propedêutica e de iniciação, a segunda fase é de formação geral, visando a terceira fase o alargamento e o aprofundamento dos conteúdos em ordem a elevar o nível de instrução.

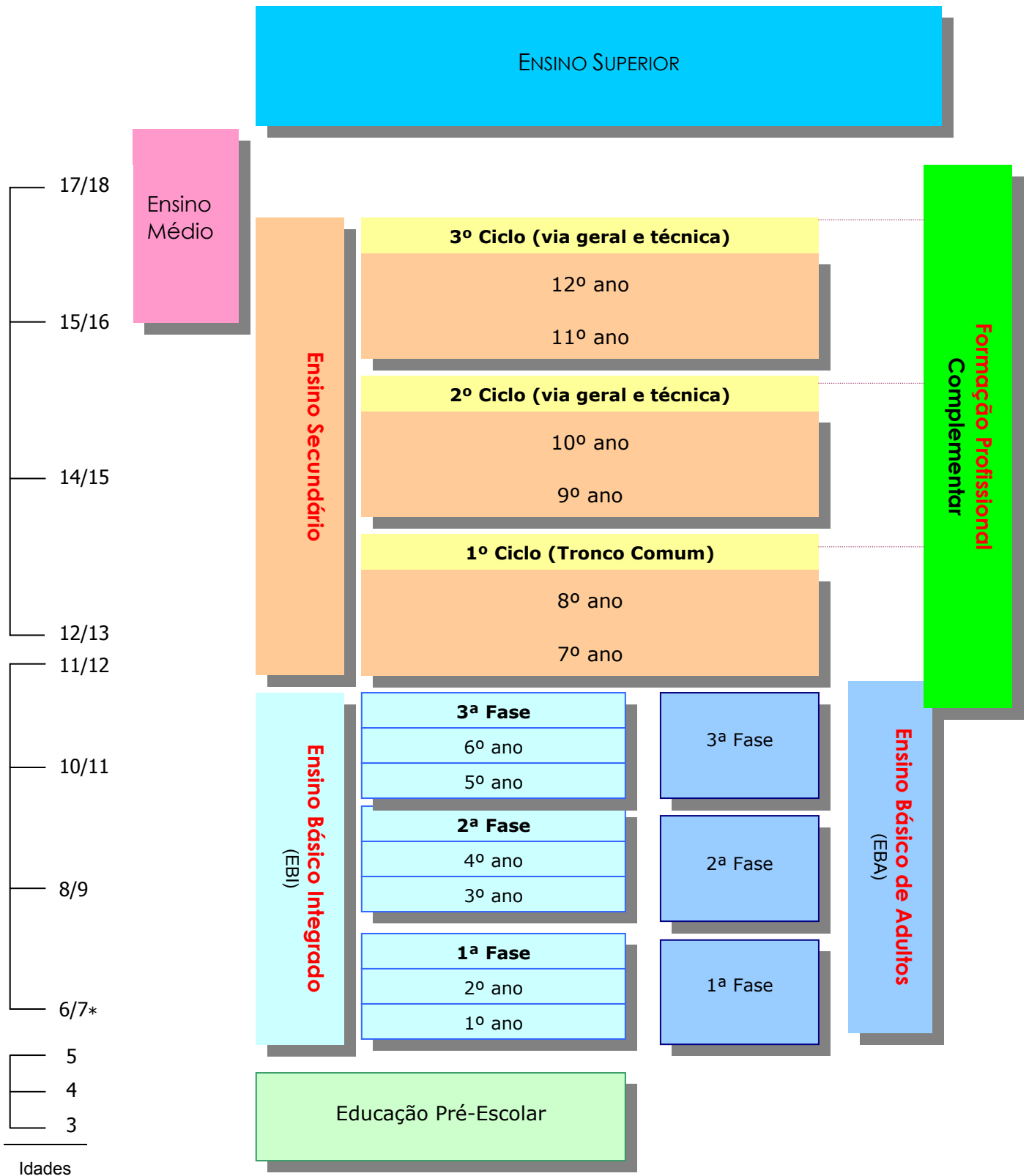
O ensino secundário destina-se a possibilitar a aquisição das bases científico tecnológicas e culturais necessárias ao prosseguimento de estudos e ao ingresso na vida activa e, em particular, permite pelas vias técnicas e artísticas a aquisição de qualificações profissionais para a inserção no mercado de trabalho. Este nível de ensino tem a duração de seis anos, organizando-se em 3 ciclos de 2 anos cada: um 1º ciclo ou Tronco Comum; um 2º ciclo com uma via geral e uma via técnica; um 3º ciclo de especialização, quer para a via geral, quer para a via técnica.

O ensino médio tem natureza profissionalizante, visando a formação de quadros médios em domínios específicos do conhecimento.

O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico visando assegurar uma preparação científica, cultural e técnica, de nível superior que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomente o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

ORGANOGRAMA DO SISTEMA EDUCATIVO CABO-VERDIANO 2000/01



Elaboração: GEP-SIGE/PROMEAF

* Os alunos que frequentaram os dois últimos anos do Pré-Escolar podem matricular-se no EBI, desde que completem 6 anos de idade até 31 de Dezembro do ano de matrícula. Os que não frequentaram aquele nível, só podem matricular-se no EBI com 7 anos.

A educação extra-escolar desenvolve-se em dois níveis: a educação básica de adultos que abrange a alfabetização, a pós-alfabetização e outras acções de educação permanente, tendo como objectivo a elevação do nível cultural; a aprendizagem e as acções de formação profissional, orientadas para a capacitação e para o exercício de uma profissão.

A Lei de Bases prevê ainda modalidades especiais de ensino, relacionadas com a educação especial, a educação para crianças sobredotadas; e o ensino a distância.

3. QUESTÕES E PROBLEMAS DO SISTEMA EDUCATIVO

O sistema educativo vigente caracteriza-se por um crescimento acentuado da sua população, provocando insuficiências que não tem sido superadas, ao mesmo tempo que aumentam os efeitos negativos relacionados com a fraqueza institucional. Algumas iniciativas dispendiosas e sub-avaliadas em termos de custos, vêm exercendo grandes pressões sobre o orçamento, particularmente no momento em que a ajuda pública ao sector tende a diminuir. Esta situação recoloca com grande premência o problema do **financiamento do sistema e da sua sustentabilidade**. A procura de um maior equilíbrio entre as expectativas sociais e os objectivos do sistema, por um lado, e as limitações orçamentais decorrentes da situação económica do país, por outro lado, constitui, seguramente, o desafio maior da sociedade cabo-verdiana no domínio da educação/formação e da sua sustentabilidade para os próximos tempos.

Num contexto de fragilidade institucional, de constrangimentos financeiros estruturais, de forte pressão social, de incapacidade de implementação de medidas/realizações em sintonia com a expansão quase descontrolada do sistema, resultante da urgência em se atender à elevada procura do sistema de ensino e de formação, criou vários pontos de tensão e de ruptura, particularmente a nível do ensino secundário e da formação de quadros no exterior (o problema das bolsas de estudo). Reconhece-se por isso que o sistema educativo padece de inúmeras insuficiências e enfrenta dificuldades e constrangimentos estruturais com efeitos negativos evidentes sobre a qualidade, a equidade geográfica e social no acesso e a pertinência socioeconómica da educação destacando-se, sobretudo, os constrangimentos que seguidamente se descrevem.

1. Ao nível da **educação pré-escolar**, para além de se registarem desigualdades sociais e geográficas notórias, o nível de qualificação das monitoras e das orientadoras e os materiais didácticos disponíveis é bastante insatisfatório. De registar que apenas 5% dos agentes educativos têm formação suficiente e adequada. O deficiente

enquadramento e acompanhamento da educação pré-escolar contribui para a fraca eficiência do sistema, condicionando a preparação para o ensino básico.

2. No **ensino básico** constata-se, a existência de elevadas taxas de repetência, sobretudo, no final da 1ª fase, razão pela qual o insucesso escolar médio no ensino básico situa-se na ordem dos 12%. Persiste ainda uma grande percentagem de professores sem qualificação para leccionar do 1º ao 6º ano e uma distribuição geográfica desigual do pessoal docente com qualificações adequadas (77% em S. Vicente contrastando com taxas inferiores a 12% nos concelhos de Tarrafal, S. Miguel e Mosteiros). Convém ainda realçar que não foram implementadas as acções de formação para os coordenadores pedagógicos e que a formação para os gestores de pólo continua muito deficitária.

As assimetrias existentes na qualidade da oferta educativa são também motivadas, quer pela existência de salas alugadas ou cedidas sem o mínimo de condições, quer pela existência de um grande número de turmas compostas para as quais não existem metodologias adequadas, quer ainda, pela colocação, nas zonas de difícil acesso, de docentes sem qualificação. A eficácia do ensino básico é limitada, sobretudo, devido à falta de formação adequada de muitos professores em exercício e pelo facto de se utilizarem metodologias, para o ensino da Língua Portuguesa e da Matemática, inadequadas ao contexto cultural e sociolinguístico dos alunos.

As escolas e os pólos educativos carecem de maior autonomia. A sua gestão, não fomenta nem facilita o intercâmbio de experiências com outras escolas e com o meio em que estão inseridas, não promove a procura de soluções inovadoras, nem proporciona uma participação efectiva dos pais e encarregados de educação na gestão escolar. Constata-se um certo divorcio escola/comunidade e alguma agressividade com o meio escolar.

3. No **ensino secundário** assistiu-se, nos últimos anos, ao crescimento acentuado das frequências, o que não tem sido correspondido por idêntico crescimento nas áreas de formação de professores, adequação curricular, elaboração de materiais de apoio pedagógico e equipamentos e construções escolares. O ensino é essencialmente teórico, com poucas actividades experimentais não facilitando o ingresso na vida activa de forma satisfatória. A via de **ensino técnico** continua desprestigiada, sem a concretização das “formações complementares profissionalizantes” e sem ligação ao sistema de formação profissional e à realidade empresarial.

4. O **sistema de formação profissional** ainda não conseguiu estruturar-se de forma a dar resposta à procura social e às grandes

necessidades da economia em termos de mão de obra qualificada. Não obstante os projectos e intervenções avulsas levadas a cabo nos domínios da formação profissional, da aprendizagem e da ocupação de jovens, persistem ainda indefinições e vazios organizacionais que nos impedem de falar com propriedade de um verdadeiro sistema de formação profissional. As ambiguidades sobre o papel do sector privado e público, o vazio jurídico e a ausência de um quadro pedagógico e enquadrador minimamente coerente, são alguns aspectos da situação da formação profissional.

5. Ao nível do **ensino superior** assiste-se a uma crescente procura por parte dos alunos que terminam o 12º ano de escolaridade. O número de vagas e de bolsas para o exterior tende a diminuir enquanto aumentam os recursos internos, apesar de ainda não se terem encontrado soluções para o desenvolvimento sustentado das instituições nacionais. Os cursos existentes nem sempre correspondem às reais necessidades do desenvolvimento económico e social, e as actividades de investigação científica são inexpressivas. Continua por organizar e regulamentar o funcionamento da Universidade de Cabo Verde.

6. A **formação de quadros docentes** tem estado fundamentalmente ligada às necessidades do Ensino Básico – Instituto Pedagógico (IP), e às áreas disciplinares do Ensino Secundário – Instituto Superior de Educação (ISE). Os ramos da Educação Pré-Escolar, da Alfabetização e Educação de Adultos, do Ensino Especial e do Ensino Técnico têm sido relegados para segundo plano, por falta de meios e recursos humanos. Será necessário efectuar uma programação mais adequada às necessidades do sistema educativo, reestruturando os cursos existentes e aumentando a oferta formativa com novas modalidades e em novas instituições.

4. ORIENTAÇÕES PARA DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA EDUCATIVA

Cabo Verde tem vindo a desenvolver um conjunto de **instrumentos de planeamento**, quer a nível macroeconómico quer a nível do sector da educação que consubstanciam as linhas de orientação estratégica que o país se propõe seguir no médio/longo prazo. Assim, o Plano Nacional de Desenvolvimento recentemente aprovado (para o período 2003-2005), e o Plano Nacional de Acção de Educação para Todos (2003-2010), constituem a principal referência do actual Plano Estratégico que visa enquadrar as medidas de política indispensáveis ao desenvolvimento e à expansão do sistema educativo.

A elaboração dos referidos planos teve em atenção as grandes orientações estratégicas que são retomadas e desenvolvidas no âmbito do Plano Estratégico que os integra, assumindo todas as transformações

observadas na última década, e a importância atribuída às expectativas que a sociedade cabo-verdiana deposita na instrução e na educação.

Ultrapassando as metas e o âmbito dos dois planos anteriormente referidos, o Plano Estratégico deverá promover grandes transformações no sector educativo, numa perspectiva de adequação do sistema de ensino às necessidades do desenvolvimento, que poderão, em termos de linhas de orientação estratégica, assumir a forma de reformas ou de ajustamentos a medidas anteriormente prosseguidas.

Neste exercício de reequacionamento da educação, uma atenção especial será acordada à questão das **assimetrias territoriais** que, se não forem geridas convenientemente poderão provocar fracturas profundas no tecido social e cultural nacional. Por outro lado, o processo de planeamento do desenvolvimento do sistema educativo assume definitivamente a **variável demográfica** como elemento estruturante, de forma a evitar a situação paradoxal de sobre-programação dos recursos educativos que coexistem com situações de sub-programação desses mesmos recursos.

Além disso, os progressos já alcançados pela sociedade cabo-verdiana no domínio social, cultural, educativo, político e económico, tornam agora mais premente a necessidade de Cabo Verde se adaptar e integrar nas transformações sociais, económicas e políticas impostas pelo processo de globalização. Este processo impõe condições de competitividade muito exigentes, condiciona o sistema educativo na procura de uma orientação estratégica no sentido de reflectir tais mutações, absorvendo e respondendo de forma coerente, criativa e inovadora, aos desafios que lhe são colocados. Tal implica o reequacionamento das práticas recentes e o estabelecimento de estratégias alternativas e **parcerias reforçadas entre o Estado, o sector privado e a sociedade civil**, para a melhoria da qualidade, da eficiência, da equidade e da pertinência da educação/formação.

É justamente neste campo que se apresentam os **grandes desafios** para todo o sector educativo, exigindo-se o aprofundamento das reformas, a alteração ou a afirmação de claras orientações estratégicas e uma maior unidade de princípios para se conseguir um desenvolvimento equilibrado e sustentável para todo o sistema.

A revisão da **Lei de Bases do Sistema Educativo** será uma necessidade a concretizar no âmbito do Plano Estratégico, para que as orientações que vierem a ser definidas; ao nível da Pequena Infância; do alargamento da Escolaridade Obrigatória; da reformulação das estruturas curriculares do Ensino Secundário; da reestruturação do Ensino Técnico e sua integração com a Formação Profissional; da consolidação e expansão da Educação de Adultos; do reforço, regionalização e desenvolvimento do Ensino Superior e Investigação Científica; da modernização e

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

regulamentação de todo o Sistema Educativo; possam enquadrar-se numa base legal ajustada aos grandes princípios que deverão orientar a política educativa nos próximos 10 anos.

Nos capítulos posteriores considera-se que os grandes princípios orientadores da política educativa deverão ser sempre definidos em função da **missão** que se pretende para a educação nesta primeira década do século XXI:

- Responder com eficiência à procura social da educação;
- Salvar a equidade e a diminuição das disparidades sociais e geográficas no acesso à educação;
- Desenvolver a educação a todos os níveis como estratégia incontornável da luta contra a pobreza;
- Promover a elevação contínua dos níveis de conhecimento e de escolaridade;
- Contribuir para que a educação seja um factor de coesão nacional e de reforço da democracia;
- Reforçar os valores relacionados com a democracia, a paz, a solidariedade e a justiça social;
- Promover uma nova postura face ao trabalho, à poupança, ao investimento e à iniciativa económica;
- Contribuir para a preservação e reconstrução da identidade cultural e nacional;
- Proporcionar uma adequada integração de Cabo Verde no mundo através do conhecimento e do domínio das línguas vivas.

Partindo destes pressupostos e tendo em conta a presente conjuntura económica e sociopolítica, as grandes **linhas de orientação estratégica** para este Plano centram-se:

- i. Na consolidação e desenvolvimento dos diferentes níveis educativos;
- ii. Na melhoria da qualidade e eficiência do sistema;
- iii. No fortalecimento dos valores culturais e cívicos;
- iv. Na modernização, regulamentação e adequação do sistema educativo;
- v. Na transformação da educação como factor de progresso social e de combate à pobreza;
- vi. No desenvolvimento de parcerias para a gestão e sustentabilidade das instituições;

1. A **Consolidação e o desenvolvimento dos diferentes níveis educativos**, estando relacionados com a abrangência da cobertura educativa e com a qualidade e utilização racional dos recursos humanos, deverão poder concretizar-se mediante as seguintes premissas:

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

- i. Expansão programada da rede escolar em função de metas a atingir em cada um dos níveis de ensino;
- ii. Reabilitação e manutenção preventiva do parque escolar;
- iii. Apetrechamento adequado das instituições educativas;
- iv. Regulamentação e implementação dos estatutos e das carreiras profissionais de todos os quadros da educação;
- v. Reorganização e dinamização da formação inicial, em exercício e contínua de professores, com a utilização de modelos diversificados de formação presencial e a distancia, tendo em atenção a experiência e os resultados já conseguidos.

2. A **Melhoria da Qualidade Educativa**, baseada no aumento da eficiência, eficácia e equidade do sistema educativo, será alcançada através das seguintes medidas de política:

- i. Reformulação do enquadramento e do acompanhamento da Educação Pré-Escolar;
- ii. Priorização da qualidade do ensino obrigatório, focalizando-se os esforços nos processos e nos resultados da aprendizagem;
- iii. Reanálise da estratégia relativa ao ensino secundário geral, ensino técnico e formação profissional, de forma a assegurar uma ligação ao mercado de emprego mais eficiente e adequada às necessidades do desenvolvimento;
- iv. Redefinição dos objectivos e das estratégias de educação de adultos melhorando a sua prestação e alargando o âmbito da sua acção;
- v. Aprofundamento da reflexão sobre o ensino superior, a fim de se poderem elaborar e concretizar planos de acção que garantam maior eficácia e melhor adequação às necessidades do processo de desenvolvimento de Cabo Verde.

3. O **Fortalecimento dos Valores Culturais e Cívicos** será prosseguido através:

- i. Do reforço nos currículos e nas práticas pedagógicas do ensino básico e do ensino secundário, dos valores relacionados com a cidadania, a democracia, o trabalho, e a solidariedade;
- ii. Da criação de condições para que possam ser debatidos e implementados nas escolas, temas específicos relacionados com a segurança o bem estar e o ambiente;
- iii. Da promoção, criação e difusão nas escolas, da cultura e da arte cabo-verdiana;
- iv. Do desenvolvimento de projectos educativos para salvaguarda da saúde e dinamização do desporto escolar.

4. A **Modernização e adequação do Sistema Educativo** implica democratizar, racionalizar e diversificar os Serviços e Estruturas que o enquadram e dirigem. Para tal será necessário:

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

- i. Adequar as estruturas organizativas à realidade socioeconómica;
- ii. Controlar e regular a expansão do sistema face às prioridades adoptadas e às características dos níveis e tipos de ensino/formação;
- iii. Definir incentivos e regras para a progressão nas carreiras profissionais em função do mérito, da formação adquirida e das zonas de colocação;
- iv. Reforçar e dinamizar novas modalidades de ensino e aprendizagem;
- v. Estabelecer e fortalecer redes de informação, comunicação e divulgação;

5. A **Transformação da Educação** como factor de progresso social e de combate à pobreza implica dotar os Serviços de Acção Social Escolar de uma melhor capacidade de resposta numa base sustentável, através da aplicação de critérios de discriminação positiva que visem a compensação social e educativa dos alunos económica e socialmente carênciados. Para o efeito será necessário:

- i. Reforçar os programas de Acção Social Escolar ao nível das cantinas escolares, dos transportes, residências, materiais didácticos, subsídios financeiros e da saúde escolar;
- ii. Estabelecer uma melhor coordenação com os Serviços Centrais e Regionais do ME.

6. A **Gestão e sustentabilidade das Instituições** deverá basear-se na organização de parcerias que possibilitem:

- i. Promover a participação social na definição e execução das políticas educativas;
- ii. Adaptar o sistema institucional e modernizar os serviços educativos;
- iii. Descentralizar e desconcentrar a educação nos seus diversos níveis;
- iv. Priorizar e redistribuir os recursos financeiros afectos à educação com maior domínio dos custos de funcionamento e de investimento;
- v. Capacitar os recursos humanos responsáveis pela gestão;
- vi. Dinamizar parcerias com todos os sectores sociais e reforçar a cooperação internacional.

Note-se que as linhas de orientação estratégica que acabam de ser descritas têm, sobretudo, um corte transversal relativamente à perspectiva sectorial do sistema educativo. Na verdade, os sub-programas da Educação que integram este Plano Estratégico assumem, na prática, uma abordagem "sectorial" (por níveis de ensino) por razões que se prendem com a própria estrutura administrativa e de gestão.

5. PEQUENA INFÂNCIA

5.1 APRECIÇÃO DA SITUAÇÃO NACIONAL

Cabo Verde vem acompanhando o movimento internacional de consciencialização sobre os efeitos benéficos de uma educação precoce, conforme comprovam actividades levadas a cabo, tendo como destinatários as crianças, no quadro de programas de intervenção social da iniciativa de departamentos governamentais e organizações diversas da sociedade civil.

O efeito dessas actividades traduz-se em avanços conseguidos em áreas como a Saúde e a Educação, que colocam Cabo Verde numa posição bastante confortável em relação a um grande número de países da região em que está inserido.

Em consonância com a importância que as instâncias internacionais vêm concedendo às crianças, Cabo Verde realizou em 1995 um Encontro Nacional da Política Social para a Infância e a Adolescência, tendo sido nele aprovada a Declaração Nacional, com a adesão das principais autoridades do país.

Em 1998, é aprovado o Relatório Inicial sobre o estado de aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC).

A Constituição da República (revista em 1999) consagra uma importância primordial à criança, integrando no seu corpo os princípios contidos na CDC. De entre os diplomas aprovados convém realçar o Código de Família, o Código de Menores e as alterações ao Código do Processo Civil e ao Código Penal;

Não obstante os progressos registados, vários problemas persistem ainda, por razões várias, das quais destacamos:

- i) a pobreza estrutural do País que afecta cerca de 30% da população;
- ii) a ausência de uma política específica para o sector;
- iii) a inexistência de uma estrutura coordenadora para a pequena infância;
- iv) a falta de articulação entre as instituições;
- v) o baixo nível de instrução de muitas famílias que contribui para agravar a situação da criança;

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

- vi) fenómenos sociais recentes como a violência, aplicada nas suas diversas formas contra a mulher e a criança (abusos físicos, sexuais e psicológicos), constituem práticas comuns a todas as sociedades, independentemente do seu estágio de desenvolvimento e de cultura, tendo repercussões graves no desenvolvimento da criança e dos seus direitos;
- vii) os problemas decorrentes do HIV/SIDA, que provocam enormes custos económicos e sociais, contribuindo para o crescimento da mortalidade infantil, do aumento do número de órfãos e afectando também o futuro da criança;
- viii) a insuficiência de mecanismos para a aplicação e controlo das disposições legais existentes.

A Mesa Redonda sobre a “Pequena Infância” organizada pela Associação dos Municípios de Santo Antão, por iniciativa do seu Presidente, em colaboração com o Ministério da Educação e com a UNICEF, constituiu um marco importante na abordagem desta problemática, em termos conceptuais, metodológicos e operacionais, fornecendo subsídios importantes para o actual Plano Estratégico.

Naquela reunião, foram analisadas as grandes questões estratégicas e propostos planos de acção específicos para as diferentes faixas etárias, com base numa visão multisectorial e multidisciplinar da análise dos problemas, facilitando desta forma, a interiorização de uma abordagem integrada para a Pequena Infância tendo como referencial « A Convenção dos Direitos da Criança»

A Mesa Redonda teve o mérito de chamar a atenção para as vantagens de se adoptar uma metodologia que possa conduzir ao desenvolvimento integrado da criança, respeitando as necessidades específicas das diferentes etapas do seu desenvolvimento, através de uma acção coordenada, tanto a nível conceptual, como operacional, dos diferentes intervenientes no processo.

Tal como acontece num grande número de países da região, em Cabo Verde ainda prevalece a situação de se identificar a Pequena Infância com o período da pré-escolarização, continuando a tónica a ser posta na faixa etária dos 4 - 6 anos, e em particular, sobre o ano precedente à entrada na escola primária. As actividades de *despertar*, para a faixa etária dos 0 aos 3 anos, não têm figurado nos planos nacionais de educação, organizados de acordo com os diferentes níveis de ensino que integram o sistema educativo.

5.2 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA PEQUENA INFÂNCIA

O facto da “Pequena Infância” se identificar normalmente com o período da pré-escolarização, explica de certo modo, a visão reducionista e a dispersão das diferentes intervenções, sem a coordenação desejável, quer a nível institucional, quer a nível dos programas de intervenção.

Na realidade, o desenvolvimento das 3 etapas que caracterizam a Pequena Infância processa-se de forma desarticulada, tanto em termos de políticas, como na definição dos níveis de responsabilidade, na formação dos recursos humanos e no aproveitamento dos serviços básicos existentes ou previstos.

A inexistência de uma visão holística da criança constitui um forte constrangimento à eficácia das acções, a um maior envolvimento dos diferentes parceiros e a um maior e melhor aproveitamento dos recursos.

Várias intervenções têm sido realizadas a nível governamental com o apoio de organismos internacionais, organizações não governamentais, e associações comunitárias, a favor da pequena infância, no sentido de se procurar satisfação para as necessidades básicas, em função da faixa etária. O facto das intervenções terem geralmente carácter sectorial e não envolverem a criança na totalidade das suas necessidades e direitos, conduziram a um certo desfasamento entre resultados e investimentos, traduzido na persistência de problemas de certa acuidade em domínios importantes da vida da criança.

De acordo com as políticas até agora seguidas o papel da família deverá ser preponderante nos cuidados a dispensar às crianças para a sua sobrevivência e para o seu harmonioso desenvolvimento.

No entanto, as condições específicas da sociedade cabo-verdiana, conduzem a uma situação de ausência da família, simultaneamente moral e física, por razões de vária ordem: pobreza estrutural, baixo nível de conhecimentos, famílias monoparentais, famílias difíceis (álcool, droga, violência, abuso sexual), qualidade deficiente da comunicação entre a família e os profissionais dos diferentes serviços sociais, alteração profunda das normas familiares tradicionais...

De acordo com um estudo epidemiológico sobre a saúde (Ministério da Saúde/UNICEF:1996, vol.I), dois terços das crianças não são cuidadas pela mães e nas famílias menos favorecidas 25% de entre elas ficam sob a guarda de irmãos mais velhos.

O estudo indica que em apenas 57% dos casos, as mães das crianças estudadas viviam com o pai da criança. Esta situação afecta o desenvolvimento da criança em todas as vertentes.

A vertente protecção é assegurada, em princípio, pelas disposições legais existentes, mas por insuficiente regulamentação e falta de mecanismos que propiciem a sua aplicação, existe uma tendência para o aumento de casos de violência, de abusos sexuais e exploração do trabalho infantil que, com alguma frequência, permanecem impunes.

A resolução de muitos destes problemas tem registado alguns progressos graças às diversas disposições legais, tais como, o Código de Menores, os dispositivos sobre a educação especial contidos na Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei de Bases para os Portadores de Deficiência. De relevar iniciativas levadas a cabo a nível institucional, a nível das comunidades e das organizações não governamentais com o objectivo de minorar os problemas das crianças da rua, de atender casos de crianças portadoras de deficiência e ainda casos de crianças em situação de risco.

A este propósito é de realçar o papel importante que os órgãos de comunicação social têm vindo a assumir, não apenas na sensibilização e informação dos problemas ligados à criança, na divulgação da Convenção dos Direitos da Criança, como também, na denúncia de casos de violência contra as crianças.

Para a faixa etária dos 0 aos 3 anos a vertente sobrevivência tem sido privilegiada através, de uma rede de estruturas de saúde em todos os concelhos e ilhas, que garante a prestação dos cuidados básicos e a vigilância periódica do crescimento no primeiro ano de vida. A cobertura vacinal atinge valores satisfatórios, embora tenha sofrido uma redução que tende a ser compensada através de campanhas recentemente levadas a cabo.

Os resultados são expressos nalguns indicadores, tais como: a taxa de mortalidade infantil que sofreu uma forte redução entre 1990 e 1999, passando de 42 óbitos por mil para 29,1; a mortalidade materna sofreu, durante o mesmo período, uma redução de 105 por cem mil para 34,7.

No que diz respeito ao desabrochar de potencialidades constata-se que existem poucas instituições que possam cuidar do desenvolvimento das crianças pertencentes à faixa etária dos 0 aos 3 anos de idade.

Segundo dados do Ministério da Educação, apenas 673 crianças com menos de 3 anos, ou seja, 2,8% de todas as crianças, eram atendidas em creches privadas localizadas nos meios urbanos. Isto explica-se, em parte, por factores de ordem cultural e económica, sendo habitual as crianças serem cuidadas por familiares e/ou vizinhos. É muito comum que crianças desta faixa etária estejam sob os cuidados de outras

crianças, um pouco mais velhas, dada a inexistência de estruturas de acolhimento. Tal facto tem efeitos altamente negativos, tanto na saúde como na nutrição, para além das situações de risco que poderão originar.

As condições do País não favorecem, a curto prazo, a criação de uma rede de creches nos moldes tradicionais. No entanto, várias alternativas poderão ser analisadas para minorar os efeitos deste problema: a formação de amas, aproveitando, em certos casos, as respectivas residências; a implementação de um sistema de equipas móveis de jovens devidamente enquadrados; o apoio às famílias beneficiando das disponibilidades de programas e projectos levados a cabo por diversas instituições.

Na faixa etária dos 3–6 anos, a dimensão desenvolvimento é privilegiada em detrimento da dimensão sobrevivência, que é praticamente negligenciada, por razões várias das quais importa ressaltar:

- i) o afastamento das crianças dos centros de saúde terminado o calendário de vacinação;
- ii) o não envolvimento da família e da comunidade por falta de conhecimentos e de informação;
- iii) a falta de coordenação entre os serviços de Saúde e os da Educação.

A dimensão despertar/desenvolvimento é assegurada através de uma rede de jardins infantis que basicamente obedecem a três modelos:

- i) o modelo assistencial, prosseguindo sobretudo objectivos sociais e preocupado com a resposta às necessidades das famílias e das crianças;
- ii) o modelo educacional, centrado nas crianças, prosseguindo objectivos educacionais, de desenvolvimento e de preparação para a escolaridade futura;
- iii) o modelo misto que procura associar os objectivos sociais e educacionais.

Esta distinção é de certa forma artificial, por depender essencialmente das condições da oferta e não de propósitos previamente definidos, até por que na fase de vida correspondente á educação pré-escolar, há uma estreita ligação entre, por um lado, as necessidades e o bem-estar das crianças e, por outro, as necessidades e o bem-estar das famílias.

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Nas condições de Cabo Verde a educação pré-escolar deve ser uma resposta simultaneamente social e educativa dependendo a melhoria da sua qualidade e credibilidade da complementaridade e coexistência dessas duas vertentes.

Num grande número de jardins infantis a componente pedagógica é negligenciada ou não atinge os níveis desejados por razões várias das quais importa realçar:

- i) a indefinição existente ao nível das responsabilidades e competências das diferentes organizações intervenientes no sistema, situação esta que leva a que cada interveniente actue de forma indiscriminada, por falta de orientações pedagógicas e de normas claras de funcionamento;
- ii) a falta de diálogo entre o Poder Central e o Poder Local para um melhor entendimento sobre a educação pré-escolar;
- iii) o crescimento da rede física dos JI sem obedecer aos requisitos mínimos de funcionalidade, nomeadamente em termos de estrutura física, condições de higiene e saneamento;
- iv) a escassez de recursos humanos qualificados;
- v) a localização de jardins, ignorando as reais necessidades da comunidade, o que conduz, com alguma frequência, à situação de sub-aproveitamento das estruturas;
- vi) a coordenação insuficiente, resultando numa situação de certa forma caótica em termos pedagógicos e de resultados;
- vii) a insuficiência de recursos financeiros e materiais para acompanhar e controlar as condições de funcionamento dos JI;
- viii) a falta de condições materiais e financeiras para o adequado funcionamento das estruturas descentralizadas de coordenação do pré escolar;
- ix) o desfasamento entre as necessidades em quadros e o perfil dos quadros formados;
- x) a inexistência de uma carreira profissional para os trabalhadores do pré-escolar.

5.3 CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A Educação Pré-Escolar caracterizava-se em 2000/01 por possuir uma rede de Jardins de Infância disseminada por todos os concelhos do país enquadrando cerca de 19800 crianças. A maioria destas crianças pertencia ao grupo etário dos [4-5] anos, atingindo-se uma taxa de cobertura, para as crianças com 4 anos, de 70,5%.

A gestão da Educação Pré-Escolar era efectuada, para a grande maioria das instituições, pelas Câmaras Municipais (55%do total), pela OMCV (16%), pelas organizações religiosas (11%) e pelas entidades privadas (7,5%). As restantes entidades, como as ONG's, o ICS e a Cruz Vermelha geriam apenas 10,5% do total dos Jardins de Infância.

Nos últimos anos, o sector tem sofrido alguma instabilidade com o termo da ajuda ao pré-escolar por parte de algumas ONG's e organizações de cooperação, passando a gestão de um grande número de jardins de infância para a alçada das Câmaras Municipais sem que para tanto tivessem sido tomadas as necessárias medidas de apoio.

No Quadro 5.3, apresenta-se um resumo da situação existente, a nível nacional, realçando-se a situação precária do corpo de agentes educativos que não possui, na sua esmagadora maioria, habilitações adequadas para este nível educativo.

Quadro 5.3 – Principais Indicadores da Educação Pré-Escolar a nível nacional (2000/01)

| | |
|---|-------|
| 1. Cobertura Educativa | |
| 1.1 Efectivos | 19801 |
| 1.2 Agentes Educativos | 799 |
| 1.3 Jardins de Infância | 384 |
| 1.4 Espaços ocupados | 636 |
| 2. Taxas da Educação Pré-Escolar | |
| 2.1 Taxa de Cobertura (3-5) anos | 55,1% |
| 2.2 Taxa de Cobertura com 5 anos | 63,8% |
| 2.3 Taxa de Cobertura com 4 anos | 70,5% |
| 3. Utilização dos Recursos Educativos | |
| 3.1 Rácio Aluno/Educador | 25 |
| 3.2 Rácio Aluno/Sala | 31 |
| 4. Caracterização dos Agentes Educativos | |
| 4.1 Distribuição por sexos: | |
| - Feminino | 98,0% |
| - Masculino | 2,0% |
| 4.2 Distribuição por categorias: | |
| - Educadoras | 0,5% |
| - Monitoras | 6,5% |
| - Orientadoras | 93,0% |

5.3.1 Acesso à Educação Pré-Escolar e progressão no sistema

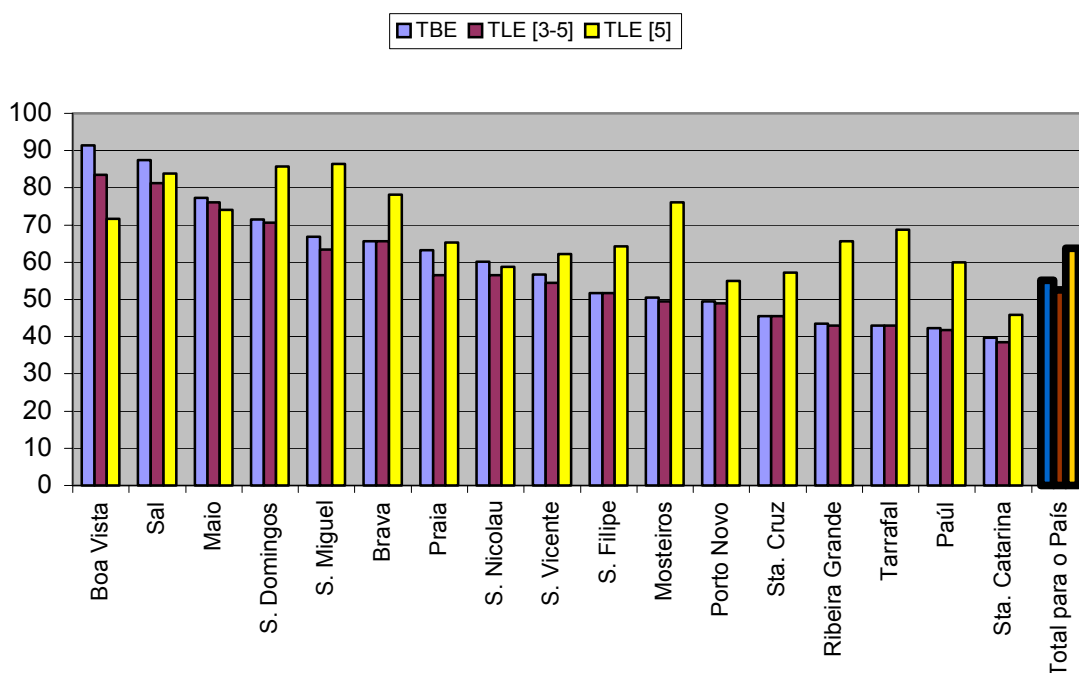
As frequências deste nível educativo estão relacionadas com a população que habita em cada um dos concelhos. Nos dois maiores concelhos urbanos do país os seus Jardins de Infância eram frequentados por cerca de 39% do total de inscritos do pré-escolar.

A distribuição por sexo era bastante equitativa em todos os concelhos registando-se a nível nacional, para o sexo feminino, uma taxa de 50,7% em relação ao total de inscritos.

Se para o total do país as taxas brutas e líquidas de cobertura apresentavam valores quase idênticos (entre os 52,5% e os 55,1%), assinalavam-se, no entanto, algumas disparidades importantes ao nível dos concelhos.

Para o grupo etário dos [3-5] anos a *taxa líquida de cobertura* situava-se acima dos 70% nos concelhos de Boa Vista, Sal, Maio e S. Domingos. No pólo oposto, esta taxa que bem caracteriza a cobertura do sistema, não chegava a atingir valores de 50% na maioria dos concelhos do interior de Santiago (Santa Catarina, Tarrafal e Santa Cruz), nos concelhos de Santo Antão (Paul, Ribeira Grande e Porto Novo) e ainda no concelho dos Mosteiros na ilha do Fogo.

Gráfico 5.3.1 - Taxas de Cobertura

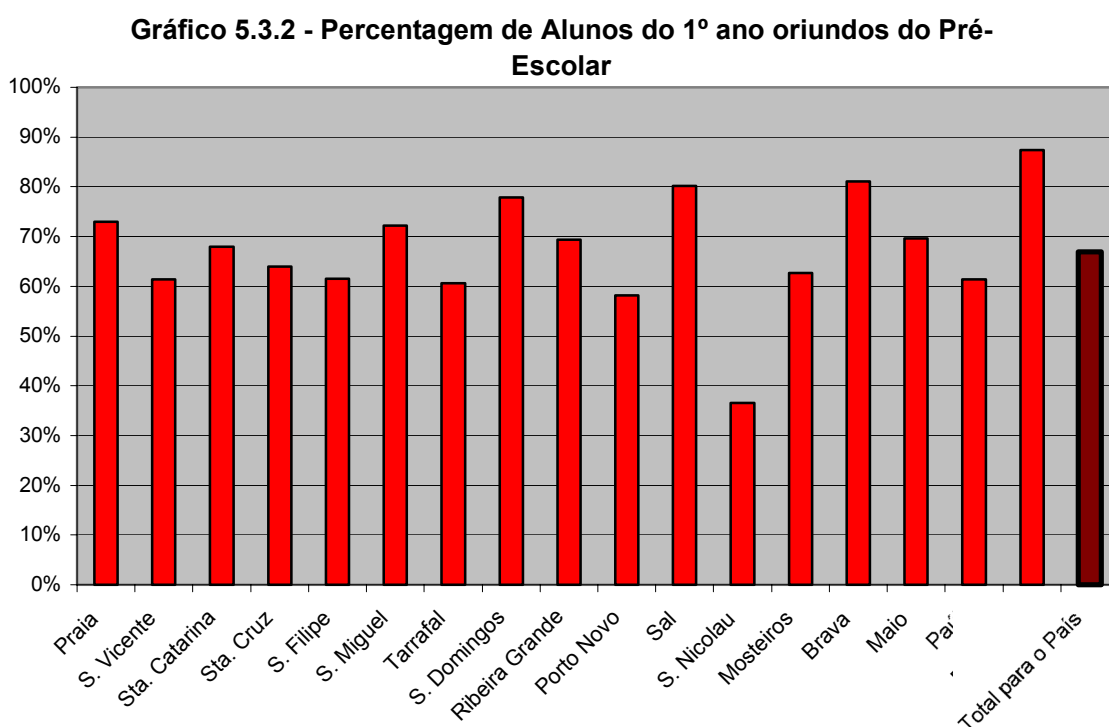


No Gráfico 5.3.1 apresenta-se esta distribuição, quer para as *taxas brutas (TBE)*, quer para as *taxas líquidas (TLE)*.

De referir que nos concelhos de S. Miguel, S. Domingos, Brava, Mosteiros, Tarrafal, e Ribeira Grande, as *taxas líquidas de cobertura* para a idade de [5] anos eram superiores à média nacional e, por vezes, muito superiores às taxas de escolarização para o respectivo concelho.

A possibilidade de ingresso no EBI com 6 anos desde que os alunos tenham frequentado o pré-escolar, poderá ser uma das justificações para esta situação.

Ao analisarmos a percentagem de alunos do 1º ano do EBI oriundos do Pré-Escolar verificava-se, em 2000/01, que os referidos concelhos (excepção para Tarrafal e Mosteiros) conseguiam ombrear com os da Boa Vista, Sal, Maio e Praia que possuíam os melhores indicadores no acesso à Educação Pré-Escolar.



5.4 CONSTRANGIMENTOS EXISTENTES AO NÍVEL DA PEQUENA INFÂNCIA

A faixa etária dos 6 - 8 anos que corresponde à primeira fase do ensino básico, constitui um período de adaptação, seja para as crianças que saíram do pré-escolar, para reforço dos seus conhecimentos, seja para as que não tiveram essa oportunidade e que beneficiando de acções integradas, poderão usufruir de maiores possibilidades de sucesso.

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Corresponde a um período de muita importância na vida da criança por ser uma fase de aquisição e consolidação de conhecimentos, de hábitos e de valores, mas de transição brusca, principalmente para aqueles que não frequentaram o ensino pré-escolar. Se em termos quantitativos os objectivos da educação para todos foram atingidos, ao nível da qualidade e do acesso registam-se ainda disfuncionamentos e assimetrias dos quais importa destacar:

- A desarticulação entre o pré-escolar e o ensino básico evidenciada por uma mudança brusca de conteúdos, de metodologias, de posturas e até do ambiente físico;
- A discrepância no que concerne à idade de ingresso no EBI – 6 anos para as crianças que frequentaram o pré-escolar e 7 anos para as outras que não tiveram essa possibilidade;
- A insuficiente qualificação dos docentes e a concentração dos professores mais qualificados nos meios urbanos;
- O problema da utilização da língua portuguesa, como língua primeira o que poderá estar na base, em certa medida, de algum insucesso escolar;
- A utilização de metodologias, muitas vezes, não propiciadoras do desenvolvimento da criatividade e da participação da criança;
- Sistema demasiado centralizador, não favorecendo o papel da escola como centro de comunicação e de adopção de comportamentos mais favoráveis sobre os direitos, o género, a saúde e a higiene;

Para este grupo etário não há praticamente acções programadas no tocante à saúde, incidindo as acções essencialmente no apoio às cantinas escolares e no controlo sanitário das cozinheiras.

Existe um índice bastante elevado de anemias e de outras doenças, na sequência do que se constata na faixa etária anterior. A reintrodução de uma refeição quente nas escolas do ensino básico tem contribuído para a melhoria do estado nutricional das crianças, e para a diminuição do abandono escolar.

Ainda no sector da saúde, há que referir as doenças de pele que afectam as crianças desta idade, associadas muitas vezes à falta de água para a higiene pessoal e à situação deficitária do saneamento. Um outro problema que merece ser destacado diz respeito à saúde dentária, visto que nesta fase é preciso inculcar hábitos de higiene e acompanhar as mudanças que se processam nessas idades que, eventualmente, poderão ser acompanhadas de alguns riscos.

Em relação à protecção importa referir especialmente as seguintes situações:

- Riscos de acidentes, pelo que a escola, tem um papel importante, não apenas no aspecto preventivo, veiculando as informações necessárias, como na prestação dos primeiros socorros, o que implica poder dispor dos conhecimentos e recursos adequados.
- Trabalho infantil no campo ou em casa o que poderá constituir um risco para a saúde, um obstáculo ao sucesso escolar e favorecer a reprodução de comportamentos estereotipados a partir da divisão de tarefas, de acordo com o sexo.
- Crianças sem registo que deverão ser aceites na escola, devendo esta accionar os mecanismos próprios para a legalização da situação.
- Prática de violência física, de abusos sexuais, violência psicológica, que tem de ser combatida através de acção concertada a nível individual e institucional.

Os factores explicativos dos problemas que afectam a condição da criança cabo-verdiana, em particular na vertente desenvolvimento, são múltiplos, sendo de realçar:

- i) a situação socioeconómica da maioria dos agregados familiares;
- ii) a inexistência de uma política global para a pequena infância e para a educação pré-escolar;
- iii) a inexistência de um organismo coordenador da pequena infância;
- iv) a indefinição sobre as competências do ME, das Câmaras Municipais e dos restantes parceiros da educação pré-escolar;
- v) a deficiente qualidade, por insuficiência de recursos, falta de pessoal qualificado, inadequação dos espaços físicos;
- vi) a carência de normas regulamentares da abertura e funcionamento dos jardins;
- vii) a deficiente animação comunitária, relativamente à importância dos cuidados a dispensar às crianças;
- viii) a insuficiente regulamentação das disposições legais referentes a menores e de mecanismos eficazes para a sua aplicabilidade;
- ix) a falta de estruturas de acolhimento para as crianças cujas famílias não reúnem condições para lhes dispensar os cuidados requeridos;

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

- x) o deficiente fluxo de informação com destino às famílias sobre questões importantes relativas aos direitos das crianças, à saúde e nutrição, ao saneamento, à divulgação dos cuidados prestados pelos diferentes serviços e respectiva forma de acesso.

Por razões de carácter organizacional, a Pequena Infância, entre nós, está circunscrita aos dois primeiros ciclos, uma vez que a faixa etária dos 6 aos 8 anos se integra no ensino básico que apresenta problemas específicos. Assim, a nossa análise fica limitada aos dois primeiros ciclos da pequena infância, isto é, às faixas etárias dos 0 aos 3 anos e dos 4 aos 5 anos

Referente a estes dois ciclos, a organização das estruturas de intervenção/acolhimento correspondentes às necessidades fundamentais da criança, realiza-se sem interligações entre si, ou com articulação muito ténue, conforme pretende evidenciar o quadro seguinte:

Quadro 5.4 - Estruturas de intervenção

| Faixa etária | Dimensões | | | | Área prioritária |
|--------------|----------------------|---|--------------------------------|---|------------------------|
| | <i>Sobrevivência</i> | <i>Desenvolvimento</i> | <i>Protecção</i> | <i>Nutrição e Higiene</i> | |
| 0 - 3 anos | M.Saúde Família | Família; Inst. / Org. ; Privados | Família; M. Justiça; ICM | Família; Inst. / Org. ; Privados | Saúde |
| | Família M.Saúde | Estruturas P-E : CM; OMCV: ICS; CVCV; Org. Rel. Família; | Família; M. Justiça; ICM | Família; Inst. / Org. ; Estruturas P-E | |
| 3- 6anos | Família M.Saúde | Estruturas P-E : CM; OMCV: ICS; CVCV; Org. Rel. Família; | Família; M. Justiça; ICM | Família; Inst. / Org. ; Estruturas P-E | Desenvolvimento |

Nos Quadros 5.4.1 e 5.4.2 apresentam-se de forma sintética os pontos fracos e fortes que caracterizam a situação da Pequena Infância, evidenciando-se algumas fragilidades inerentes às condições específicas da sociedade cabo-verdiana e algumas potencialidades que poderão vir a causar repercussões positivas nas faixas etárias em apreço.

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Quadro 5.4.1

| Pontos Fracos | | | | | |
|----------------------|--|---|----------------|---|---|
| Pontos comuns | Saúde/nutrição | Protecção | Higiene | Desenvolvimento | |
| | Casos frequentes de doenças infecciosas, consequência das insuficientes condições de saneamento básico e qualidade da água e de hábitos culturais. | Crianças sob os cuidados de outras crianças um pouco mais velhas, com todos os riscos inerentes. | | Fraco nível de higiene individual, familiar e comunitária. | Fraca capacidade das famílias de acompanhar o desenvolvimento cognitivo afectivo e físico das crianças. |
| | Fraco controle do crescimento /desenvolvimento, terminado o calendário da vacinação. | Situação de crianças órfãos, órfãos de sida e de outras situações, sem as necessárias condições de acolhimento. | | A situação no que diz respeito ao acesso à água potável e a estruturas básicas de saneamento, caracterizada por grandes desequilíbrios regionais. | Insuficiência quantitativa e qualitativa das estruturas físicas. |
| | Prevalência de carências nutricionais. | Indícios de práticas de violência contra a criança, | | | Assimetrias sociais e de qualidade das estruturas de acolhimento |
| | Deteccção tardia de crianças portadoras de deficiência. | Problemas de não registo das crianças, | | | Fraqueza do acompanhamento e da avaliação. |
| | | Paternidade irresponsável. | | | |
| | | Insuficiente seguimento dos casos de adopção | | | |
| | | Insuficientes mecanismos para a aplicação das disposições legais referentes a menores. | | | |

Quadro 5.4.1 (continuação)

| Pontos Fracos específicos | | | | |
|----------------------------------|---|--|---|--|
| | Saúde/ nutrição | Protecção | Higiene | Desenvolvimento |
| Faixa etária 0-3anos | Diminuição da cobertura vacinal; | | | Dimensão negligenciada, salvo casos pontuais, cobrindo apenas 11% das crianças, dos centros urbanos. |
| | Baixa taxa de aleitamento materno; | | | |
| | Carências nutricionais das mães. | | | |
| Faixa etária 3-5noa | Não existência de um programa específico para esta faixa etária; | Insuficientes condições existentes nos jardins infantis; | Insuficientes condições sanitárias de grande parte dos jardins de infância. | Ausência de uma política para o pré-escolar; Assimetrias sociais no acesso à educação pré-escolar; Fraca qualidade: agentes educativos, rede física, equipamentos, métodos e metodologias, currícula |
| | Frequência de doenças de pele relacionadas com problemas de falta de higiene; | Insuficiente preparação dos monitores e orientadores | | |
| | Prevalência de carências nutricionais. | | | |

Conclui-se da análise dos quadros que o atendimento de crianças menores de quatro anos se revela muito limitado, e que a cobertura dos

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

jardins infantis atinge um número significativo de crianças, situando-se os grandes problemas na qualidade e nos desequilíbrios no acesso.

Em compensação, a dimensão saúde é privilegiada nos menores de 3 anos, enquanto que na faixa correspondente à pré-escolarização, não é contemplada de forma sistemática nem beneficia de programas específicos.

Estas duas dimensões, saúde e educação constituem os pontos fortes (conforme evidencia o Quadro 5.4.2), das faixas etárias dos 0-3 anos e dos 4-5 anos, respectivamente, o que permitirá retirar benefícios das respectivas vantagens comparativas, para um melhor aproveitamento dos recursos, através de uma maior articulação interinstitucional e intersectorial.

Quadro 5.4.2

| Pontos Fortes | | |
|----------------------------------|--|--|
| | Saúde/ nutrição | Desenvolvimento |
| Faixa etária dos 0-3 anos | Rede de estruturas de saúde em todos os concelhos e ilhas, que garante a prestação dos cuidados básicos e a vigilância periódica do crescimento no primeiro ano de vida. | |
| | Valores satisfatórios da cobertura vacinal. | |
| Faixa etária dos 4-5 anos | Extensão do projecto PAM aos Jardins Infantis. | Rede de cobertura dos jardins à volta dos 60%, abrangendo um total de 19.801 em 2000/01 com paridade entre os géneros. |

Conjugando os dados disponíveis em vários estudos sobre a situação da criança cabo-verdiana, é possível equacionar os problemas prioritários, a partir da identificação das ameaças e oportunidades que se apresentam conforme evidencia o quadro 5.4.3

Quadro 5.4.3

| Ameaças | Oportunidades |
|---|---|
| Pobreza estrutural; | Disposições legais avançadas; |
| Desestruturação e disfunções familiares; | Ratificação das principais convenções relativas às crianças; |
| Baixo nível de conhecimentos e de informação; | Mobilização e envolvimento de instituições da sociedade civil para as questões relacionadas com os direitos das crianças; |
| Hábitos culturais inadequados; | Ambiente internacional favorável a uma cooperação dinâmica nesta área; |
| Situação da mulher e gravidez precoce; | Descentralização e papel crescente dos municípios |
| Êxodo rural; | Possibilidades de utilização das novas tecnologias de comunicação e de informação; |
| Desemprego; | Parcerias estratégicas aproveitando as oportunidades de geminação ao nível dos municípios; |
| Fenómenos sociais recentes: HIV/SIDA, violência e exploração sexual, droga. | Participação das comunidades emigradas Dinamismo sector privado. |

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Quadro 5.4.4

| Problemas | Linhas gerais para o desenvolvimento da pequena infância |
|--|---|
| 1. Fragilidade das políticas | <p>Definição de uma política para a pequena infância e para o pré-escolar :</p> <ul style="list-style-type: none"> - realizar estudos analíticos, num quadro integrado; - melhorar as estratégias de comunicação, de pressão, de promoção, através de actividades de IEC a favor da pequena infância; - criar um sistema de informações sobre a pequena infância; - definir as responsabilidades e competências dos diferentes intervenientes. |
| 2. Fraca coordenação institucional e sectorial | <p>Criação de uma estrutura de coordenação inter institucional e intersectorial para a pequena infância:</p> <ul style="list-style-type: none"> - estabelecer o enquadramento legal e institucional; - definir normas de funcionamento das estruturas de atendimento; - estabelecer programas transversais; - potencializar as estruturas e os quadros do pré-escolar |
| 3. Deficiente enquadramento institucional da Educação Pré-Escolar | <p>Definição das atribuições e competências dos Serviços Centrais e Regionais do ME:</p> <p>Definir as funções das equipas de coordenação pedagógica; apoiar o funcionamento dos jardins de infância e das estruturas de atendimento da pequena infância; formar quadros responsáveis pelos J.I e pelas estruturas de atendimento do primeiro ciclo da pequena infância; dinamizar as actividades de ligação ao meio.</p> |
| 4. Insuficiência do quadro legal | <p>Regulamentar as disposições legais existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - definir normas precisas sobre a aplicação das disposições contidas na CDC; - trabalhar em estreita colaboração com o Ministério da Justiça; - definir o enquadramento legal do Instituto da Criança |
| 5. Insuficiência ou inadequada utilização dos recursos | <p>Cooperação com promotores, parceiros sociais e ONG's:</p> <ul style="list-style-type: none"> - elaborar contratos programa para a consolidação do sistema; - reforçar parcerias para o alargamento do atendimento; - apoiar o desenvolvimento dos recursos humanos, físicos e materiais; - dinamizar a participação das famílias. |
| 6. Fraca capacidade de atendimento e assimetrias em termos sociais e de qualidade | <p>Adoptar soluções alternativas e enraizadas no meio comunitário com o aproveitamento máximo das estruturas existentes, beneficiando as zonas mais desfavorecidas.</p> |
| 7. Insuficiência qualitativa e quantitativa de agentes educativos | <p>Elaborar e implementar um quadro de formação, e de aperfeiçoamento de quadros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - definir um sistema de formação inicial, presencial e a distância; - reorganizar a formação em exercício; - dinamizar as reciclagem e o aperfeiçoamento dos agentes educativos. |
| 8. inexistência de uma carreira profissional para os agentes educativos da Pequena Infância | <p>Elaborar e regulamentar o Estatuto e Carreira Profissional dos trabalhadores da Pequena Infância:</p> <ul style="list-style-type: none"> - definir regas de contratação dos agentes educativos; - atribuir promoções e retribuições; - estabelecer qualificações e funções. |

Com base no diagnóstico efectuado, e como resultado das contribuições dos diferentes intervenientes, estabeleceram-se as linhas gerais para o desenvolvimento da Pequena Infância, conforme mostra o quadro 5.4.4, na lógica de uma integração dos dois ciclos, tendo em vista o aproveitamento máximo dos recursos, e a utilização de novas metodologias para a abordagem desta problemática.

5.5 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A PEQUENA INFÂNCIA

O Plano Estratégico para a Pequena Infância assenta sobre três ideias chave:

- A integração das actividades de *despertar* e de *desenvolvimento* da Pequena Infância, como primeira etapa da educação da criança que terá consequências relevantes na universalização da escolaridade básica;
- A integração das valências pedagógicas e sociais para que as actividades dirigidas à Pequena Infância possam constituir um serviço educativo com uma relevante componente social;
- A convicção de que as actividades dirigidas à Pequena Infância constituem um instrumento estimulador da participação das famílias no processo educativo e de igualdade de oportunidades no acesso à escola e no sucesso das aprendizagens.

Estas ideias chave deverão permitir desenvolver um enquadramento mais eficaz do grupo 0-3 anos e consolidar e expandir o pré-escolar no grupo 4-5 anos.

Para este grupo etário, as actuais taxas de cobertura na frequência dos Jardins de Infância já atingem 70% dos efectivos da sua população. Como estratégia para os próximos 10 anos, considera-se muito importante:

- melhorar consideravelmente a componente educativa dos serviços prestados pela educação pré-escolar, formando os seus agentes e proporcionando melhores condições de enquadramento pedagógico;
- alargar a rede escolar desta primeira etapa da educação básica por forma a poderem atingir-se, no final da década, 80% das crianças com 4-5 anos.

Esta estratégia deverá permitir melhorar e alargar a influência da educação pré-escolar sem necessidade de tornar este nível obrigatório, nem tão pouco modificar a actual legislação que regulamenta as idades de ingresso no EBI.

Haverá que mobilizar os diferentes parceiros para que a sociedade civil possa participar mais activamente na definição e implementação das políticas de desenvolvimento em favor da Pequena Infância.

5.5.1 Princípios Orientadores

As opções estratégicas, no concernente à Pequena Infância, repousam sobre os seguintes princípios directores:

A) – O Desenvolvimento integrado da criança

O desenvolvimento integrado da criança implica a coordenação das acções ao nível institucional e político, traduzido em programas transversais, que fomentem a criação de um clima de cooperação que permita encorajar e apoiar a participação de todos os actores no processo educativo – a família, a comunidade e a criança como centro de todo o processo.

B) – A família como actor principal

A educação da pequena infância deverá constituir a primeira etapa da educação básica sendo complementar da acção educativa da família com a qual se deve estabelecer estreita cooperação.

A família deve ser o principal actor na protecção dos direitos fundamentais das crianças, em particular das mais vulneráveis.

Não estando em condições de, por si só, satisfazer todas as necessidades e de encorajar as potencialidades físicas, sociais e intelectuais dos seus membros, como é o caso de um número significativo de famílias cabo-verdianas, será necessário implementar um sistema que promova o desenvolvimento de programas de capacitação, visando conferir conhecimentos e informações sobre as melhores práticas e métodos a ter com as crianças, quer no plano sanitário, quer nutricional, quer ainda ao nível educativo.

C) - A qualidade educativa

A qualidade como conceito multidimensional, engloba a equidade no acesso, a formação, os currícula, a rede física, os métodos e metodologias, o controlo e a avaliação dos programas.

Para se alcançar a qualidade requerida, terá que se investir na qualificação dos recursos humanos envolvidos na problemática da

criança e, na criação de condições que favoreçam o seu bom desempenho.

D) – A descentralização de actividades

O reforço do processo de descentralização mostra-se particularmente eficaz no processo de selecção das regiões e do público - alvo a serem beneficiados, no envolvimento e participação da comunidade, na redução dos custos, na diminuição das assimetrias e no acompanhamento e avaliação das actividades. Os programas devem apoiar-se essencialmente nas práticas culturais e sociais da comunidade, implicando todos os seus membros e mobilizando parcerias, em redes de apoio à causa das crianças.

E) – A oferta de modelos educativos diversificados

Os programas para a pequena infância devem ser flexíveis e ter como ponto de partida o meio sócio - económico e cultural da criança como centro de todo o processo educativo; a gama de opções deve ser alargada no sentido de atender a necessidades específicas, de promover a equidade no acesso, de potencializar o aproveitamento máximo de todas as oportunidades existentes, numa óptica de complementaridade com outros programas de cariz comunitário e familiar.

F) – A participação social e a promoção de parcerias

A participação social constitui um dos eixos fundamentais da política para a pequena infância, constituindo-se a sociedade civil como uma parceira do Estado, que deverá assumir, cada vez mais, função reguladora, de mediação, de supervisão, de catalização, sem descuidar as enormes responsabilidades na prestação de serviços sociais, que lhe compete, atendendo às condições específicas da situação socioeconómica prevalente. Essa parceria depende em larga escala da implementação de uma estratégia descentralizadora, conferindo aos serviços sociais fundamentais da sociedade, autonomia crescente, possibilitando uma parceria mais efectiva entre a sociedade e o Estado.

5.5.2 Objectivos Estratégicos

Os objectivos estratégicos para a Pequena Infância são os seguintes:

A) – alargar e desenvolver o atendimento

Concebendo as actividades de *despertar* e de *desenvolvimento* dirigidas à pequena infância, como uma primeira etapa da educação básica, elas devem progressivamente tender para a característica estruturante da educação básica – a universalização. Trata-se de um desiderato a ser progressivamente realizado, através da expansão da rede educativa, da melhoria dos serviços e da diversificação de modelos educativos, tendo em conta os seguintes critérios gerais:

- i) integração ou associação das estruturas de atendimento da pequena infância, numa zona geográfica, com os vários equipamentos colectivos, nomeadamente com os estabelecimentos de ensino básico, numa perspectiva de racionalização e de articulação da gestão e da utilização dos recursos disponíveis;
- ii) flexibilidade das tipologias por forma a assegurar-se a sua adequação à especificidade de cada localidade;
- iii) versatilidade na criação ou na reconversão das instalações por forma a permitir adaptações à evolução da procura.

A expansão e o desenvolvimento do atendimento constitui um objectivo de elevado alcance educativo e social susceptível de promover a modernização do sistema educativo e o desenvolvimento social, desde que orientado por objectivos de qualidade e pelo princípio de igualdade de oportunidades, priorizando as zonas mais carênciadas.

B) – promover uma abordagem integrada para a Pequena Infância

Apesar dos esforços consentidos para implicar de forma coordenada todas as estruturas estatais e da sociedade civil na causa da criança, continuam a persistir intervenções dispersas sem a necessária concertação, por ausência de uma concepção holística e integradora da criança, na satisfação das suas necessidades e defesa dos seus direitos.

Regista-se assim, a necessidade de uma intervenção estratégica e integrada dos sectores sociais, visando uma maior coordenação: entre os diferentes programas em matéria de saúde, educação, protecção, solidariedade, nutrição, desenvolvimento comunitário e outros; no seio do sector educativo; entre as organizações governamentais, a família e as diversas organizações da sociedade civil.

C) – implementar um quadro de formação e aperfeiçoamento dos agentes educativos

A expansão das actividades de *despertar* e de *desenvolvimento* da pequena infância, não pode deixar de ir a par com a valorização da profissão e a dignificação do papel dos educadores. Esse esforço constitui condição essencial para que, por um lado, seja substancialmente melhorada a qualidade dos recursos humanos ao serviço da pequena infância e, por outro, se criem condições para a mobilização das energias criativas dos agentes educativos para as mudanças que a pequena infância exige.

As condições específicas de funcionamento das estruturas de atendimento para a pequena infância, justificam a criação e implementação de um quadro de formação e aperfeiçoamento de agentes educativos, suficientemente amplo e flexível de forma a cobrir as necessidades das regiões e das famílias mais desfavorecidas, englobando as duas vertentes das actividades dirigidas às crianças, isto é, a educação como serviço social básico e a educação como serviço educativo básico.

D) – reforçar a capacidade das famílias mais desfavorecidas

Constituindo a família a primeira instancia educativa do indivíduo, onde este desperta para a vida como pessoa, onde interioriza valores, atitudes e papéis e onde se desenvolve, de forma espontânea, o processo fundamental da transmissão de conhecimentos, de costumes e de tradições, pretende-se, tendo em consideração a situação de um grande número de famílias, desenvolver um programa integrado de reforço das suas capacidades de forma a abranger as seguintes vertentes:

- i) actividades de formação e de informação de forma a que a família possa cabalmente acompanhar e participar mais activamente na educação dos seus filhos;

- ii) programas multidimensionais de carácter eminentemente social que ajudem as famílias a responder às necessidades familiares;
- iii) desenvolvimento de acções tendentes a promover a participação das famílias nas estrutura de atendimento da pequena infância.

5.6 MEDIDAS DE POLÍTICA

1. - Definição do enquadramento legal e institucional das actividades de *despertar* e de *desenvolvimento* da pequena infância consagrando este nível educativo como a primeira etapa da educação básica, definindo o papel participativo das famílias, o papel estratégico do Estado, das autarquias e da iniciativa particular e social.

2. - Definição de critérios pedagógicos e técnicos para o alargamento da rede de atendimento das estruturas para a pequena infância, na óptica da criação de uma rede nacional integrando a rede pública e a rede privada, garantindo que ela tenha fins educativos, sociais e de apoio às famílias;

3. - Definição pelo Estado das orientações gerais, das actividades de *despertar* e de *desenvolvimento* da pequena infância tendo em atenção as linhas de orientação curricular; os requisitos em termos de habilitação do pessoal; o sistema de formação profissional; as normas de avaliação e as normas reguladoras das actividades da pequena infância;

4. - Estabelecimento de um pacto educativo com os vários sectores da sociedade visando, por um lado, a mobilização dos diferentes parceiros sociais para a problemática da pequena infância, e por outro, para a busca de soluções contratuais;

5. - Concertação com os vários parceiros sobre as responsabilidades, os deveres e as competências que deverão ser assumidas no âmbito do funcionamento, da gestão, da formação e do financiamento das instituições actuando na área da pequena infância.

5.7 PLANO DE ACÇÃO NO ÂMBITO DA PEQUENA INFÂNCIA E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Componente 1: Alargar e desenvolver o atendimento

| Acções | Objectivos | Estratégias | Actividades | Resultados Esperados | Período | | | Custos (contos) |
|---|---|--|---|--|----------------|----------------|----------------|-------------------|
| | | | | | 1 ^a | 2 ^a | 3 ^a | |
| <p>Acção 1.1</p> <p>Apoio à construção e equipamento de estruturas para a Pequena Infância</p> <p>[0-3] anos</p> | Alargar e melhorar a qualidade do atendimento para a Pequena Infância | <p>Adequação das acções e forte envolvimento dos municípios;</p> <p>Concertação com o PNLP;</p> <p>Adopção de modelos inovadores, de raiz comunitária, de baixo custo;</p> | <p>Seleccção das zonas de implantação dos equipamentos e do público alvo;</p> <p>Melhoria das estruturas familiares;</p> <p>Construção de creches e centros comunitários;</p> <p>Apoio à construção de novos JI em zonas carênciadas;</p> | 20% das crianças c/ 0-3 anos, em estruturas de acolhimento. | | | | 100.000 |
| <p>Acção 1.2</p> <p>Reabilitação e equipamento de Jardins de Infância</p> | | <p>Desenvolvimento de parcerias aos níveis central e local;</p> <p>Mobilização social, no sentido de se criar um ambiente participativo a favor da pequena infância</p> | <p>Aproveitamento de estruturas do pré-escolar e do ensino básico;</p> <p>Aquisição e produção de equipamentos e de material lúdico e didáctico;</p> | 80 JI reabilitados e equipados (20%). | | | | 53.000 13.000 |
| <p>Acção 1.3</p> <p>Construção e equipamento de novos Jardins de Infância.</p> <p>[4-5] anos</p> | | <p>Incentivo às organizações e empresas para a criação de creches e JI.</p> | <p>Adequação das estruturas e do equipamento às crianças com necessidades educativas especiais;</p> | 80% das crianças c/ 4-5 anos em JI. Construção e Equipamento de 245 salas. | | | | 460.000 46.000 |
| Subtotal | | | | | | | | 672.000 |

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Componente 2: Promover a coordenação e integração das actividades para a Pequena Infância

| Acções | Objectivos | Estratégias | Actividades | Resultados Esperados | Período 1 ^a , 2 ^a , 3 ^a | Custos (contos) |
|---|--|--|---|---|---|-------------------------|
| Acção 2.1 Criação e implementação de uma estrutura de coordenação interinstitucional e intersectorial | Promover o desenvolvimento integral da criança | Enquadramento político e legal da cooperação intersectorial; Desenvolvimento de parcerias aos níveis central e local; | Definição do enquadramento legal; Construção /reabilitação/ adaptação de estruturas existentes; Seleção e recrutamento de pessoal; Estabelecimento de pontos focais ao nível dos municípios; Programação das actividades. | Instituto da Criança em funcionamento - Consultoria, - Construção, - Equipamento | ▬ | 2.000 10.000 |
| Subtotal | | | | | | 2.000 10.000 |

Componente 3: Formação de agentes educativos

| Acções | Objectivos | Estratégias | Actividades | Resultados Esperados | Período 1 ^a , 2 ^a , 3 ^a | Custos (contos) |
|---|--|---|---|---|---|--------------------|
| Acção 3.1 Estatuto e Carreira Profissional dos Educadores | Capacitar os educadores para agir ao nível do desenvolvimento integral da criança; | Estabelecimento de parcerias com o Instituto Pedagógico; | Elaboração e regulamentação do estatuto e da carreira profissional dos trabalhadores do sector; | Estatuto e Carreira Profissional elaborada e implementada | ▬ | 1.700 |
| Acção 3.2 Formação dos agentes educativos | | Colaboração entre as diversas estruturas que operam neste sector; | Criação e implementação de um sistema articulado de formação e aperfeiçoamento de quadros; | 950 Monitores capacitados; 100 Agentes de animação comunitária formados. | ▬ | 80.000 |
| Acção 3.3 Formação dos Coordenadores | Apoiar as famílias nos cuidados a prestar às crianças; | Adopção de modelos de formação inovadores, com recurso ao ensino a distância; | Formação dos coordenadores das equipas pedagógicas; | 60 Supervisores formados. | ▬ | 1.300 |
| Acção 3.4 Elaboração de Manuais | | Mobilização social, no sentido de se criar um ambiente participativo a favor da pequena infância; | Elaboração e divulgação de um manual de referência. | Manual divulgado (2.000 ex.) | ▬ | 1.000 |
| Subtotal | | | | | | 84.000 |

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Componente 4: Reforçar a capacidade das famílias mais desfavorecidas

| Acções | Objectivos | Estratégias | Actividades | Resultados Esperados | Período 1ª 2ª 3ª | Custos (contos) |
|--|---|--|--|---|---------------------------------|---------------------------|
| Acção 4.1 Apoio às famílias mais desfavorecidas | Promover a prática de comportamentos imperativos em matéria de cuidados às crianças em todas as vertentes | Coordenação aos níveis institucional, político e de programas; | Elaboração de normas e regulamentos; Realização de acções no seio dos serviços existentes: | Regulamentação das disposições legais de apoio à família. | □ | 1.000 |
| Acção 4.2 Actividades de formação para as famílias | | Dinamização de parcerias; Reforço da descentraliza.; | Saúde, programas de alfabetização, serviços comunitários, programas destinados às famílias, Sessões de sensibilização com recurso à utilização dos meios de comunicação social; | Famílias mais capacitadas para prestar os cuidados necessários às crianças; Identificação de necessidades. | ▬ □ | 2.000 |
| Acção 4.3 Sessões de sensibilização | | Mobilização social; Implementação de programas transversais, em concertação com o PNLP, com os programas de alfabetização e outros; | | 50 Sessões de sensibilização realizadas | ▬ | 1.000 |
| Subtotal | | | | | | 4.000 |
| | | | Total Parcial | Custos de Funcionamento Custos de Investimento | 90.000 682.000 | |

6. ENSINO BÁSICO

A evolução do ensino básico, em Cabo Verde, espelha melhorias significativas em termos da qualidade do ensino que se traduzem na melhoria dos principais indicadores de acesso, eficácia interna e de recursos.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO NO ENSINO BÁSICO

No que tange aos indicadores de acesso e participação no sistema educativo, nota-se a universalização do ensino básico obrigatório de seis anos, registando uma taxa líquida de escolarização na ordem dos 96% e uma taxa bruta de 117%. O acesso ao ensino básico é praticamente igualitário entre os sexos, obtendo-se taxas de 49% para o sexo feminino e de 51% para o sexo masculino, situando-se o índice de paridade (F/M) em torno de 0,96.

Quadro 6.1 – Principais Indicadores do Ensino Básico a nível nacional (2000/01)

| | |
|--|--|
| <p>1. Cobertura Educativa</p> <p>1.1 Efectivos 90640</p> <p>1.2 Docentes 3214</p> <p>1.3 Escolas 420</p> <p>1.4 Salas ocupadas 1796</p> | |
| <p>2. Taxas do Ensino Básico</p> <p>2.1 Taxa Bruta de Escolarização 117,1%</p> <p>2.2 Taxa Líquida de Escolarização 96,0%</p> <p>2.3 Taxa Aparente de Admissão 104,8%</p> <p>2.4 Taxas de Transição entre o EB e o ES 70,0%</p> <p>2.5 Aproveitamento Escolar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Taxa média de Promoção 85,7% - Taxa média de Repetência 12,0% - Taxa média de Abandono. 2,4% | |
| <p>3. Utilização dos Recursos Educativos</p> <p>3.1 Rácio Aluno/Docente 28</p> <p>3.2 Rácio Aluno/Turma 28</p> <p>3.3 Rácio Aluno/Sala 50</p> | |
| <p>4. Caracterização do Corpo Docente</p> <p>4.1 Habilitações dos Docentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Suficientes para leccionar até ao 6º ano 36,3% - Suficientes para leccionar até ao 4º ano 33,4% - Sem Formação 30,3% <p>4.2 Distribuição por sexos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Feminino 63,9% - Masculino 36,1% | |

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Os indicadores de recursos indicam a existência: (i) de uma rede escolar abrangendo todas as localidades em todos os concelhos do país; (ii) de um rácio aluno/professor de 28, e de aluno/sala de aula aproximando-se dos 50; (iii) de uma percentagem significativa de professores sem formação (30%), enquanto que os docentes qualificados para poderem leccionar até ao 6º ano de escolaridade representam apenas 36% do total; (iv) de um grande número de coordenadores e de gestores de pólo que não possui formação técnico-pedagógica para poder acompanhar, apoiar e programar intervenções conducentes à melhoria da qualidade das aprendizagens escolares.

O processo de democratização do acesso ao ensino básico nos anos 90 engendrou novos problemas que apontam para a existência de fragilidades que podem comprometer seriamente a qualidade da educação para todos, conforme preconizado pelas orientações políticas dos diferentes governos de Cabo Verde.

Os dados da avaliação aferida realizada pelo Instituto Pedagógico, em 1997/98, evidenciam que 61% das crianças no 4º ano de escolaridade apresentava dificuldades em produzir um texto com autonomia e criatividade. Relativamente ao desenvolvimento do raciocínio lógico matemático, 58% das crianças no 6º ano demonstravam dificuldades para resolver problemas que envolvam o cálculo de áreas, onde se requer um certo grau de abstracção.¹ Esta tendência foi corroborada pelos recentes estudos da equipa de Pesquisa Qualitativa do PROMEF que apontam para o facto de 56% das crianças do 6º ano apresentarem dificuldades na produção de textos e de 54% demonstrarem dificuldades no domínio das proporções e na resolução de problemas.²

Os estudos elaborados pela UNICEF sobre a qualidade da educação básica demonstram claramente que subsiste um desfasamento substancial entre o nível de preparação pedagógico dos professores e as exigências de uma aprendizagem de qualidade das crianças. Neste sentido, como constata o relatório sobre Dificuldades e Possibilidades dos Professores e dos Alunos no Processo de Ensino-Aprendizagem; "o ensino dos conteúdos, na maioria das aulas observadas, é marcado quase sempre por um ritual em que o silêncio, a submissão, a sacralização do saber e do professor, são os seus elementos constitutivos."³ Por outro lado, como aponta o referido relatório, "percebe-se que o impedimento maior, implícito nas opiniões dos professores, é a descrença na capacidade de aprender dos seus alunos,

¹ C.f. Ministério da Educação. Avaliação do Rendimento Escolar no primeiro ano primeiro ano da generalização da reforma curricular do Ensino Básico.

² C.f. MED- PROMEF. Resultados Preliminares da Equipa sobre a Pesquisa Qualitativa, p.34

³ C.f. Programa de Cooperação 1995-1999 - Projecto do Ensino Básico: Dificuldades e Possibilidades dos Professores e dos Alunos no Processo de Ensino-Aprendizagem. Cabo Verde, 1999, p.15

por serem eles oriundos de um meio sociocultural com poucos estímulos para uma boa aprendizagem".⁴

Os resultados preliminares da Pesquisa Qualitativa corroboram estas indicações ao postular-se que, "a natureza do conhecimento que circula nas escolas, baseia-se fundamentalmente na distribuição de informações e na transmissão dos conteúdos curriculares aos alunos, sem ter em conta a sua apropriação e o desenvolvimento das competências básicas necessárias para aprender a aprender permanentemente ao longo da vida. A essência criativa do conhecimento, a sua aplicação à vida real, a sua utilidade para a vivência nos contextos sociais e culturais onde estão inseridas as escolas, é muito débil, e torna-se ainda mais fraca à medida que se avança nos níveis de formação"⁵.

Com efeito, pode-se considerar que a prática quotidiana dos professores está aquém de possibilitar uma participação activa e criativa das crianças no processo de aprendizagem. Contrariamente, e no ardor do cumprimento do programa, o professor opta geralmente pelo controlo pedagógico que consiste em fazer do aluno um depositário do conhecimento.

Neste sentido, constata-se que apesar das conquistas alcançadas mediante o reforço da capacidade de formação dos professores e da melhoria dos recursos materiais e pedagógicos postos à disposição do ensino básico, a qualidade das aprendizagens fundamentais (lecto-escrita e de raciocínio lógico-matemático), encontra-se muito aquém do necessário para permitir uma adequada inserção na vida social à maioria das crianças.

Sob o ponto de vista quantitativo, a escolarização básica obrigatória, apesar de atingir, a nível nacional, valores de 96% para a *taxa líquida de escolarização*, apresenta ainda alguma flutuação, sobretudo, para a idade de 6 anos.

Nos concelhos da Boa Vista, Brava e S. Domingos, estas taxas situam-se nitidamente acima dos valores médios nacionais, enquanto que nos concelhos de S. Nicolau, Paul, Porto Novo, Mosteiros e S. Filipe, estas taxas estão situadas abaixo do nível médio nacional.

No Gráfico 6.1 apresenta-se a distribuição por concelho, quer para as *taxas brutas (TBE)*, quer para as *taxas líquidas de escolarização (TLE)*.

O aproveitamento escolar dos alunos é um dos indicadores que melhor caracteriza a eficiência do sistema. Com efeito, para 1998/99, o aproveitamento escolar ao nível de todos os concelhos era bastante

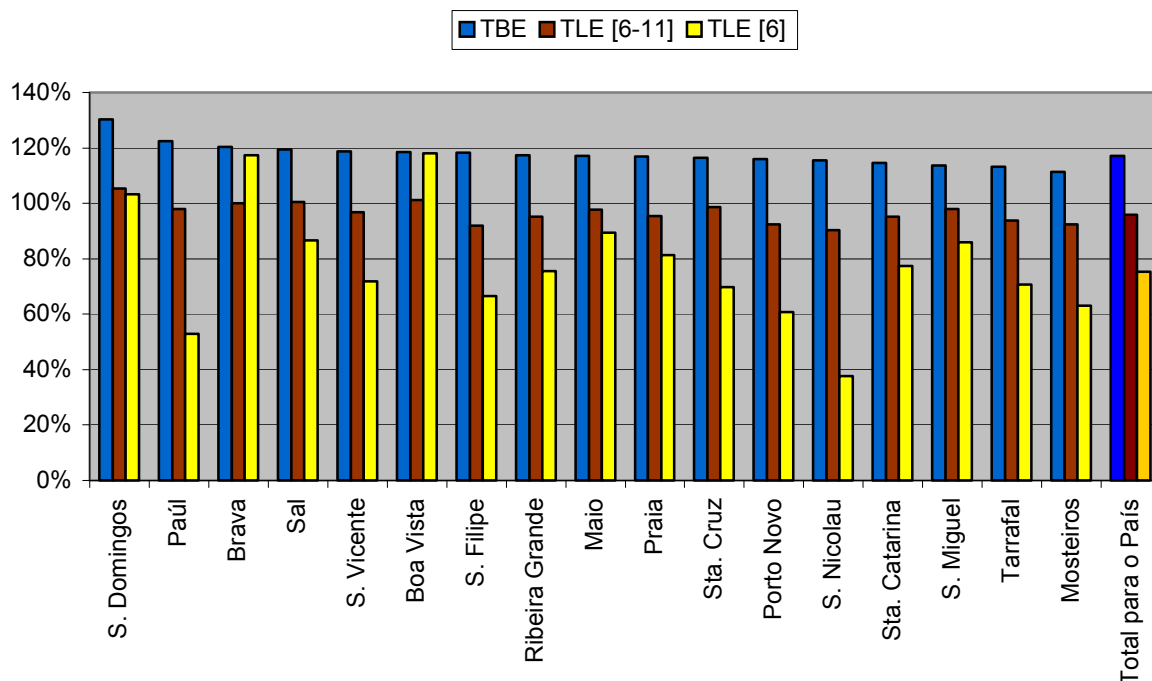
⁴ . UNICEF. O Quotidiano e Educação: Os desafios da Escola em Cabo Verde, pp 64-67

⁵ PROMEF. Pesquisa Qualitativa. Lições Aprendidas. In Relatório Preliminar, p.164

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

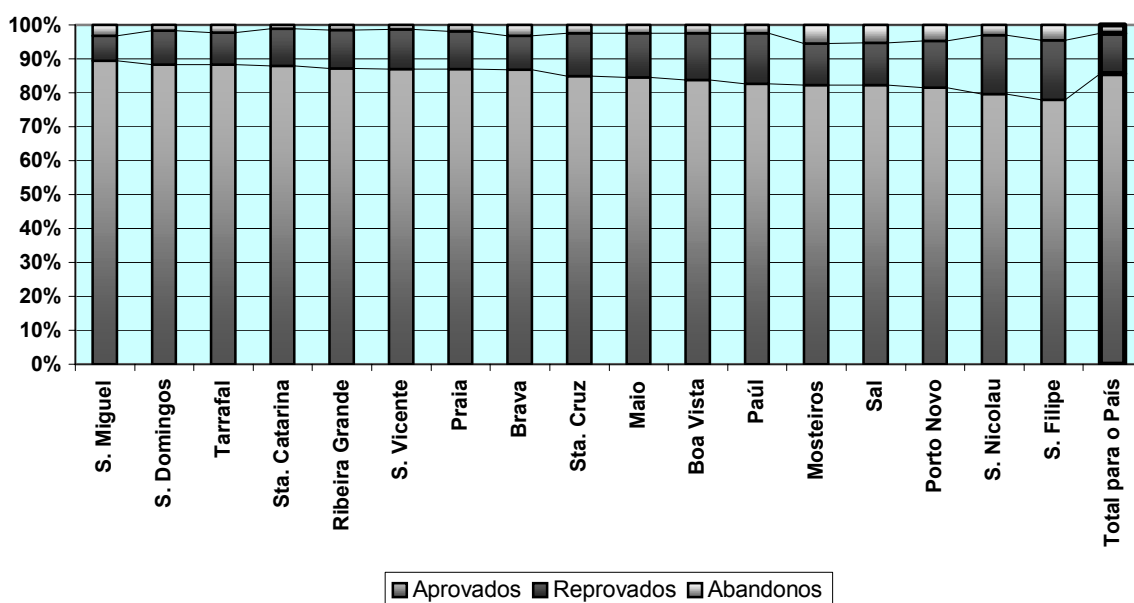
homogéneo situando-se a taxa média de aprovação por volta dos 86%, a taxa média de reprovação rondava os 12% e a taxa de abandono ao longo do ano era de 2%.

Gráfico 6.1 - Taxas de Escolarização - EBI



No Gráfico 6.2 mostra-se a evolução das taxas de aproveitamento escolar, verificando-se que apenas os concelhos de S. Filipe e de S. Nicolau se situavam com taxas de reprovação, próximo dos 17,5%.

Gráfico 6.2 - Aproveitamento Escolar no EBI em 1998/99

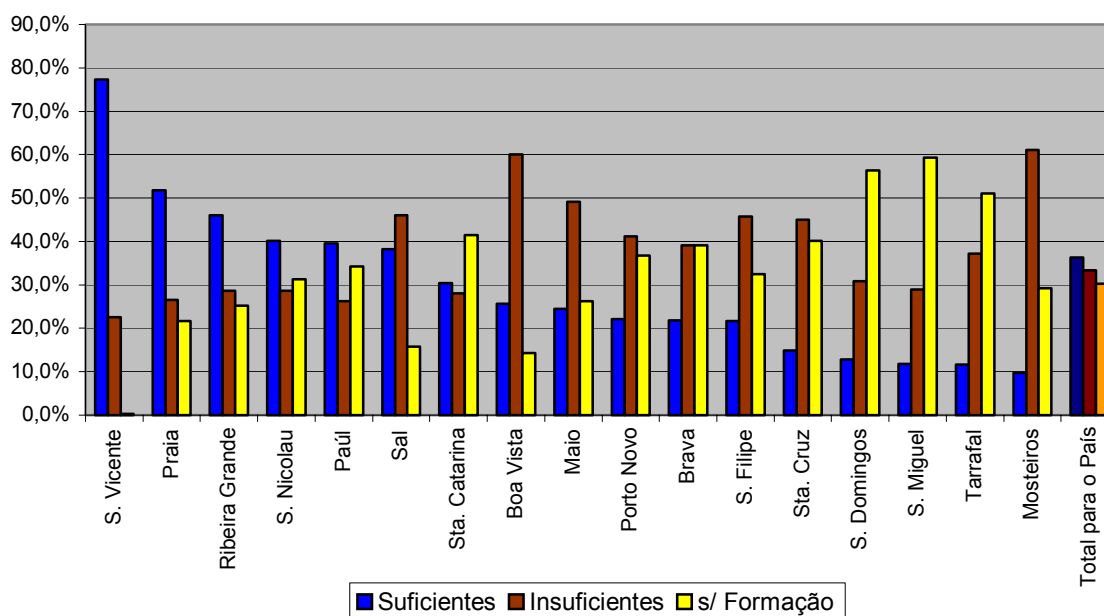


PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

De referir que no Ensino Básico, o “sistema de fases” permite a retenção do aluno só no final de cada fase, pelo que as repetências só se concretizam no 2º, 4º e 6º ano de escolaridade. Nos anos que antecederam a Reforma Educativa (década de 80) as repetências registavam-se em todos os anos de escolaridade pelo que a taxa média de repetência atingia então os 20%.

A análise da distribuição dos professores com qualificação pedagógica, aponta para a existência de fortes assimetrias regionais, persistindo disparidades acentuadas na formação e na afectação dos docentes, sobretudo, nos concelhos do interior de Santiago, Santo Antão e Fogo. Com efeito, se em S. Vicente 77% dos professores possuíam qualificação pedagógica para leccionar os 6 anos de escolaridade obrigatória, nos concelhos de Mosteiros, Tarrafal, e S. Miguel estas taxas são inferiores a 15%.

Gráfico 6.3 – Habilitações dos Docentes - EBI



As assimetrias existentes na qualidade da oferta educativa são também motivadas, quer pela existência de um número razoável de salas alugadas ou cedidas sem o mínimo de condições, quer pela existência de turmas funcionando em regime de trespdobramento em concelhos onde a falta de salas de aula é ainda significativa

As escolas e os pólos educativos continuam a funcionar sem qualquer autonomia e a falta de articulação entre as dimensões pedagógica e administrativa inibe e bloqueia o desenvolvimento de projectos pedagógicos tendo em vista a melhoria da qualidade das aprendizagens

das crianças. A gestão dos pólos não fomenta nem facilita o intercâmbio de experiências entre as escolas e o meio em que estão inseridas, não promove a procura de soluções inovadoras, nem proporciona uma participação efectiva dos pais e encarregados de educação.

6.2 PERCEÇÃO DOS DIFERENTES ACTORES SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL DO ENSINO BÁSICO

Durante o processo de auscultação realizado com representantes de todos os concelhos do país, os diferentes actores do sistema de ensino básico, nomeadamente os delegados da educação, os professores, os gestores, os pais e os representantes dos alunos, assinalaram e discutiram os principais factores internos e externos que caracterizam o actual sistema. Com a exploração do método de SWOT, analisaram-se estes factores, agrupando-se os factores internos em torno de fraquezas a eliminar, ou a reduzir, e de forças a potencializar.

Quadro 6.2.1 FACTORES INTERNOS AO SISTEMA

| PONTOS FRACOS | PONTOS FORTES |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Existência de uma percentagem significativa de professores sem formação pedagógica;• Falta de preparação pedagógica dos professores para gerir o actual sistema de avaliação por fases;• Dificuldades de aprendizagem das crianças nas áreas de língua portuguesa e matemática;• Mobilidade de professores intra e inter concelhos;• Persistência de escolas degradadas;• Gestores sem preparação nos domínios da animação pedagógica, administrativa e financeira;• Falta de preparação pedagógica dos coordenadores para o seguimento e apoio aos professores;• Falta de ligação escola comunidade que se traduz na baixa participação dos pais nas actividades da escola. | <ul style="list-style-type: none">• A universalização do acesso ao ensino;• A igualdade de acesso entre os sexos;• Melhoria do nível de formação dos professores com a criação do Instituto Pedagógico;• A existência de manuais para os alunos e guias para os professores;• Criação de Pólos Educativos. |

Relativamente aos factores externos ao sistema, os participantes apontaram cinco grandes ameaças a considerar e seis grandes oportunidades a aproveitar para a consolidação do EBI, conforme o Quadro 6.2.2 documenta.

Quadro 6.2.2 FACTORES EXTERNOS

| AMEAÇAS | OPORTUNIDADES |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Índice elevado de pobreza, especialmente nas zonas rurais; • Desemprego elevado, nomeadamente na camada juvenil; • Falta de atracção nas zonas consideradas isoladas desmotivam os alunos e professores; | <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade e engajamento dos parceiros externos e internos em investir na educação; • Existência de boas relações com as Câmaras Municipais, e Polícia de Ordem Pública; • Valorização da educação pelas famílias; • Melhoria da qualidade de vida das populações; • Maior acesso à informação através da utilização das novas tecnologias de informação e comunicação. |

Numa apreciação mais acurada sobre a evolução do ensino básico em Cabo Verde, denota-se que não obstante as conquistas substanciais, persistem fragilidades que requerem a adopção de estratégias de natureza qualitativa e que se prendem com: (i) a formação de professores; (ii) a pertinência das aprendizagens de base (lecto - escrita e matemática); (iii) o sistema de gestão da avaliação por fases ; (iv) a gestão e avaliação das escolas pólo; (v) o apoio e seguimento pedagógico a nível de concelho; (vi) a disponibilidade dos recursos pedagógicos; (vii) as parcerias entre a escola e a comunidade; (viii) os apoios socioeducativos.

Por outro lado, numa análise mais atenta da eficácia externa da educação de base, constata-se uma estreita relação entre o nível de educação e o desenvolvimento social das famílias. Nessa perspectiva, “a educação é tida como principal factor determinante da pobreza e também como porta de saída para a pobreza. Os indicadores de pobreza indicam uma forte correlação entre o nível de instrução e a pobreza. A probabilidade de ser pobre aumenta na relação inversa com o nível de instrução. A incidência da pobreza reduz-se de metade quando se passa da população analfabeta para a população com nível de instrução primária. O nível de educação determina também o tamanho das famílias. Quanto menor for o nível de instrução, maior é a probabilidade de ser pobre.”⁶

⁶ Ministério das Finanças e Planeamento. 2002. Documento Estratégico da Redução da Pobreza (Intermédio), pp.18-19.

6.3 VISÃO PROSPECTIVA SOBRE O ENSINO BÁSICO

A análise prospectiva sobre o Ensino Básico deverá fundamentar-se nos possíveis cenários quantitativos que foram explorados no Doc. 3 de preparação do Plano Estratégico e na visão que o sector e os diferentes actores têm para este nível de ensino.

6.3.1 Cenários possíveis para desenvolvimento do EBI

A escolaridade obrigatória de 6 anos está consolidada em Cabo Verde desde 1997. De então para cá, as taxas líquidas de escolarização têm-se mantido estáveis em torno dos 96%.

Prevê-se a continuidade da estabilidade deste indicador, pelo que, as estimativas a efectuar com as projecções para o Ensino Básico deverão apenas ter em conta o crescimento natural da população e a evolução das taxas de aproveitamento escolar.

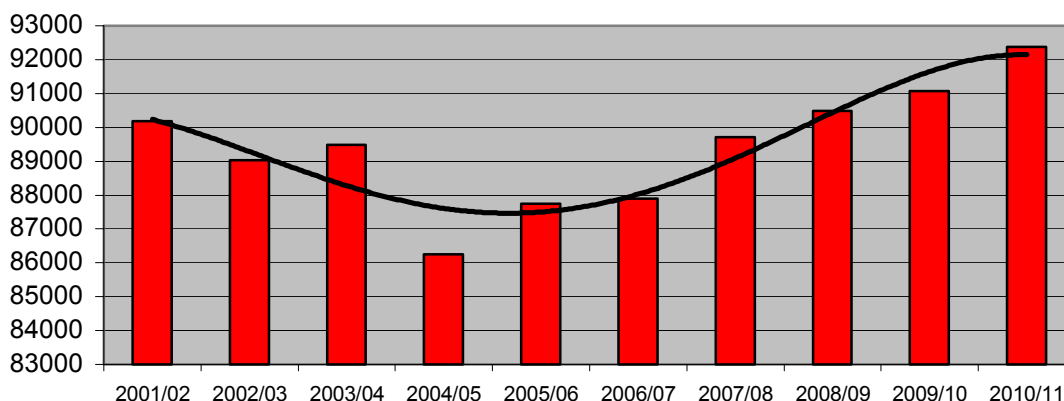
As análises efectuadas permitiram reter dois *cenários* – o *tendencial* e o *optimista* que, pelas suas características, poderão retratar para os próximos 10 anos, as situações previsíveis para este nível de ensino.

A - Cenário Tendencial – com a extrapolação das recentes tendências no que diz respeito às *taxas de crescimento médio anual da população* e às *taxas de aproveitamento escolar*.

Partindo de uma análise às frequências registadas entre 1995 e 2000 para cada um dos anos da escolaridade básica, estimou-se uma *taxa de crescimento médio anual*, da população com [6] anos, de 2,0% para o período entre 2001 e 2005 e de 1,6% para o período entre 2006 e 2010, mantendo-se para os dois períodos as mesmas *taxas de repetência e de abandono* que se tinham verificado entre 1995 e 2000.

Segundo esta projecção, deverá verificar-se um ligeiro decréscimo da população do EBI (cerca de 4000 inscritos) até 2004/05, para posteriormente se registar um novo aumento, até 2010, para um patamar que deverá rondar os 92000 inscritos nos 6 primeiros anos de escolaridade.

Gráfico 6.3.1 - A - Cenário Tendencial
Evolução dos efectivos do EBI

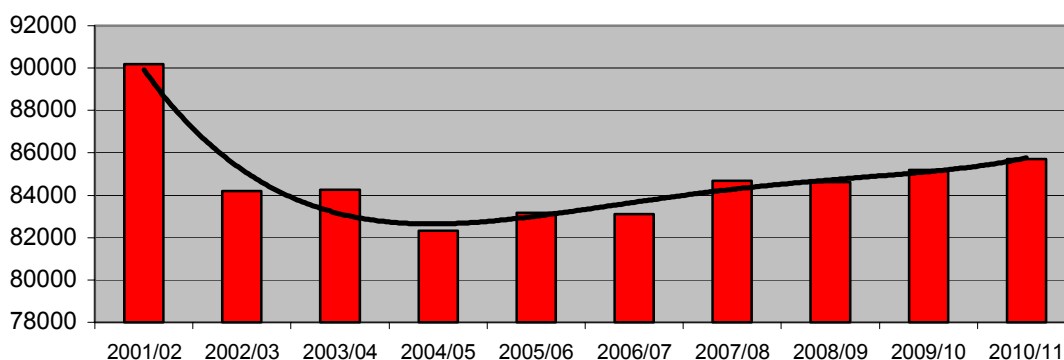


Neste cenário mantêm-se, as actuais *taxas de repetência* no final de cada uma das fases (23% no 2º ano, 19% no 4º ano e 15% no 6ºano) e as *taxas de abandono* ao longo do ciclo que rondam, em média, os 4%.

B - Cenário Optimista – prevendo-se uma redução das *taxas de crescimento médio da população*, tal como no *Cenário Tendencial*, e a melhoria das condições de ensino que deverão conduzir a uma redução das *taxas de repetência e de abandono*.

Segundo esta projecção, deverá verificar-se um acentuado decréscimo da população do EBI (cerca de 8000 inscritos) até 2004/05, para posteriormente se registar um novo aumento até 2010 para um patamar que poderá rondar os 86000 inscritos nos 6 primeiros anos de escolaridade.

Gráfico 6.3.1- B - Cenário Optimista
Evolução dos efectivos do EBI



Neste cenário estima-se, para o período entre 2001 e 2005, uma diminuição das actuais *taxas de repetência* no final de cada uma das

fases (20% no 2º ano, 16,5% no 4º ano e 13% no 6ºano) e das *taxas de abandono* ao longo do ciclo que poderão rondar, em média, os 3%. Para o período entre 2006 e 2010, estima-se a manutenção das mesmas *taxas de abandono* e a redução sustentada das *taxas de repetência* (15% no 2º ano, 12,5% no 4º ano e 10% no 6ºano).

Para os *Cenários Tendencial e Optimista* admite-se a generalização, a partir de 2003, da idade de ingresso no EBI com 6 anos.

6.3.2 Visão dos diferentes actores sobre o futuro do EBI

Nas reuniões temáticas efectuadas, foram analisadas as possíveis funções da escola no futuro, e enunciadas as principais linhas de desenvolvimento para o Ensino Básico (ver Documento 4 de Preparação do Plano Estratégico).

Os pontos a seguir apresentados exprimem a *visão* que os participantes, nas referidas reuniões, defenderam sobre:

- as estruturas curriculares e a organização pedagógica;
- a reactivação dos programas de formação e qualificação de professores;
- a reformulação dos métodos de gestão escolar;
- a actualização da carta escolar;

A – Reforço das estruturas curriculares e da organização pedagógica do EBI:

- i) melhorar os programas e os manuais escolares de todas as áreas do Ensino Básico;
- ii) aumentar a eficácia interna do sistema mediante a reformulação dos métodos de ensino e das estratégias de avaliação;
- iii) reforçar nos currículos e nas práticas pedagógicas os valores relacionados com a cidadania, a democracia, o ambiente, a paz e a justiça social;
- iv) promover programas específicos destinados às crianças com necessidades educativas especiais;
- v) fomentar estudos de pesquisa-acção para reforçar o bilinguismo e consolidar o ensino da língua portuguesa;
- vi) reforçar a actuação da IGE e debelar a insegurança nas escolas;
- vii) promover a difusão da cultura e da arte cabo-verdiana;

B - Reactivação dos programas de formação e qualificação de Professores:

- i) reforçar os programas de formação inicial de professores para substituição dos docentes sem formação;
- ii) reformular e implementar a 2ª fase do programa FEPROF para os docentes que já possuam a 1ª fase;
- iii) reorganizar a docência na área das Expressões e implementar acções de formação específica para os seus professores;
- iv) atribuir quotas regionais para a formação inicial de professores;
- v) renovar a carreira profissional dos docentes para que os factores relacionados com a progressão e a promoção profissional possam ser concretizados em função do desempenho docente, da formação adquirida e da antiguidade conseguida;

C - Reformulação dos métodos de Gestão Escolar:

- i) descentralizar a gestão do sistema educativo com maior envolvimento e responsabilização das autarquias locais;
- ii) definir modelos de gestão escolar, mais participativos e autónomos;
- iii) adequar o funcionamento das Escolas e dos Pólos Educativos aos novos modelos de gestão e coordenação pedagógica;
- iv) rever o perfil dos gestores de pólo e definir a sua carreira profissional;
- v) formar os docentes responsáveis pela gestão das escolas do EBI;
- vi) promover uma maior participação dos pais e da comunidade na gestão dos recursos escolares e dos programas educativos;

D - Actualização da Carta Escolar:

- i) delinear e implementar planos regionais de construção, melhoramento e manutenção preventiva, das escolas do Ensino Básico;
- ii) rentabilizar a utilização dos espaços físicos desaproveitados;
- iii) programar a substituição dos equipamentos e do mobiliário degradado;
- iv) criar e ampliar edifícios escolares para poderem oferecer 6 e/ou 8 anos de escolaridade;

6.4 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O ENSINO BÁSICO

Em Cabo Verde tem sido prática dos sucessivos governos pós independência, a definição de objectivos estratégicos para o ensino básico estar sempre relacionada com a melhoria do acesso e da qualidade das aprendizagens escolares, respeitando os princípios da equidade e do género.⁷

Com efeito, o Estado de Cabo Verde tem atribuído à *qualidade* o papel central no processo de modernização do sistema educativo. O conceito de qualidade engloba vectores, tais como:

- a **relevância das aprendizagens** para a vida actual e futura do educando e da sociedade onde se insere;
- a **eficácia** ou capacidade do sistema em fazer com que a totalidade dos alunos frequente um nível de escolaridade no tempo previsto para tal;
- a **equidade**, que implica tratamento diferenciado para situações desiguais e, seguramente, mais apoio para aqueles que mais necessitam;
- a **eficiência**, ou a capacidade do sistema, em comparação com outros, de atingir resultados superiores, com os mesmos ou menores recursos.⁸

Os estudos internacionais sobre a qualidade das aprendizagens escolares apontam as escolas eficazes como factores essenciais para a construção de uma educação de qualidade.

Este pressuposto revela implicações teóricas e metodológicas de grande alcance para a definição das modalidades de intervenção nas escolas. Com efeito, a eficácia da escola é tanto maior quanto melhor for a sua possibilidade em gerir e proporcionar uma melhoria das aprendizagens de forma mais individualizada.

⁷ C.f, Rapport de Suivi sur l'éducation pour tous. Unesco, octobre de 2001, p.7

⁸ C.f, Programa de Governo para a Legislatura 2001-05.

Cada escola constitui sempre uma realidade educativa singular cuja particularidade é dada pela heterogeneidade dos seus actores.

6.4.1 Princípios Orientadores

A operacionalização do Plano Estratégico para o Ensino Básico tem em linha de conta os seguintes princípios orientadores:

1. **A Escola é entendida como Centro de Mudança das Práticas Educativas:** as escolas são lugares onde todos os elementos do sistema educativo se encontram para interagir determinando a qualidade do processo de aprendizagem. É ao nível da escola que se podem seguir correctamente os principais problemas que afectam a qualidade (absenteísmo dos alunos e dos professores, má utilização dos recursos humanos e materiais, práticas pedagógicas deficientes, etc.). Por este motivo, a escola deve ser o primeiro alvo dos esforços visando a melhoria da qualidade do ensino;
2. **Integração entre as diferentes Acções:** os resultados escolares não dependem de um único factor. Não são um ou muitos elementos separados que explicam as diferenças entre as escolas, mas a interacção específica de recursos materiais, humanos e organizacionais, implicados no processo pedagógico. Assim, é necessário uma abordagem integrada que tome em conta a estreita interdependência entre os diversos factores;
3. **Pertinência dos Factores ligados ao Processo Educativo:** para explicar as diferenças de qualidade entre as escolas, verifica-se que em geral, as variáveis relacionadas com os processos (ligados à organização e suas práticas) são mais importantes que as variáveis relacionadas com os recursos (materiais e humanos). Os programas tradicionais de melhoria da qualidade que se concentraram, sobretudo, na injeção maciça de recursos em infra-estruturas e equipamentos, bem como, na formação de professores, não tem tido o impacto desejado;
4. **Autonomia e Qualidade das Relações na Escola e com a Comunidade:** o comportamento do director e dos professores, a natureza das suas relações com os alunos e colegas, constituem o cerne da escola de boa qualidade. As políticas de melhoria da qualidade devem colocar o acento tónico sobre o factor humano. Os directores devem criar um ambiente escolar favorável à construção de consensos para elaboração de projectos de escola de forma partilhada;⁹

⁹ C.f; CARRON, Gabriel e CHAU Ta Hgoc. 1998. La Qualité de L'école Primaire dans les Contextes de Développement Différents. Paris: Edition UNESCO.

5. **Natureza do Ensino e do Conhecimento que se produz na Escola:** as recentes revoluções que se operaram no campo científico-técnológico, nomeadamente no domínio das novas tecnologias de informação e comunicação, evidenciam a limitação de uma aprendizagem baseada exclusivamente na exposição de conteúdos. A aprendizagem é tanto mais significativa quanto maior for a implicação do formando no processo de apropriação do conhecimento, atitudes e valores. As práticas educativas que propiciam às crianças as competências necessárias para aprender a aprender, preparam-nas melhor para a adaptação às mutações rápidas da vida social contemporânea.

6.4.2 Objectivos Estratégicos

Tendo em atenção os princípios orientadores para o Ensino Básico, os objectivos estratégicos com eles relacionados serão os seguintes:

- Consolidar e desenvolver a educação de base;
- Melhorar a qualidade do ensino básico integrado;
- Reforçar a equidade e combater as disparidades regionais;
- Reforçar as parcerias com as organizações sociais;

A concretização dos objectivos estratégicos acima referenciados requer a adopção de um conjunto integrado de medidas de política a longo prazo, conducentes à consolidação e democratização da qualidade da educação de base, condição sine qua non para se oferecer aos cabo-verdianos maiores oportunidades de desenvolvimento pessoal e de integração social.

6.4.3 Medidas de Política

- Criação de condições para expansão e universalização da escolaridade de 8 anos;
- Preparação de um plano de construção e manutenção preventiva das escolas;
- Análise da organização e estruturação das áreas curriculares do EBI e do seu regime de docência;

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

- Actualização e renovação dos programas e manuais escolares das diversas áreas curriculares;
- Reforço das bibliotecas escolares através do fornecimento dos Kits pedagógicos;
- Melhoria da eficácia interna do sistema de ensino mediante a redução das taxas de repetência e abandono escolar;
- Reformulação dos métodos de avaliação e dos apoios didácticos e pedagógicos;
- Reforço nos currículos e nas práticas pedagógicas dos professores do EBI, dos valores relacionados com a cidadania, a democracia, o ambiente, e a paz;
- Promoção e difusão nas escolas da cultura e da arte cabo-verdiana;
- Reforço dos programas de formação e de capacitação de professores;
- Utilização de metodologias inovadoras de ensino a distância para a formação de professores em exercício;
- Implementação de Centros Integrados de Recursos e Competências para apoio à inovação de metodologias de formação de quadros e professores;
- Fomento da pesquisa - acção para o desenvolvimento do bilinguismo e consolidação do ensino do português adequado ao contexto sociolinguístico nacional;
- Integração nos programas de formação inicial e contínua dos professores do EBI de temáticas ligadas ao ensino especial e à educação de adultos;
- Desenvolvimento do processo de progressão e promoção na carreira docente em função da antiguidade, do desempenho profissional, da formação adquirida e da classificação das zonas onde prestam serviço os docentes;
- Implementação de novos modelos de gestão e de coordenação pedagógica adequados ao funcionamento das escolas;
- Implementação de mecanismos de articulação entre os animadores pedagógicos concelhios e as equipas pedagógicas por forma a integrar as acções de sensibilização para a comunidade;

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

- Adaptação de algumas escolas existentes e das novas escolas às crianças com necessidades educativas especiais;
- Reforço da formação contínua de professores em matéria de necessidades educativas especiais;
- Reforço das equipas concelhias de apoio aos alunos deficientes com dificuldades de aprendizagem;
- Criação de condições para que os parceiros sociais possam participar, cada vez mais, na gestão escolar e nos projectos educativos.

6.4.4 Plano de Acção para o Ensino Básico

Componente 1: Consolidação e Desenvolvimento da Educação

| Acções | Objectivos | Estratégias | Actividades | Resultados Esperados | Período | | | Custos Estimados (contos) |
|---|--|---|--|---|---------|----|----|---------------------------|
| | | | | | 1ª | 2ª | 3ª | |
| Acção 1.1 Ampliação e equipamento de escolas do EBI nas zonas de expansão da rede escolar | Melhorar a rede escolar integrando em escolas do EB o 1º ciclo de ES. | Expansão da escolaridade para 8 anos; Criação de novo tipo de escola onde possa funcionar o EB e o 1º ciclo do ES. | Definição de tipologias adequadas; Identificação e mobilização de parcerias nacionais e internacionais; | Universalização do acesso ao 7º- 8ºano; Constr. de 5 esc. do EBI c/ 30 salas; 20 escolas do EBI c/ estruturas de acolhimento para o 1º ciclo. | — | | — | 175.000 |
| Acção 1.2 Recuperação e manutenção do parque escolar | Melhorar a qualidade do ambiente físico das escolas do EBI. | Desenvolvimento de parcerias com as Câmaras Municipais com utilização dos fundos de geminação. | Mobilização das parcerias nacionais, (autarquias e sector público). | Todo o parque escolar estará recuperado. | | — | | 310.000 |
| Acção 1.3 Construção de apoios ao funcionamento das escolas do EBI; (sanitários, placas desportivas, cantinas e outros) | Oferecer às crianças espaços adaptados às circunstâncias e às necessidades do aprimoramento das habilidades físico-motoras | Desenvolvimento de parcerias com as autarquias locais, ONGs; Integração destes programas de construção nos programas de luta contra a pobreza e contra a Sida. | Mobilização dos parceiros internacionais; Sensibilização da comunidade local (autarquias e associações) | Funcionamento de sanitários, placas desportivas e cantinas em 50% das escolas do EBI. | | — | | 160.000 |
| Subtotal | | | | | | | | 645.000 |

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Componente 2: Qualidade e Equidade das Aprendizagens Escolares

2.1. Apoio e Seguimento Pedagógico

| Ações | Objectivos | Estratégias | Actividades | Resultados Esperados | Período 1ª, 2ª, 3ª | Custos Estimados (contos) |
|--|--|--|--|--|---------------------------|----------------------------------|
| Acção 2.1.1 Actualização e renovação dos programas e dos materiais didácticos (manuais e guias). | Assegurar a pertinência e a qualidade das aprendizagens das crianças; Adequar a aprendizagem das crianças às exigências da vida social; | Criação de equipas pedagógicas por área curricular; Formação de professores em desenvolvimento curricular; | Actualização de informações e conhecimentos sobre manuais; Definição de competências a desenvolver nas crianças; Definição de orientações metodológicas baseadas nas conquistas da pedagogia activa. | Renovados todos os programas, manuais e guias do EBI. | ===== | 175.000 |
| Acção 2.1.2 Consolidação da Rádio Educativa | Melhorar as condições de aprendizagem nas diversas fases do EBI | Apoio ao alargamento das actividades a todas as áreas e anos da escolaridade básica. | Elaboração de Programas e materiais para os 6 anos de escolar.; Aumento do nº de postos de recepção. | 1ª fase Programas de Mat. e Língua Portuguesa; 2ª fase Restantes Programas. | ===== | 12.000 8.000 |
| Acção 2.1.3 Promoção das bibliotecas escolares | Melhorar o acervo de materiais educativos aos professores e alunos; Fomentar o hábito de utilização das bibliotecas escolares. | Desenvolvimento de parcerias com as bibliotecas móveis da DGAEA; Concertação com as autarquias através de programas de geminação e de cooperação internacional; Envolvimento de pais na aquisição de materiais bibliográficos. | Sensibilização das Autarquias e das ONGs para o fornecimento de livros; Distribuição de Kits pedagógicos a todas as escolas; | 100% das Escolas-Pólo dispõem de bibliotecas escolares. | ===== | 23.000 |
| Subtotal | | | | | | 218.000 |

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

2.2. Eficácia Interna

| Ações | Objectivos | Estratégias | Actividades | Resultados Esperados | Período 1ª 2ª 3ª | Custos Estimados (contos) |
|--|---|---|---|---|--------------------------------|-------------------------------------|
| Ação 2.2.1 Melhoria da eficácia interna | Modificar as práticas pedagógicas; Melhorar o rendimento escolar na 1ª e 2ª fase do EBI. | Organização de jornadas de reflexão sobre as dificuldades de aprendizagem das crianças; Definição das zonas de intervenção prioritárias para apoio pedagógico. | Colecta de informações sobre o sucesso dos alunos; Generalização das boas práticas pedagógicas; Sensibilização dos pais e encarregados de educação. | Taxa média de repetência inferior a 8% e de abandono inferior a 2% | ===== | 4000 |
| Ação 2.2.2 Reforço dos apoios às escolas que funcionam com turmas compostas. | Melhorar o apoio ao funcionamento das turmas compostas; Introduzir novas metodologias para a gestão de turmas compostas. | Capacitação de professores para a gestão de turmas compostas; Adaptação de materiais didácticos às necessidades de aprendizagem destas crianças. | Desenvolvimento de jornadas de reflexão regional e nacional sobre as experiências realizadas; Divulgação das experiências bem sucedidas. | Melhorada a frequência e o aproveitamento nas escolas situadas em zonas de acesso difícil | ===== | 6000 |
| Subtotal | | | | | | 10.000 |

2.3. Promoção de Valores para reforço da Cidadania

| Ações | Objectivos | Estratégias | Actividades | Resultados Esperados | Período 1ª 2ª 3ª | Custos Estimados |
|---|--|---|---|--|--------------------------------|-------------------------|
| Ação 2.3.1 Desenvolvimento de valores éticos, morais e culturais. | Fortalecer os valores éticos e cívicos. | Reforçar nos programas e nas práticas pedagógicas as temáticas relacionadas com os valores morais e culturais. | Revisão das práticas pedagógicas; Socialização cívica e cultural. | Programas adaptados, práticas alteradas, comportamentos modificados. | ===== | 3.000 |
| Ação 2.3.2 Consolidação da Educação Ambiental. | Incutir nas crianças valores conducentes à preservação do ambiente. | Utilização dos manuais do PFIE como recursos pedagógicos; Articulação com a SEPA e as ONGs promotoras da defesa do ambiente. | Mobilização de professores, pais e associações ambientais. | 90% das crianças demonstram adquirir comportamentos de protecção do ambiente. | ===== | 12.000 |
| Ação 2.3.3 Desenvolvimento da Educação Multicultural para a cidadania e para a paz. | Promover os valores da cidadania e de uma cultura de paz e tolerância. | Desenvolvimento de parcerias com ONGs e sectores promotores dos direitos humanos. | Sensibilização das associações que promovem os Direitos Humanos; Desenvolvimento do intercâmbio entre as associações | Crianças e jovens adquirem valores mais conducentes com os princípios da democracia. | ===== | 1.600 |
| Subtotal | | | | | | 16.600 |

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Componente 3: Formação e Qualificação de Professores

| Acções | Objectivos | Estratégias | Actividades | Resultados Esperados | Período | | | Custos Estimados (contos) |
|---|---|---|--|--|---------|----|----|---------------------------|
| | | | | | 1ª | 2ª | 3ª | |
| Acção 3.1 Reconversão de Formadores | Aperfeiçoar a competência pedagógica dos formadores de professores do EBI. | Organização de parcerias com instituições e universidades. | Identificação das áreas prioritárias de formação; Definição das parcerias externas para programação da assistência técnica. | 90% dos formadores das instituições de formação de profes. participam nas acções de aperfeiçoamento. | ▬ | | | 24.000 |
| Acção 3.2 Renovação das modalidades de formação inicial de Professores para poderem leccionar as 3 fases do EBI | Melhorar a qualificação e prestação dos docentes; Qualificar os professores sem formação pedagógica. | Desenvolvimento da capacidade formativa das Escolas que integram o IP. | Recrutamento de candidatos com perfil adequado. | 100% dos professores do Ensino Básico com formação pedagógica. | ▬▬▬ | | | 132.800 |
| Acção 3.3 Formação em Exercício e Contínua de professores | Reconverter e aperfeiçoar a competência pedagógica dos professores com a 1ª Fase da Form. em Exercício. | Criação de Centros de Recursos regionais para implementação de actividades formativas na modalidade de ensino a distância; Articulação entre o IP a DGAEA e a Rádio Educativa. | Recrutamento dos formandos; Sensibilização de pessoas e recursos a nível central e concelhio. | Criação de 6 Centros de Recursos. | ▬ | | | 60.000 |
| | | | | 100% dos profess. com a 1ª fase reconvertidos ; | ▬▬▬ | | | 62.000 |
| | | | | 50% do total de profess. recebem acções de formação contínua. | ▬▬▬▬▬ | | | 10.000 |
| Acção 3.4 Regulamentação dos processos de progressão e promoção na carreira docente. | Incentivar o mérito e a colocação de professores em zonas difíceis. | Elaboração de dispositivos legais que permitam a criação de incentivos premiando o mérito e a colocação em zonas difíceis. | Realização de estudos sobre o desempenho, a colocação dos docentes e o impacto financeiro destas medidas. | Implementação de incentivos para 20% dos professores em exercício. | ▬ | | | 1.200 |
| Subtotal | | | | | | | | 290.000 |

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Componente 4: - 4.1. Gestão e Avaliação Escolar

| Acções | Objectivos | Estratégias | Actividades | Resultados Esperados | Período | | | Custos Estimados |
|--|--|---|---|--|---------|------------|-------|------------------|
| | | | | | 1ª | 2ª | 3ª | |
| Acção 4.1.1 Criação do dispositivo legal para enquadrar dos Gestores e Coordenadores. | Melhorar o enquadramento profissional dos Gestores e Coordenadores. | Elaboração do Estatuto e carreira dos Gestores e Coordenadores Pedagógicos. | Realização de estudos de impacto financeiro. | Estatuto e Carreira dos Gestores e Coordenadores publicado. | █ | | | 1200 |
| Acção 4.1.2 Formação de Gestores e Coordenadores Pedagógicos. | Melhorar a eficácia da gestão pedagógica e administrativa das escolas. | Implementação de cursos de formação em exercício com recurso a tecnologias de ensino a distância | Recrutamento de gestores do EBI e Professores; Organização de um curso de “Gestão e Supervisão Pedagógica”. | 100% dos gestores das escolas do EBI recebem formação técnico-pedagógica | █████ | | | 17.800 |
| Acção 4.1.3 Promoção da participação dos pais nos órgãos colegiais da escola | Assegurar a partilha e consensualização das decisões da Escola; Criar um modelo de gestão participativa dos pais e da sociedade civil em geral; Generalizar a participação dos pais na gestão das escolas. | Sensibilização da comunidade para participação activa na vida Escolar ; Desenvolvimento de parcerias com as associações comunitárias e com ONGs; Integração de actividades de alfabetização dos adultos (pais e enc. educ) nas actividades de apoio educativo aos alunos; | Criação de Associações de pais dos alunos; Sensibilização dos líderes comunitários; Identificação de redes de apoio nas famílias dos alunos; | 80% dos Pais/encarregados de Educação participam activamente na definição das actividades | | ██████████ | | 2.000 |
| Acção 4.1.4 Formação de capacidades no domínio da avaliação das aprendizagens a nível central e local. | Melhorar a sistematização e tratamento das informações sobre o rendimento escolar; Criar as condições para utilização dos resultados dos alunos como instrumentos para melhorar as aprendizagens. | Implementação nas escolas de formação de professores de estruturas direccionadas para a pesquisa - acção sobre a avaliação das aprendizagens; Desenvolvimento de capacidades a nível de “zonas pedagógicas” nos diferentes concelhos. | Identificação de especialistas nacionais na área de avaliação; Identificação da assistência técnica para a renovação das unidades de avaliação das escolas de formação. | Renovadas as unidades de avaliação das escolas de formação de professores; Qualificados 100% dos coordenadores pedagógicos e professores. | █ | | █████ | 10.000 |
| Acção 4.1.5 Implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Aprendizagem | Avaliar a qualidade das aprendizagens escolares Contribuir para o mapeamento dos níveis de aprendizagem alcançados pelos alunos. | Instalação das Unidades de Avaliação nas Escolas de Formação de Professores do IP; Criação de um Grupo de Pesquisa permanente a nível central. | Constituição das equipas de trabalho nas escolas de formação e nos serviços centrais; Análise dos resultados das provas sumativas dos alunos do 6º ano; Aplicação de Provas Internacionais. | Implementado o Sistema Nacional de Avaliação das Aprendizagens; Gradação dos principais níveis de aprendizagem das crianças do EB. | | ██████████ | | 9.000 |
| Subtotal | | | | | | | | 44.300 |

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

4.2. Acção Social Escolar

| Acções | Objectivos | Estratégias | Actividades | Resultados Esperados | Período | | | Custos Estimados (contos) |
|---|--|--|---|---|---------|----|----|---------------------------|
| | | | | | 1ª | 2ª | 3ª | |
| Acção 4.2.1 Consolidação do programa das Cantinas Escolares | Fornecer a todas as crianças uma refeição quente; Melhorar a qualidade do stock dos géneros alimentícios. | Mobilização dos parceiros nacionais e internacionais; Construção e reparação dos armazéns e das cozinhas. | Identificação das escolas localizadas em zonas de maior carência social; Trabalhos de reparação. Formação das cozinheiras. | 100% das crianças recebem uma refeição quente na escola | ===== | | | 192.100 |
| Acção 4.2.2 Transporte de Água e de Géneros Alimentícios | Melhorar o transporte de água e de géneros alimentícios às escolas. | Mobilização dos parceiros nacionais e internacionais. | Aquisição de viaturas para o transporte dos géneros alimentícios. | 100% dos géneros transportados de forma atempada às cantinas e armazéns. | ===== | | | 16.100 |
| Acção 4.2.3 Fornecimento de materiais escolares | Melhorar as condições de aprendizagem das crianças mais desfavorecidas. | Identificação das crianças mais desfavorecidas. | Dotar as crianças desfavorecidas de materiais didácticos. | 100% das crianças carênciadas recebem materiais escolares. | ===== | | | 100.000 |
| Acção 4.2.4 Desenvolvimento da educação para a saúde | Sensibilizar os docentes e as famílias para os problemas da saúde escolar. Incutir nas crianças comportamentos conducentes à melhoria da higiene e da saúde | Desenvolvimento de parcerias com os Serviços Centrais do Min. da Saúde, delegacias de saúde e ONGs. Sensibilização dos professores e das escolas para estabelecimento de contactos c/ os Serviços de Saúde. | Sensibilização da comunidade e dos pais; Introdução de conteúdos de educação sexual e de luta contra a SIDA; | 100% dos Gestores, Coordenadores e Professores formados em saúde escolar. | ===== | | | 12.000 |
| | | | Formação de docentes e coordenadores; Divulgação do Manual de Saúde Escolar; | 100% das crianças do EBI desenvolvem comportamentos básicos em matéria da saúde/nutrição; | ===== | | | 80.000 |
| Subtotal | | | | | | | | 400.200 |

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

4.3. Alargamento e Melhoria do Atendimento a Crianças com Necessidades Educativas Especiais

| Acções | Objectivos | Estratégias | Actividades | Resultados Esperados | Período | | | Custos Estimados (contos) |
|---|--|---|--|---|---------|----|----|--------------------------------|
| | | | | | 1ª | 2ª | 3ª | |
| Acção 4.3.1 Adaptação das escolas aos requisitos das crianças com necessidades educativas especiais | Adequar as condições físicas das escolas do Ensino Básico às crianças com necessidades educativas especiais. | Desenvolvimento de parcerias com as autarquias e com associações de defesa dos direitos das crianças deficientes; Sensibilização dos Gestores Escolares. | Adaptação das condições de acesso e de permanência dos alunos; Sensibilização das famílias e das autarquias locais; Mobilização de parcerias externas. | 50% das escolas do Ensino Básico oferecem condições de acolhimento às crianças com necessidades educativas especiais. | ===== | | | 16.800 |
| Acção 4.3.2 Formação de Agentes Educativos nas valências de Educação Especial | Melhorar o Atendimento às crianças com necessidades educativas especiais. | Introdução nos currícula dos cursos de formação inicial e em exercício, de temáticas ligadas ao Ensino Especial; Mobilização de parcerias internas e externas. | Sensibilização das organizações públicas e privadas; Especialização de professores em Ensino Especial. | 50% dos Agentes Educativos recebem capacitação em matéria de Ensino Especial. | ===== | | | 11.000 |
| Subtotal | | | | | | | | 11.000 16.800 |

Componente 5: Reforço das Delegações do Ministério da Educação e Desenvolvimento de Parcerias com as Organizações Sociais

| Acções | Objectivos | Estratégias | Actividades | Resultados Esperados | Período | | | Custos Estimados |
|---|---|--|--|--|---------|----|------------------|---------------------------------|
| | | | | | 1ª | 2ª | 3ª | |
| Acção 5.1 Criação de condições materiais para o bom desempenho das Delegações | Melhorar o funcionamento e as condições físicas das Delegações. | Procura de soluções alternativas para o financiamento dos projectos de construção e de reabilitação. | Construção e renovação de instalações e de equipamentos; | Todas as Delegações c/ instalações adequadas. | ===== | | | 180.000 |
| Acção 5.2 Promoção de parcerias entre as Escolas e a Sociedade | Melhorar a participação das organizações da sociedade civil no desenvolvimento da escola. | Mobilização dos parceiros sociais; Sensibilização das autarquias e associações de pais; Adopção de critérios para os apoios financeiros. | Identificação dos principais parceiros sociais; Estabelecimento de parcerias. | 50% das Escolas têm organizações sociais que participam na gestão e nos projectos de escola. | ===== | | | 12.000 |
| Subtotal | | | | | | | | 12.000 180.000 |
| Total Parcial | | | | Custos de Funcionamento | | | 1.002.100 | |
| | | | | Custos de Investimento | | | 841.800 | |

7. ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS

A Alfabetização e Educação de Adultos é entendida como um meio de participação na conjuntura social, económica, política e cultural do país. A sua concretização passará por um conjunto de acções a definir com as comunidades, com vista a responder aos problemas que as preocupam quotidianamente e que poderão variar, desde a aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, passando pela animação comunitária, pela aquisição de conhecimentos profissionais e culturais básicos, até aos conhecimentos sobre a gestão de actividades geradoras de rendimento.

A Conferência Mundial de Educação de Adultos, realizada em Hamburgo, em 1997, considerou a educação de adultos como “a chave que abre as portas do século XXI”. Considerou ainda que a educação de adultos deve estar enquadrada no contexto de uma educação moderna, multifacetada e permanente, adequada às rápidas transformações a que o mundo está sujeito.

Assim, de cariz fortemente democrático, a educação de adultos deve:

- promover a participação comunitária;
- lutar contra toda e qualquer forma de discriminação nas sociedades;
- promover uma cultura de paz, de diálogo intercultural e de defesa dos direitos do ser humano;
- desenvolver no seio da sociedade civil uma postura activa e favorável à preservação do meio ambiente, ao desenvolvimento auto-sustentado e à solidariedade e cooperação internacional;
- promover o direito ao trabalho, à formação profissional e à igualdade de oportunidades entre os sexos;
- estar virada para questões relacionadas com a problemática da família, da saúde e da população.

Na verdade, no actual contexto de globalização, o investimento a nível dos recursos humanos é fundamental para qualquer país. É nesta perspectiva que, no quadro da elaboração do *Plano Estratégico para a Educação* se deve potencializar a universalização da educação adultos, de forma a que todos possam ter uma educação de base que permita uma participação mais dinâmica no processo de desenvolvimento do país, evitando a exclusão, como forma de combater a pobreza e promover a solidariedade social.

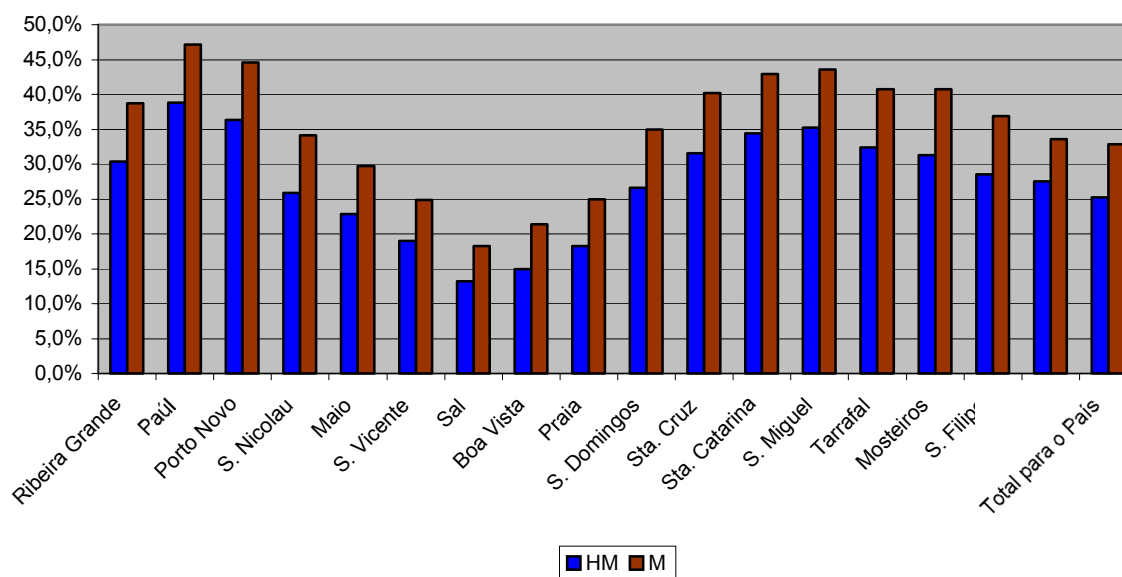
7.1 CARACTERIZAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS

A evolução da Alfabetização e Educação de Adultos em Cabo Verde representa, em termos qualitativos, melhorias significativas dos indicadores de desenvolvimento do país (demografia, saúde e educação).

1. Em termos quantitativos, de 1975 a 2000 foram alfabetizadas 41.661 pessoas na 1ª fase e 29.887 na 2ª fase. Cerca de 4.795 jovens e adultos terminaram a 3ª fase que só se iniciou a nível nacional em 1997/98. Assim, a taxa de analfabetismo passou de 61,3% na população dos 15 e mais anos, em 1975, para cerca de 25,2% em 2000, com uma redução para 7,6% na população dos 15 aos 34 anos, considerada nos últimos anos faixa etária prioritária.

No Gráfico 3.1 apresenta-se uma distribuição da população analfabeta por concelho, verificando-se que as taxas mais elevadas de analfabetismo se encontram nos concelhos do interior de Santiago, em Santo Antão e no Fogo.

Gráfico 3.1 - Distribuição da População Analfabeta



Por outro lado, cerca de 6000 formandos frequentaram com sucesso as actividades de formação profissional de base e mais de 150.000 presenças foram registadas nas actividades de animação comunitária.

A alfabetização e educação de adultos é assegurada, a nível do país, por um corpo de animadores possuindo habilitações diversas. 1/3 dos animadores em exercício possui a 2ª fase da FEPROF, considerada formação adequada para se trabalhar com a 3ª fase do ensino básico de adultos. Estes animadores dispõem de uma carreira com reconhecimento social e legal, integrada no Estatuto do Pessoal Docente.

2. As bibliotecas móveis que começaram a ser implementadas através de uma experiência piloto, na Praia, no ano de 1995, cobrem actualmente os seis concelhos de Santiago, três de S. Antão, dois do Fogo e um de S. Nicolau e contam com cerca de 20.000 inscritos e 239.439 requisições. Estas bibliotecas percorrem 75 itinerários e 179 localidades rurais.

3. A educação a distância é actualmente uma das áreas em pleno desenvolvimento. Iniciada em 1998, esta modalidade de ensino visa a formação de jovens e adultos utilizando uma metodologia que articula aulas radiofónicas com materiais didácticos apropriados e sessões semanais de tutoria. Até ao presente foram formados, na área de manipulação de alimentos, 150 monitores e 1500 pessoas.

4. O Plano Curricular da Educação Básica de Adultos, cujo objectivo é a universalização da educação de base de jovens e de adultos, é equivalente aos 6 anos de escolaridade obrigatória e é algo mais que a simples alfabetização. Este Plano Curricular perspectiva a integração das actividades de alfabetização e educação de adultos no contexto do desenvolvimento local e comunitário e procura, na medida do possível, a articulação da formação académica com a formação profissional de base. Trata-se de uma proposta curricular para a alfabetização e educação de adultos flexível, podendo adaptar-se às necessidades dos formandos em cada ilha ou concelho. Neste âmbito, a alfabetização e educação de adultos é equiparada à educação de base formal, com possibilidades de progressão e passagem para o subsistema escolar e vice-versa.

Decorrente do Plano Curricular e inserido no contexto da realidade cabo-verdiana foram elaborados programas, manuais e guias, por técnicos nacionais que já foram experimentados, adaptados e generalizados.

Na perspectiva de elevação da escolaridade básica obrigatória, foram desenvolvidos em vários concelhos do país experiências, a nível do tronco comum do Ensino Secundário (7º e 8º anos de escolaridade), para adultos que terminaram a 3ª fase do Ensino Básico por forma a que se possa adaptar a proposta curricular do ensino de adultos às novas exigências, quer do mercado, quer dos intervenientes directos no processo educativo.

7.2 PERCEÇÃO DOS DIFERENTES ACTORES SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL DA ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Durante o processo de auscultação realizado com representantes de todos os concelhos do país, nomeadamente, com os delegados da educação, os gestores, os coordenadores da alfabetização e do pré-escolar, os professores, os pais e os representantes dos alunos, assinalaram-se os principais factores internos e externos que caracterizam o actual sistema. Com a exploração do método de SWOT analisaram-se estes factores, agrupando-se os factores internos em torno de forças a potencializar e de fraquezas a eliminar, ou a reduzir.

Quadro 7.2.1 - Factores internos

| Pontos Fortes | Pontos Fracos |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> Educação básica de adultos possuindo um Plano Curricular experimentado e universal; Existência de um corpo de animadores com experiência e estatuto profissional reconhecido; Experiência de implementação de programas de alfabetização socialmente úteis (formação profissional de base, animação comunitária e animação para a leitura); Experiência de ensino a distância com utilização da metodologia ECCA (Rádio das Canárias). | <ul style="list-style-type: none"> Difícil situação financeira do sub-sistema; Fraca assunção da alfabetização pelo sector público e privado; Deficiente articulação entre os subsistemas de ensino e, nomeadamente, entre a DGAEA, a DGEBS e o IEFP; Insuficiente formação de um grande número de animadores; Falta de recursos materiais para desenvolvimento das actividades de formação a distância. |

Relativamente aos factores externos ao sistema, os participantes apontaram cinco grandes ameaças que poderão condicionar o desenvolvimento da educação de adultos e consideram seis grandes oportunidades que será necessário aproveitar para a consolidação e expansão deste subsistema educativo.

Nos Quadros 7.2.1 e 7.2.2 apresenta-se um resumo das constatações enunciadas que foram assumidas para a elaboração deste Plano Estratégico.

Quadro 7.2.2 - Factores externos

| Ameaças | Oportunidades |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Elevado índice de pobreza das populações; • Fraca expectativa em relação à alfabetização e à melhoria das condições de vida; • Desistência e abandono escolar, sobretudo nos centros urbanos e zonas pesqueiras; • Exclusão social acentuada devido ao consumo de álcool; • Fraca propensão de instituições públicas e privadas para as políticas de promoção do trabalhador. | <ul style="list-style-type: none"> • Taxa de analfabetismo elevada na faixa dos 35 aos 49 anos; • Disponibilidade e engajamento de novos parceiros; • Diversificação de abordagens educativas; • Desenvolvimento de novas metodologias apoiadas no progresso tecnológico; • Exigência de mais qualificação profissional para o mercado de trabalho; • Elevada taxa de cobertura do ensino básico. |

7.3 VISÃO PROSPECTIVA SOBRE A EDUCAÇÃO DE ADULTOS

A análise prospectiva sobre a Alfabetização e Educação de Adultos deverá fundamentar-se na evolução recente deste subsistema, nos possíveis cenários quantitativos que poderão ser elaborados no âmbito do Plano Estratégico e na visão que o sector e os diferentes actores têm para o desenvolvimento da Educação de Adultos.

7.3.1 Cenários possíveis para desenvolvimento da Educação de Adultos

Não obstante os ganhos substanciais obtidos a nível da alfabetização e educação de adultos, prevalecem ainda alguns constrangimentos e factores críticos, que deverão ser tomados em consideração.

1. Um destes factores críticos está relacionado com a existência de uma taxa de analfabetismo relativamente elevada na faixa etária dos 15 e mais anos, com valores significativos para a população dos 35 aos 49 anos (32,8%), e com o facto de existirem ainda acentuadas disparidades geográficas.

Para se modificar esta situação propõe-se a realização, durante a vigência do Plano, de um **programa de alfabetização** que deverá priorizar o público feminino e ter como alvo, sobretudo, o grupo etário dos 15 aos 49 anos.

Um cenário possível para este programa aponta para a necessidade de se alfabetizarem anualmente cerca de 2000 indivíduos com programas equivalentes aos da 1ª fase do EBI que contemplem também acções de formação profissional de base e de animação comunitária.

Este esforço de expansão da alfabetização não terá sucesso se a educação de adultos não se expandir também, de maneira significativa, às restantes fases da escolarização básica. Com efeito, considera-se indispensável continuar com os esforços já desenvolvidos para alargar a um maior número de alfabetizandos a globalidade das 3 fases de ensino básico para adultos.

Para além dos alfabetizandos a enquadrar com actividades da 1ª fase, deverão continuar a atribuir-se ao sector responsabilidades sobre a escolarização básica de adultos por forma a poderem ser enquadrados anualmente cerca de 1500 formandos com a 2ª fase e 2500 com a 3ª fase.

Para que este cenário possa concretizar-se será necessário capacitar os animadores que actualmente não possuem habilitações adequadas, reforçar o quadro de animadores existente (prevê-se a necessidade de 300) e melhorar as condições físicas dos círculos de cultura onde se deverão desenvolver as práticas pedagógicas.

2. Como parte integrante do *programa de alfabetização*, a **formação profissional de base** deverá ser expandida a todos os concelhos por forma a poderem enquadrar-se anualmente cerca de 1000 formandos em cursos profissionais de nível 1.

Para estas actividades, haverá que estabelecer acordos e protocolos com as Escolas Secundárias onde possam vir a funcionar *Unidades Formativas*, com os Centros de Formação Profissional, com as empresas locais, etc. Contudo, será conveniente organizar, a nível concelhio, o enquadramento, o apoio ao funcionamento e a avaliação de todas estas actividades formativas.

3. Um outro factor crítico relaciona-se com as perspectivas de expansão da escolaridade obrigatória para 8 anos e com o facto de existir um grande número de jovens e adultos potenciais candidatos à frequência de um 1º ciclo de ensino secundário que terá de ter um modelo e uma organização adequada a este tipo de público.

Este modelo, geralmente designado por **ensino recorrente**, poderá vir a ser desenhado com uma estrutura modular, flexível e adaptável às características dos formandos e às finalidades do ciclo de estudos. Com um figurino próprio para jovens trabalhadores, deverá ser implementado, sobretudo, nas zonas mais carênciadas.

Como cenário possível para desenvolvimento do *ensino recorrente*, afigura-se desejável completar a formação dos cerca de 1000 jovens que abandonam anualmente o sistema de ensino formal ao nível do 6º ano de escolaridade e dos vários milhares (cerca de 10000) que não chegam a frequentar o 1º ciclo de ensino secundário.

A Educação de Adultos deverá dispor de meios humanos e materiais para poder desenvolver esta modalidade educativa que inicialmente poderá ser dirigida para o enquadramento de 2500 formandos anuais que deverão frequentar o 1º ciclo de ensino secundário na modalidade recorrente.

4. Ainda com factor específico a ter em conta neste início do século XXI, as modalidades de **ensino a distância** poderão vir a ocupar um lugar de relevo no desenvolvimento das políticas de educação de adultos.

O projecto ECCA, em curso, será o embrião para o desenvolvimento destas modalidades. Será necessário dar-lhe continuidade e abrir novas possibilidades para o desenvolvimento da formação a distância nos mais variados domínios das actividades económicas e culturais.

Prevendo-se que a expansão destas modalidades seja feita em função dos progressos tecnológicos e do aumento das necessidades educativas dos cidadãos, considera-se possível e desejável construir um cenário onde o ensino a distância para adultos venha a ter grande importância.

Para além de um centro emissor de programas e materiais didácticos será necessário apetrechar os centros concelhios com os recursos indispensáveis para a concretização das actividades de ensino a distância.

Também para este sector, a Educação de Adultos deverá dispor de meios humanos e materiais para se poderem desenvolver as actividades de ensino a distância que inicialmente poderão ser dirigidas para o enquadramento de 2000 formandos anuais.

7.4 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Pela importância da Educação de Adultos quer no combate à pobreza, quer na concretização das políticas de desenvolvimento socioeconómico, considera-se indispensável criar no âmbito deste Plano Estratégico uma estrutura autónoma de coordenação, dinamização e avaliação de toda a política de educação de adultos.

Com efeito, são demasiado abrangentes e suigéneres as actividades de alfabetização, de ensino recorrente para adultos, de formação a distância, de animação comunitária, de divulgação cultural... A sua implementação exige métodos, regras e recursos próprios que só uma instituição autónoma, disposta de meios específicos e vocacionada para o ensino não-formal, poderá vir a desempenhar.

1. A criação de um “Instituto de Promoção da Educação de Adultos”, com antenas nos diversos concelhos do país (Centros Concelhios) e com ligações estreitas aos Serviços Centrais do Ministério da Educação e em particular ao IEFP, deverá contribuir para que toda a Educação de Adultos possa vir a ocupar, na estrutura educativa, o papel que lhe compete de área privilegiada, na luta contra a pobreza e o obscurantismo, pelo desenvolvimento e progresso social, pela permanente aquisição de novos saberes e novos conhecimentos.

Na sua componente operacional o Plano Estratégico para este subsistema deverá orientar-se pelos princípios expressos no Plano Curricular da Educação Básica de Adultos, nomeadamente, a participação, a flexibilidade, a integração, a comunicação horizontal e vertical e o desenvolvimento comunitário, e articula-se com os princípios orientadores do ensino formal e da formação profissional.

2. A Alfabetização continuará a ocupar um papel de relevo nas políticas que a Educação de Adultos deverá desenvolver nos próximos 10 anos.

De acordo com as “Perspectivas Demográficas de Cabo Verde no horizonte 2020”, a população da faixa etária dos 15 aos 49 anos vai passar de 201.583 em 2000 para 276.082 em 2010. De acordo com o censo de 2000, a taxa de analfabetismo nesta faixa etária era de 14,6%.

Como estratégia, no âmbito deste Plano, preconiza-se a redução para 5%, no horizonte 2010, da taxa do analfabetismo para a faixa etária dos 15 aos 49 anos.

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Este esforço representará em termos absolutos, um total de 15.500 pessoas a alfabetizar, com uma média anual de 2000 formandos a enquadrar por cerca de 300 animadores.

A redução da taxa do analfabetismo, na faixa dos 15 aos 49 anos, de 15% em 2000 para 5% no horizonte 2010, permitirá a diminuição da taxa de analfabetismo na faixa etária dos 15 e mais anos de 25% em 2000, para 15% em 2010. Esta tendência permitirá ainda o aumento da taxa global de alfabetização de adultos para cerca de 90% até 2015, meta considerada pela UNESCO como desejável de atingir no âmbito do Plano de Educação para Todos.

Quadro 7.4.1 - Previsão das Actividades de Alfabetização até 2010

| Concelhos | <i>Situação em 2000</i> | | | <i>Estimativa para a situação em 2010</i> | | | <i>Previsão de Alfabetizados (2003-2010)</i> | | |
|------------------------|-------------------------|-------------------|--------------|---|-----------------|-------------|--|---------------|----------------------|
| | Populaç (15-49) | Pop.Analf (15-49) | Taxa Analf. | Populaç. (15-49) | P.Analf (15-49) | Taxa Analf. | Total a formar | Formand. /ano | Número de Animadores |
| R. ^a Grande | 9476 | 1383 | 14,6% | 11075 | 554 | 5,0% | 830 | 104 | 16 |
| Paul | 3662 | 864 | 23,6% | 4478 | 224 | 5,0% | 640 | 80 | 12 |
| Porto Novo | 7606 | 1582 | 20,8% | 9601 | 480 | 5,0% | 1102 | 138 | 21 |
| S. Vicente | 35107 | 4283 | 12,2% | 47872 | 2394 | 5,0% | 1889 | 236 | 35 |
| S. Nicolau | 5837 | 695 | 11,9% | 6255 | 313 | 5,0% | 382 | 48 | 7 |
| Sal | 8335 | 867 | 10,4% | 12920 | 646 | 5,0% | 221 | 28 | 4 |
| Boa Vista | 2125 | 155 | 7,3% | 3510 | 175 | 5,0% | 120 | 15 | 3 |
| Maio | 3072 | 347 | 11,3% | 4329 | 216 | 5,0% | 131 | 16 | 3 |
| Praia | 54369 | 6959 | 12,8% | 81284 | 4064 | 5,0% | 2895 | 362 | 54 |
| S. Domingos | 5508 | 666 | 12,1% | 6861 | 343 | 5,0% | 323 | 40 | 6 |
| Sta. Cruz | 13232 | 2197 | 16,6% | 18407 | 920 | 5,0% | 1276 | 160 | 24 |
| Sta. Catarina | 20063 | 3511 | 17,5% | 27866 | 1393 | 5,0% | 2118 | 265 | 40 |
| S. Miguel | 6388 | 1182 | 18,5% | 8123 | 406 | 5,0% | 776 | 97 | 15 |
| Tarrafal | 7409 | 1304 | 17,6% | 11509 | 575 | 5,0% | 800 | 100 | 15 |
| S. Filipe | 12088 | 1753 | 14,5% | 13900 | 695 | 5,0% | 1058 | 132 | 20 |
| Mosteiros | 4109 | 748 | 18,2% | 4888 | 244 | 5,0% | 503 | 63 | 9 |
| Brava | 3207 | 510 | 15,9% | 3204 | 160 | 5,0% | 350 | 44 | 7 |
| Total País | 201583 | 29006 | 14,6% | 276082 | 13802 | 5,0% | 15414 | 1928 | 291 |

Fontes: Censo de 2000 e Projecções da População por Concelho (2000-2010) – INE-2002.

Os esforços de redução da taxa de analfabetismo deverão variar de Concelho para Concelho. Por exemplo, para as ilhas de Sal, Maio e Boa Vista o esforço será muito diferente daquele que se terá de fazer para a Praia, Santa Catarina ou S. Vicente. Para a concretização destas acções será necessário elaborar planos operacionais por Concelho.

3. As novas modalidades de *ensino recorrente* e de *ensino a distância* não têm ainda um passado que justifique uma grande preocupação com o seu desenvolvimento. Contudo, as perspectivas que se vislumbram, quer para a criação e consolidação do *ensino recorrente*, graças à expansão da escolaridade obrigatória, quer com o alargamento do *ensino a distância*, graças ao desenvolvimento das TIC e das necessidades formativas, são animadoras e encorajadoras.

A reformulação institucional das estruturas de Educação de Adultos deverá contribuir para que estas duas modalidades se venham a afirmar rapidamente e venham a enquadrar um número crescente de formandos que sem elas ficariam excluídos do sistema educativo.

Haverá que encontrar soluções específicas para que estas modalidades de ensino se possam afirmar como importantes alternativas ao ensino formal e à formação profissional tradicional.

7.5 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS

7.5.1 Reforço das estruturas e dos apoios educativos:

- i) criação de um “Instituto para a Promoção da Educação de Adultos” com a finalidade de desenvolver programas de educação e formação ao longo da vida;
- ii) diversificação dos programas e modalidades educativas destinadas a jovens que abandonaram o sistema formal de ensino ou a adultos que nunca o frequentaram;
- iii) aumento da influência dos Centros Concelhios e dos Círculos de Alfabetização com o reforço de recursos materiais e dinamização de equipas pedagógicas;
- iv) mobilização dos parceiros sociais para o desenvolvimento da Educação de Adultos;

7.5.2 Consolidação e reforço das Estratégias de Alfabetização e Educação de Adultos:

- i) priorização das acções de alfabetização para o grupo etário dos 15 aos 49 anos;

- ii) reforço e aumento dos esforços de alfabetização para as mulheres;
- iii) alargamento da 2ª e da 3ª fase do ensino básico para adultos;
- iv) integração e lançamento do 1º ciclo do ensino secundário numa estratégia de educação recorrente para adultos;
- v) implementação de novos programas de alfabetização e de educação de adultos com a utilização de modalidades inovadoras de ensino, interligadas com a formação profissional;

7.5.3 Reformulação das políticas de enquadramento e de formação de quadros:

- i) regulamentação e implementação da carreira profissional dos Agentes Educativos de Alfabetização e Educação de Adultos;
- ii) promoção da formação em exercício e contínua dos agentes da educação básica de adultos;
- iii) recrutamento de novos quadros docentes que possam assegurar, quer a expansão do ensino recorrente, quer a abrangência do ensino a distância.

7.6 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

O Plano Estratégico para a Educação fixa como objectivos os seguintes:

- Reduzir a taxa de analfabetismo para **5%** na faixa dos 15 aos 49 anos e, por conseguinte, para **15%** na faixa dos 15 e mais anos;
- Melhorar a qualidade e funcionalidade da alfabetização e educação de adultos;
- Alargar o âmbito da educação básica para adultos em estreita ligação com a formação profissional e o ensino recorrente;
- Alargar à população adulta a generalização do 1º nível de ensino secundário com recurso a modalidades de ensino recorrente;
- Implementar sistemas de ensino a distância que possam utilizar novas tecnologias e metodologias para a formação e educação de adultos;
- Regulamentar a carreira do animador de educação de adultos.

7.7 MEDIDAS DE POLÍTICA

- Redefinição do enquadramento legal e institucional dos organismos responsáveis pelas actividades de educação de adultos;
- Consolidação e revitalização das estratégias e das metas da alfabetização e da educação de adultos;
- Promoção de uma maior articulação entre o subsistema escolar e extra-escolar;
- Reforço da cobertura dos círculos de cultura na 1ª fase de alfabetização e educação de adultos e consolidação da 2ª e da 3ª fase, priorizando a faixa etária dos 15 aos 49 anos com especial incidência para o sexo feminino;
- Estabelecimento de planos de eliminação progressiva do analfabetismo nas localidades mais afectadas;
- Ampliação da abordagem educativa “Pedagogia do Texto” e adopção de outras abordagens que permitam melhorar a qualidade e a funcionalidade da alfabetização e educação de adultos;
- Reforço e dinamização do ensino recorrente para jovens e adultos que abandonaram o sistema escolar;
- Recrutamento de novos agentes educativos, promoção da formação contínua dos animadores em exercício através do ensino a distância e regulamentação da carreira do animador em educação de adultos;
- Adopção de medidas que facilitem a criação de incentivos para os alfabetizandos, nomeadamente, redução do horário de trabalho e reformulação de funções;
- Estabelecimento de acordos de cooperação com Escolas, Empresas e Centros de Formação Profissional para desenvolvimento das acções de formação profissional de base;
- Promoção da educação a distância com a criação, nos centros concelhios, de unidades apetrechadas com os equipamentos e os recursos humanos indispensáveis para o desenvolvimento das actividades formativas;
- Articulação com as ONG’s, Associações Cívicas, Câmaras Municipais, Igrejas e outros parceiros, da alfabetização com acções de desenvolvimento social e comunitário;
- Reforço do protagonismo das bibliotecas móveis, aumentando os seus recursos e dinamizando a sua actuação;
- Concessão de uma autonomia pedagógica e administrativa aos Centros Concelhios de Alfabetização e Educação de Adultos para além das relações institucionais que deverão manter com as Delegações do Ministério da Educação.

**7.8 PLANO DE ACÇÃO NO ÂMBITO DA ALFABETIZAÇÃO
E EDUCAÇÃO DE ADULTOS**

Componente 1 : Informação, sensibilização e mobilização social

| Acções | Objectivos | Estratégias | Actividades | Resultados Esperados | Período | | | Custos Estimados (contos) |
|---|--|---|--|---|---------|----|----|---------------------------|
| | | | | | 1ª | 2ª | 3ª | |
| Acção 1.1 Informação, sensibilização e mobilização da população. | Aumentar a cobertura dos círculos de cultura tendo em conta as disparidades sociais e geográficas. | Promoção de campanhas permanentes de sensibilização e mobilização da luta contra o analfabetismo utilizando os media; | Elaboração de programas radiofónicos e televisivos. | Programas radiofónicos e televisivos elaborados e difundidos. | ===== | | | 5 000 |
| Acção 1.2 Identificação e mobilização da população analfabeta. | | Enfoque das acções de alfabetização nos concelhos e freguesias que apresentem maiores disparidades sociais e geográficas; | Identificação e levantamento da população analfabeta por Concelho e localidades de acordo com o censo 2000 e as perspectivas demográficas para o horizonte 2020. | População analfabeta identificada por localidade. | ===== | | | 1 000 |
| | | | | | | | | |
| Acção 1.3 Planificação e avaliação das acções de alfabetização e educação de adultos. | | Articulação com as ONGs, Associações Cívicas, Câmaras Municipais, Igrejas e outros. | Promoção de encontros periódicos com os parceiros sociais. | Encontros anuais de planificação e avaliação com os parceiros realizados. | ===== | | | 4 000 |
| Subtotal | | | | | | | | 11 000 |

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Componente 2 : Recrutamento e formação de agentes educativos

| Acções | Objectivos | Estratégias | Actividades | Resultados Esperados | Período | Custos Estimados (contos) |
|---|---|---|--|---|--|---------------------------|
| | | | | | 1 ^a 2 ^a 3 ^a | |
| Acção 2.1 Formação de quadros do organismo coordenador. | Melhorar e alargar a qualidade da oferta educativa. | Elaboração de modalidades inovadoras de formação, com recurso ao ensino a distância; Estabelecimento de parcerias com o IP e outras Instituições de Cooperação | Formação de quadros para enquadrar as acções de EA. | 40 quadros formados para o enquadramento das actividades formativas | ===== | 3 000 |
| Acção 2.2 Recrutamento selecção e formação de animadores e formadores. | Melhorar a capacidade de desempenho dos animadores e formadores; Proporcionar uma bolsa de monitores qualificados para o ensino a distância. | | Definição de critérios de recrutamento de novos animadores; | 100 animadores recrutados e formados; | ===== | 12 000 |
| | | | Formação inicial e em exercício de animadores. | 100 % dos animadores em exercício com formação pedagógica. | ===== | 4 000 |
| Acção 2.3 Capacitação de monitores de ensino a distância. | Aumentar a oferta educativa com cursos de ensino recorrente para jovens e adultos. | | Organização e realização de acções de formação de monitores para o ensino a distância. | Monitores formados para as actividades de ensino a distância. (150) | ===== | 12 000 |
| Acção 2.4 Aperfeiçoam. animadores de ensino recorrente. | | Reciclagem de docentes para o ensino recorrente. | Docentes do ensino Recorrente formados. (100) | ===== | 6 000 | |
| Subtotal | | | | | | 37 000 |

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Componente 3 : Melhoria dos Recursos Pedagógicos

| Acções | Objectivos | Estratégias | Actividades | Resultados Esperados | Período | | | Custos (contos) |
|--|--|--|--|--|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| | | | | | 1 ^a | 2 ^a | 3 ^a | |
| Acção 3.1 Actualização dos materiais de suporte para a alfabetização | Assegurar a pertinência e a qualidade das aprendizagens dos jovens e adultos | Mobilização da capacidade nacional para elaboração, revisão e actualização de materiais didácticos | Actualização de programas, manuais e guias de orientação metodológica. | Programas, e manuais actualizados. | = | | | 10 000 |
| | | | Produção de suportes televisivos; | Suportes audiovisuais elaborados. | | | | |
| Produção de brochuras e desdobráveis. | | | Brochuras e desdobráveis distribuídos. | = | | | 2 000 | |
| Acção 3.2 Elaboração programas e materiais didácticos. | | | Produção de programas de formação a distância. | Programas, manuais e guias elaborados. | = | | | 70 000 |
| | Produção do Jornal ALFA | Jornal editado e distribuído. | = | | | 58 600 | | |
| Subtotal | | | | | | | | 140 600 |

Componente 4 : Reforço das Instalações e Equipamentos Educativos

| Acções | Objectivos | Estratégias | Actividades | Resultados Esperados | Período | | | Custos (contos) |
|---|--|---|--|--|----------------|----------------|----------------|-------------------------------|
| | | | | | 1 ^a | 2 ^a | 3 ^a | |
| Acção 4.1 Criação e implementação de uma estrutura de coordenação da Educ. Adult. | Alargar e melhorar a oferta de actividades de alfabetização e educação de adultos. | Mobilização social no sentido de se criar um ambiente participativo a favor da educação de adultos; | Definição do enquadramento legal; | “Instituto para a Promoção da Educação de Adultos” criado. | □ | | | 2 000 |
| | | | Adaptação de estruturas existentes. | | = | | | 4 500 |
| Acção 4.2 Reabilitação e equipamento de estruturas de acolhimento | | Desenvolvimento de parcerias a nível central, local e com a coop. internacional. | Equipamento dos Centros e Círculos de Cultura com mobiliário e equipamento básico. | 17 Centros Concelhios equipados; | = | | | 8 500 |
| | | | | 100 Círculos de Cultura apetrechados. | = | | | 8 000 |
| Subtotal | | | | | | | | 2.000 21.000 |

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

**Componente 5 : Alfabetização, Formação Profissional de Base,
Ensino a Distancia, Educação Recorrente e Animação Comunitária**

| Acções | Objectivos | Estratégias | Actividades | Resultados Esperados | Período | | | Custos (contos) |
|---|---|--|---|--|---------|----|----|-----------------------------------|
| | | | | | 1ª | 2ª | 3ª | |
| Acção 5.1 Actividades de alfabetização | Reduzir a taxa de analfabetismo com incidência na faixa dos 15 aos 49 anos. | Desenvolvimento de acções de acordo com os manuais e guias. | Animação pedagógica dos círculos de cultura. | 2000 pessoas alfabetizadas por ano. | ===== | | | 320 000 |
| Acção 5.2 Formação profissional de base e actividades geradoras de rendimento | Melhorar a pertinência da educação de base de adultos. | Promover maior articulação entre a formação académica, a formação profissional de base e as actividades geradoras de rendimento. | Elaboração de planos de formação profissional de base em articulação com instituições de FP e diversos parceiros. | 1000 formandos por ano nas FPB e AGR | ===== | | | 120 000 |
| Acção 5.3 Ensino a distância | Renovar métodos e programas de formação | Utilização da Rádio Educa., da TV e TIC; Elab. e implem. de acordos c/ agencias de cooperação. | Elaboração de programas e suportes didact. Foramação de formadores; Divulgação de cursos e sensibilização do público alvo | 10 cursos dif. implementados para 2000 formandos/ano 30 formadores capacitados; | ===== | | | 190 000 4 000 |
| Acção 5.4 Educação recorrente | Alargar o âmbito da Educação de Adultos aos diferentes ciclos de ES | Divulgação e promoção de novas metodol. de educ adultos; Cooperação c/ a DGEBS. | Definição curricular, elab. de programas e mat. didácticos; Reciclagem dos quad. docentes; Divulg. oferta educativa. | 2500 formandos/ano com o 1º c. ES 100 docentes reciclados | ===== | | | 200 000 6 000 |
| Acção 5.5 Animação comunitária e cultural. | Dinamizar a animação comunitária; Estimular o hábito e o gosto pela leitura. | Sensibilizar as populações alvo Expandir as bibliotecas móveis. | Elaboração de planos de animação comunitária. Aquisição de livros; Manutenção dos Bibliobus. | Alfabetizando envolvidos na animação comunitária; Bibliotecas móveis reforçadas e alargadas; Frota mantida e renovada. | ===== | | | 16 000 8 000 30 000 |
| Subtotal | | | | | | | | 864.000 30.000 |

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Componente 6 : Acompanhamento e avaliação da Educação de Adultos

| Acções | Objectivos | Estratégias | Actividades | Resultados Esperados | Período | | | Custos Estimados (contos) |
|--|--|---|--|--|----------------|----------------|----------------|---------------------------|
| | | | | | 1 ^a | 2 ^a | 3 ^a | |
| Acção 6.1 | | | | | | | | |
| Acompanha- mento pedagógico e avaliação das actividades de Educação de Adultos. | Garantir a qualidade e a eficácia das actividades de alfabetização e educação de adultos. | Implementação de um sistema de acompanha- mento e de avaliação. | Realização de visitas de supervisão e acompanhamen- to pedagógico; | Sistema de acompanha- mento e avaliação implementado | ===== | | | 5 400 |
| | | | Elaboração e implementação de instrumentos de avaliação. | Instrumentos de avaliação elaborados e distribuídos. | = | | | 2 000 |
| Subtotal | | | | | | | | 7.400 |
| Total Parcial | | | | Custos de Funcionamento | | | | 1062.000 |
| | | | | Custos de Investimento | | | | 51.000 |

8. ENSINO SECUNDÁRIO

Na década de noventa registou-se uma forte expansão do Ensino Secundário. Actualmente todos os concelhos do país possuem estabelecimentos para este nível de ensino.

Apesar da grande expansão registada, o Ensino Secundário não dispõe, por enquanto, de uma estrutura adequada de modo a responder às necessidades do desenvolvimento socioeconómico e do mercado de trabalho.

No essencial, os diversos ciclos de Ensino Secundário Geral preparam apenas para o prosseguimento de estudos não fornecendo, aos jovens que abandonam o sistema, qualquer preparação específica para ingresso no mundo do trabalho.

O Ensino Secundário Técnico que funciona em 4 Escolas Secundárias poderá vir a proporcionar, num futuro próximo, uma alternativa credível à preparação para a vida activa. Por enquanto, estas escolas enquadram apenas 3% do total de alunos do Ensino Secundário e a formação oferecida é bastante deficiente, quer devido à falta de professores especializados, quer devido aos constrangimentos materiais que afectam a organização e o funcionamento das formações profissionalizantes.

8.1 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO

O Ensino Secundário, organizado em três ciclos com a duração de dois anos cada, funciona em 33 Escolas Secundárias oficiais (das quais 4 oferecem cursos de Ensino Técnico) e em 22 Escolas Secundárias privadas de pequena dimensão. A grande maioria destas escolas privadas, utiliza instalações e professores das escolas oficiais recrutando, sobretudo, alunos que ultrapassaram os limites de idade para frequentar o ensino secundário oficial.

No Documento 3 de preparação do Plano Estratégico, apresenta-se a situação existente no Ensino Secundário. Retirado deste documento, o Quadro 8.1 mostra um resumo da situação existente em 2000/01, a nível nacional, realçando o facto de existirem elevadas taxas de repetência e insuficiências preocupantes ao nível das qualificações profissionais do corpo docente.

Segundo o documento citado, no ensino oficial, o primeiro ciclo de ES (tronco comum) era frequentado por 50% do total dos alunos e funcionava em todos os concelhos do país. O segundo ciclo que funcionava em 25 escolas, era frequentado por 33% dos alunos e no terceiro ciclo, a funcionar em 19 escolas, estavam inscritos os restantes 17%.

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

As taxas de escolarização são, de uma forma geral, significativas, situando-se a *taxa líquida de escolarização*, para o grupo etário dos [12-17] anos, em redor dos 55% e atingindo a *taxa bruta de escolarização* valores rondando os 64%.

Quadro 8.1 – Principais Indicadores para o Ensino Secundário oficial a nível nacional (2000/01)

| | |
|--|-------|
| <u>Cobertura Educativa</u> | |
| Efectivos | 43717 |
| Docentes | 1818 |
| Escolas | 33 |
| Salas ocupadas | 654 |
| <u>Taxas do Ensino Secundário</u> | |
| Taxa Bruta de Escolarização | 64,2% |
| Taxa Líquida de Escolarização | 54,6% |
| Taxa Aparente de Admissão | 83,8% |
| Taxas de Transição entre: | |
| - o 1º e o 2º ciclo | 61,0% |
| - o 2º e o 3º ciclo | 64,0% |
| Aproveitamento Escolar: | |
| - Taxa de Promoção | 67,0% |
| - Taxa de Repetência | 22,0% |
| - Taxa de Abandono. | 11,0% |
| <u>Utilização dos Recursos Educativos</u> | |
| Rácio Aluno/Docente | 25 |
| Rácio Aluno/Turma | 36 |
| Rácio Aluno/Sala | 67 |
| <u>Caracterização do Corpo Docente</u> | |
| Habilitações dos Docentes: (*) | |
| - Suficientes | 58,6% |
| - Insuficientes | 15,9% |
| - Sem Formação | 25,5% |
| Distribuição por sexos: | |
| - Feminino | 40 % |
| - Masculino | 60 % |

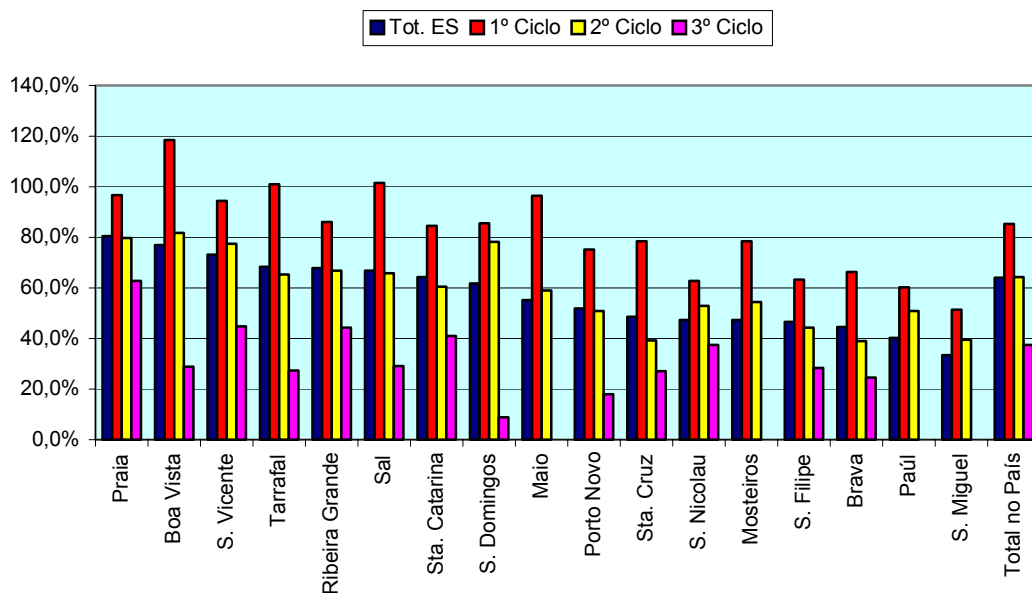
Nota: (*) Para o Ensino Secundário foram consideradas:

- Habilitações Suficientes - Curso Superior sem Licenciatura, Licenciatura, Mestrado, etc;
- Habilitações Insuficientes - Curso Médio ou frequência de Curso Superior;
- Sem Habilitações para o ES - CFPEBC, 2º ano CC do ES, Ano Zero, e frequência de Curso Médio.

Para o grupo etário dos [12-17] anos, a *taxa líquida de escolarização* situava-se acima da média nacional nos concelhos da Praia, Boa Vista, S. Vicente, Tarrafal, Ribeira Grande, Sal, S. Domingos e Santa Catarina. Bastante abaixo daquela média estavam os concelhos de S. Miguel (onde existia apenas uma Escola Secundária semi-privada de pequena capacidade), da Brava, do Paul, de S. Filipe, S. Nicolau e Santa Cruz.

No Gráfico 8.1 apresenta-se esta distribuição das *taxas brutas de escolarização (TBE)*, para os diferentes concelhos.

Gráfico 8.1 - Taxas de Escolarização no ES.



8.2 AMBIENTE PEDAGÓGICO NO ES

O ambiente pedagógico está directamente relacionado com a quantidade e a qualidade dos recursos físicos e humanos postos à disponibilidade dos alunos. Tal como no EBI, é predominante no ES o sector público (enquadrando cerca de 90% do total de alunos).

Na última década, a rede escolar do Ensino Secundário foi alargada com novas escolas em edifícios próprios ou ocupando, por vezes, instalações do Ex-EBC. Presentemente, estão em fase de construção ou já estão programados pelo GEP, diversos edifícios para o Ensino Secundário. Esta situação permite um certo optimismo quanto à qualidade dos equipamentos educativos oficiais, aconselhando-se apenas o desenvolvimento de esforços para que se possam efectuar, com alguma urgência, reparações e obras de conservação nos edifícios mais antigos.

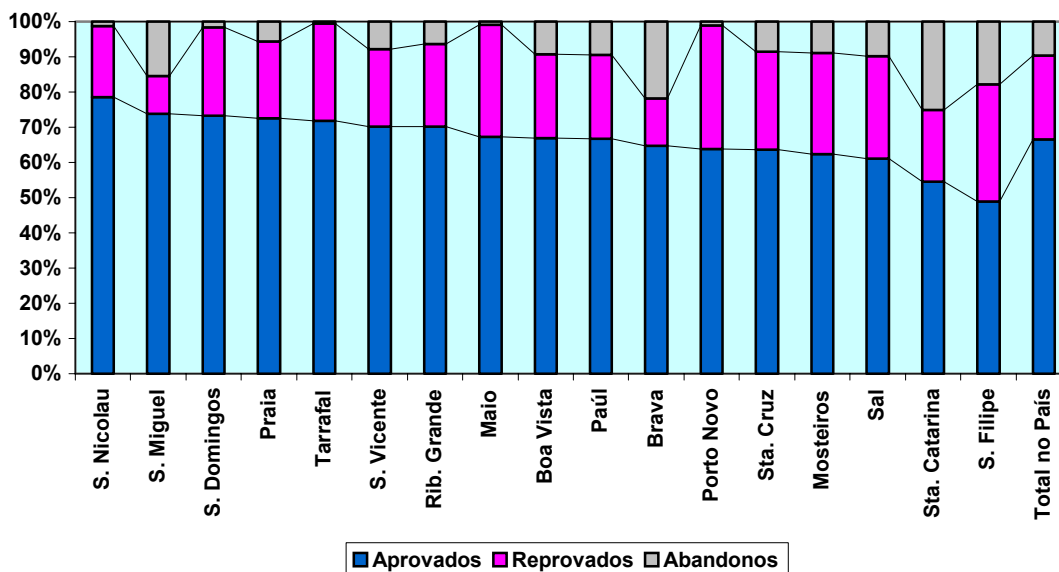
O aproveitamento escolar dos alunos do Ensino Secundário é também um dos indicadores que melhor caracteriza a eficiência do sistema. Em 1998/99 o aproveitamento escolar, ao nível de todos os concelhos, oferecia para cada ciclo algumas diferenças. No 1º ciclo, a taxa média de aprovação rondava os 66%, a taxa média de reprovação era de 24% e a taxa de abandono ao longo do ano era de 10%.

Uma análise do Gráfico 8.2 mostra-nos que, em S. Filipe, apenas 49% dos inscritos no início do ano conseguia uma aprovação e que 33%

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

reprovava. Em Santa Catarina, a fraca taxa de aprovação (55%) era sobretudo motivada por uma elevada taxa de abandono (25%). Nos restantes concelhos, voltamos a registar elevadas taxas de repetência em Porto Novo e no Maio e níveis de abandono também elevados na Brava e S. Miguel.

Gráfico 8.2 - Aproveitamento Escolar no 1º Ciclo do ES



Para o 2º ciclo, as taxas médias de aprovação eram superiores às do 1º ciclo, rondando os 69%, a repetência baixava para 19% e o abandono situava-se ao nível dos 12%.

Para o 3º ciclo, a situação voltava a inverter-se, com taxas de aprovação inferiores às do 1º ciclo, rondando os 62%, a repetência situava-se nos 20% e o abandono voltava a aumentar para os 18%.

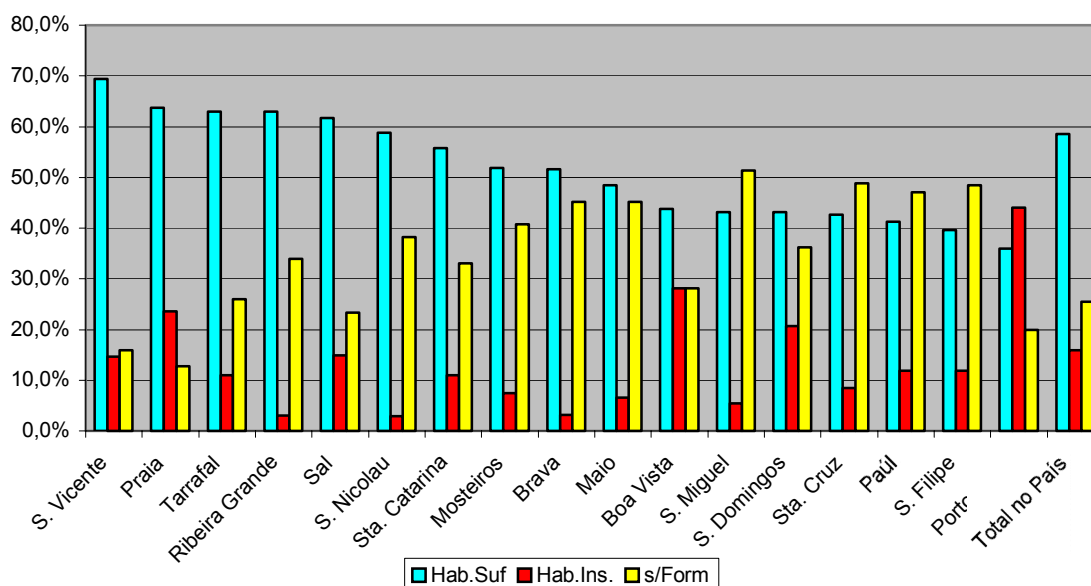
De referir que em relação ao Ensino Secundário Privado, não existem dados estatísticos sobre o aproveitamento escolar dos alunos. No entanto, as informações colhidas salientam o facto de existir uma grande variedade de situações, predominando taxas de aproveitamento elevadas que nem sempre correspondem a padrões de boa qualidade.

8.3 QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Estando directamente relacionada com o ambiente pedagógico, a caracterização da situação existente ao nível dos recursos humanos é bastante esclarecedora. Como já foi referido, existe um grande número de docentes deste nível de ensino que possui habilitações literárias e profissionais insuficientes. Esta situação também contribui para que a qualidade do Ensino Secundário fique muito aquém do desejado.

No Gráfico 8.3 apresenta-se a distribuição do corpo docente segundo as suas habilitações e os concelhos onde exercem a sua actividade.

Gráfico 8.3 – Habilitações dos Docentes de ES



Como se verifica, existe uma grande disparidade entre os diferentes concelhos. Por exemplo, S. Vicente com 70% de professores qualificados, enquanto os concelhos de Porto Novo, S. Filipe, Paul, Santa Cruz, S. Miguel, S. Domingos e Boa Vista, os professores qualificados não ultrapassam 45% do total.

Dos 1818 docentes em exercício no ensino oficial em 2000/01, 59% possuía habilitação própria para a docência no ES, 16% tinha uma formação insuficiente e 25% dos que leccionavam não possuía habilitações adequadas. A maioria dos docentes deste nível de ensino pertencia ao sexo masculino (60%), caracterizando-se os concelhos de S. Miguel, S. Filipe e Tarrafal por elevadas taxas de masculinidade do corpo docente, rondando os 80%.

8.4 PERCEÇÃO DOS DIFERENTES ACTORES SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

“O processo de democratização no acesso ao ensino secundário nos últimos quatro anos da década do 90, engendrou no sistema educativo cabo-verdiano novos problemas e fragilidades que têm comprometido a qualidade da educação neste nível de ensino. Com efeito, com a universalização da educação básica, um número cada vez maior de jovens foi acedendo ao ensino secundário, sem que tenham sido criadas perspectivas de ingresso no ensino superior, nem mesmo de inserção no mundo do trabalho. Tem-se assistido, de certa forma, à desvalorização da utilidade deste nível de ensino.

Se a esta situação adicionarmos as transformações ocorridas no mundo do trabalho, agrava-se o desfasamento entre a realidade que é o ensino secundário e o que a sociedade espera e necessita deste nível educativo.

Durante muitos anos, a educação secundária tinha uma finalidade propedêutica. Oferecia preparação para a educação superior e estava reservada às minorias que podiam aceder a ela. A sua rigidez, a fraca adaptação dos currículos e a pouca participação dos professores na formulação e no desenvolvimento dos programas, confirmam o que os especialistas em eficácia escolar afirmam, quando consideram a variável currículo como um factor essencial para que a escola possa ser eficaz.

Do mesmo modo que no Ensino Básico, a natureza do conhecimento que circula nas escolas secundárias baseia-se fundamentalmente na distribuição da informação, na transmissão dos conteúdos programáticos aos alunos, sem ter em conta a sua apropriação e o desenvolvimento de competências básicas necessárias para “aprender a aprender permanentemente ao longo da vida”.

Aprofunda-se, neste nível de ensino, o afastamento do aluno do que actualmente define o conhecimento contemporâneo e, particularmente, do conhecimento científico: a capacidade de criar, que mais não é do que o desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e habilidades para fazer perguntas, apresentar hipóteses, observar, registar, analisar, sistematizar, estabelecer relações e interpretar.

O docente é o eixo central do processo de ensino aprendizagem e o ensinar prevalece sobre o aprender. As práticas pedagógicas são em geral pouco motivadoras e pouco participativas, contribuindo para o desgaste e para desmobilização dos alunos. No essencial, prevalecem:

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

- aulas repetitivas com uso quase exclusivo do quadro para cópia de apontamentos, memorização de definições e até de exemplos;
- questionários e documentos apressadamente preenchidos, tanto por professores, como por alunos, sem que se conceda o tempo necessário para uma adequada reflexão;
- métodos expositivos muito direccionados, alegando os professores não terem condições para dar aulas de forma diferente;
- estratégias que apelam pouco à participação dos alunos.

As consequências pedagógicas da forma como se processa a aproximação ao conhecimento, evidencia-se nos questionamentos sobre a pertinência e a relevância social da educação secundária, isto é, no desfasamento entre o que a sociedade espera deste grau de ensino e o que realmente é oferecido. Neste aspecto, as escolas cabo-verdianas partilham com muitas das escolas dos países em desenvolvimento, a inadequação para a época, da sua função social, política, económica, cultural, pedagógica, e a situação de ambiguidade e disfuncionalidade das suas propostas curriculares.

Existe também uma forte indefinição acerca dos processos de avaliação, concentrando-se todo o seu interesse no como se avalia, o que traz como consequência a instrumentalização dos processos avaliativos sem se reflectir muito no porquê e para quê.

Nas escolas secundárias, a avaliação aparece quase sempre como um problema que está por resolver. O sistema de avaliação contínua introduzido no quadro da Reforma do Ensino não constitui uma prática real, continuando os testes sumativos a ser os elementos de avaliação mais valorizados. Aliás, são os próprios alunos que contestam a afirmação, feita geralmente pelos professores, de que a participação nas aulas e os trabalhos de casa possam ser considerados no processo de avaliação.¹⁰

Durante o processo de auscultação realizado com representantes de todos os concelhos do país, os diferentes actores do sistema de ensino secundário, nomeadamente, os delegados da educação, os directores de escolas secundárias, os professores, os gestores, os pais e os representantes das autarquias, das igrejas e dos alunos, assinalaram e discutiram os principais factores internos e externos que caracterizam o actual sistema educativo.

De acordo com as opiniões expressas sobre os principais constrangimentos e potencialidades para este nível de ensino, deverá salientar-se:

¹⁰ Adaptado de “Pesquisa Qualitativa . Relatório final . Volume I. Capítulo 3. Resultados. 3.3 Lições Aprendidas “

A – Sobre o Desenvolvimento Curricular

1. Desarticulação entre os programas do EBI e do ES;
2. Insuficiência da organização curricular da via geral e da via técnica do Ensino Secundário que impossibilita a oferta de alternativas para a vida activa;
3. Desfasamento entre o ensino formal, o não formal e a formação profissional;
4. Inadequação das estratégias e das metodologias do ensino e aprendizagem da disciplina de Português;
5. Desajuste do actual programa da disciplina de FPS e do perfil dos professores desta disciplina;
6. Inadequação das modalidades de avaliação às necessidades deste nível de ensino.

B – Sobre a Orientação e o Apoio Pedagógico

1. Insuficiência de apoios e de uma coordenação efectiva das actividades pedagógicas pelos Serviços Centrais do ME;
2. Inexistência de uma política para o livro escolar, que racionalize os recursos e permita a cobertura de todo o leque disciplinar do ES;

C – Sobre o Corpo Docente e o seu Desempenho Profissional

1. Mobilidade excessiva do corpo docente, prejudicando o funcionamento das actividades lectivas;
2. Insuficiência de professores com formação adequada, com incidência especial nas disciplinas de Matemática, Estudos Científicos, Física e Química;
3. Insatisfação quanto ao sistema de colocação de professores que não responde às necessidades das escolas;
4. Ausência de controlo sobre as actividades lectivas, que redundam no incumprimento dos horários lectivos por parte do docentes e conseqüentemente na diminuição dos tempos dedicados ao ensino aprendizagem dos alunos em sala.

D – Sobre a Formação dos Recursos Humanos

1. Elevado número de professores sem formação adequada, sobretudo nas disciplinas de Matemática, Português, Francês, Inglês, Educação Física, Formação Pessoal e Social, Estudos Científicos, Educação Tecnológica e Educação Artística;
2. Acentuadas assimetrias regionais na distribuição de professores qualificados e de quotas para a formação de professores de ES por concelho;
3. Insipiente valorização do desempenho do professor e inadequadas condições de trabalho;

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

4. Inexistência de um sistema de seguimento e de actualização pedagógica dos diplomados pelo ISE;
5. Falta de pessoal administrativo qualificado em muitas escolas secundárias;

E – Sobre a Rede Escolar

1. Inexistência de uma política adequada de manutenção e conservação dos edifícios escolares;
2. Inadequação dos equipamentos de laboratório e das salas específicas e ausência destes em numerosas escolas;
3. Limitações do sistema de transportes escolares perante as necessidades da rede de ES;
4. Insuficiência de infra-estruturas escolares para dar resposta à necessidade de alargamento da abrangência do Tronco Comum e à melhoria da oferta nos concelhos mais carenciados.

F – Sobre o Modelo de Gestão Escolar

1. Falta de gestores qualificados e insuficiências na gestão dos Pólos de ES;
2. Inexistência de subsídios para os Directores Pedagógicos e Administrativos das Escolas Secundárias;
3. Legislação inadequada no sentido de garantir a permanência nas escolas dos professores eventuais até final do ano lectivo;
4. Fraca ligação entre os pais e a Escola.

G – Sobre as Recomendações efectuadas

1. Criação de alternativas profissionais para os alunos que abandonam o ES e para os que terminam o 12º ano de escolaridade;
2. Adaptações nas Escolas Secundárias para que possam oferecer opções profissionais, quer em regime diurno, quer nocturno;
3. Sensibilização dos alunos dos anos terminais do ES para a profissão docente;
4. Priorização da formação profissional para os jovens que saem ou abandonam o sistema educativo.

Para além das opiniões expressas sobre os principais constrangimentos e potencialidades do Ensino Secundário, utilizou-se ainda o método de SWOT, para se agruparem os **factores internos** em torno das *fraquezas* a eliminar, ou a reduzir, e das *forças* a potencializar.

Quadro 8.4.1 Factores Internos ao Sistema

| PONTOS FRACOS | PONTOS FORTES |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Deficiente coordenação, apoio e inspecção dos Serviços Centrais; - Programas extensos e pouco adequados; - Métodos de avaliação desajustados; - Manuais e materiais didácticos insuficientes ou inexistentes; - Existência de um nº significativo de professores sem formação científica e/ou pedagógica; - Mobilidade docente exagerada; - Escolas com edifícios inadequados e com espaços degradados; - Existência de disparidades regionais; - Inexistência de ensino experimental, actividades práticas e formação profissionalizante; - Insuficiência de espaços apropriados para a Educação Física e Desporto Escolar; - Insuficiência de formação em gestão dos directores dos estabelecimentos de ensino; - Fraca ligação Escola/Comunidade. | <ul style="list-style-type: none"> - Aumento da procura de ES nos próximos anos; - Igualdade de acesso e de progressão entre os sexos; - Expectativas positivas quanto à melhoria do nível de formação dos professores; - Boas perspectivas para o alargamento da rede escolar; - Expansão do ensino privado como alternativa supletiva ao ensino público; - Aumento da participação dos pais na vida escolar |

Relativamente aos **factores externos** ao sistema, foram assinaladas cinco grandes *ameaças* e quatro grandes *oportunidades* a aproveitar para consolidação e alargamento do Ensino Secundário, tal como se documenta no Quadro 8.4.2.

Quadro 8.4.2 Factores Externos

| Ameaças | Oportunidades |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Continuação de um elevado índice de pobreza; - Diminuição da ajuda externa; - Elevado nível de desemprego, nomeadamente, na camada juvenil; - Aumento do consumo do álcool, das drogas e da delinquência juvenil; - Alastramento de doenças sexualmente transmissíveis. | <ul style="list-style-type: none"> - Valorização da importância da educação, pelas famílias; - Melhoria da qualidade de vida das populações; - Desenvolvimento das redes de transporte e das TIC; - Disponibilidade de alguns parceiros externos para apoiar o desenvolvimento do sector educativo. |

8.5 VISÃO PROSPECTIVA SOBRE O ENSINO SECUNDÁRIO

Uma adequada estratégia para desenvolvimento do ensino secundário deverá ter em conta; os possíveis *cenários* quantitativos que poderão vir a ser concretizados no futuro; e a *visão* que o sector e os diferentes actores têm para este nível de ensino.

8.5.1 Cenários possíveis para desenvolvimento do ES

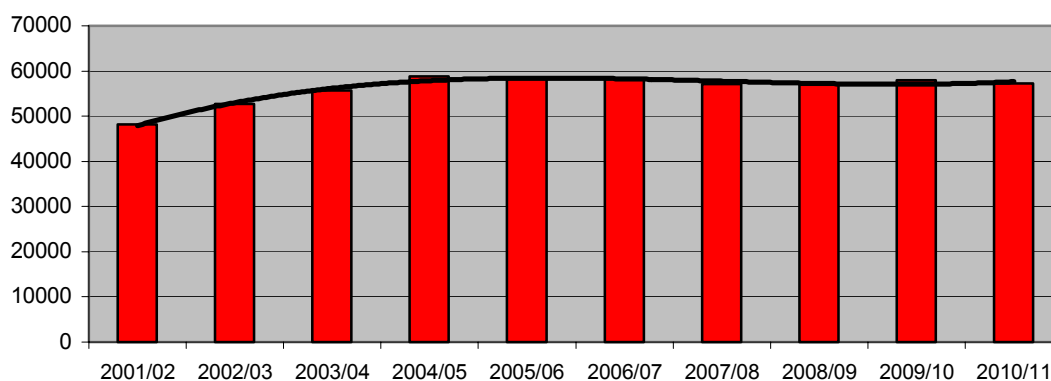
Na apreciação dos diversos cenários para o futuro desenvolvimento do Ensino Secundário (ver Documento 3 de preparação do Plano Estratégico), teve-se em atenção a possível evolução das *taxas de transição*, bem como, do aproveitamento escolar nos diversos ciclos de estudo.

As análises efectuadas permitiram reter dois *cenários* – o *tendencial* e o *contrastado* que, pelas suas características, poderão retratar com alguma diferenciação, as situações previsíveis para os próximos 10 anos.

A - Cenário Tendencial – com extrapolação das recentes tendências no que diz respeito: às *taxas de transição* entre o EBI e o 1º ciclo do ES, passando dos actuais 70% para os 85% em 2010; entre o 1º e o 2º ciclo, passando dos actuais 62% para os 75% em 2010; entre o 2º e o 3º ciclo, passando dos actuais 65% para os 70% em 2010.

Neste cenário, prevê-se para cada um dos ciclos uma evolução das *taxas de promoção* que deverão passar dos 75% em 2002 para os 80% em 2010, bem como, das *taxas de repetência* que deverão evoluir de forma inversamente proporcional às *taxas de promoção*.

Gráfico 8.5.1 - A - Cenário Tendencial para a evolução do ES



Segundo esta projecção, deverá verificar-se um acentuado aumento da população do ES (em cerca de 10700 inscritos) até 2005, para posteriormente estabilizar num patamar que poderá rondar os 57000 inscritos nos 3 ciclos de ensino secundário.

B - Cenário Contrastado – determinando à priori uma situação que se pretende controladora dos fluxos escolares neste nível de ensino, as *taxas de transição* deverão, neste caso, evoluir de forma controlada a fim de se regular a importância dos diversos ciclos de estudo e de se poder canalizar uma quantidade apreciável de formandos para actividades profissionais.

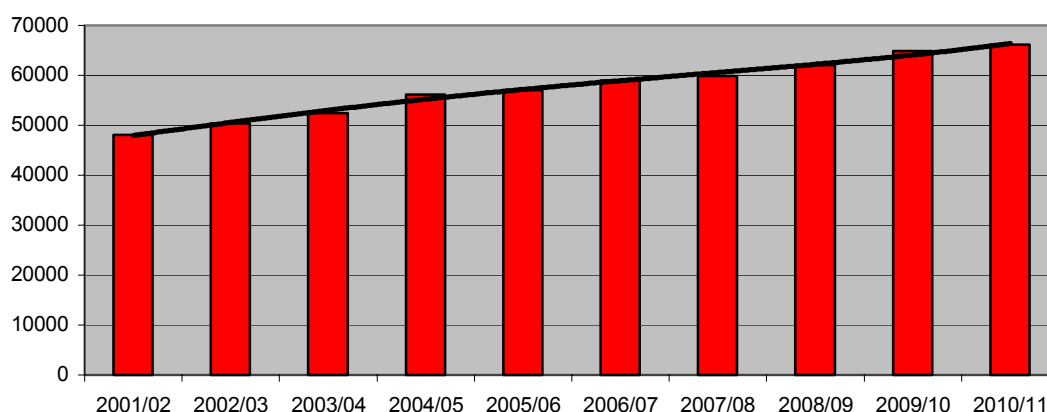
A frequência do 1º ciclo deverá generalizar-se em todo o país passando a *taxa de transição* de 72% em 2001 para 95% em 2010. Na prática, a escolaridade obrigatória poderá passar para os 8 anos se, entretanto, a rede escolar deste ciclo de estudos for suficientemente alargada.

No 2º ciclo poderá manter-se a tendência actual, passando a *taxa de transição* dos 62% em 2000 para os 75% em 2010.

Com o acesso ao 3º ciclo prevê-se, segundo este cenário, uma certa contenção da sua expansão não podendo a *taxa de transição* entre o 2º e o 3º ciclo ir além dos 70%.

Neste cenário prevê-se, para cada um dos ciclos, *taxas de promoção* constantes rondando os 75% e *taxas de repetência* também constantes que deverão ser inversamente proporcionais às *taxas de promoção*.

Gráfico 8.5.1 - B - Cenário Contrastado para a evolução do ES



Segundo esta projecção, deverá verificar-se um constante aumento da população do ES até 2010 (em cerca de 18000 inscritos), para se atingirem cerca de 66000 inscritos nos 3 ciclos de ensino secundário.

Retendo os valores fixados para cada um destes cenários, perspectivou-se ainda, a nível concelhio, um cenário intermédio cujos indicadores poderão variar segundo as condições existentes. As previsões para cada concelho são apresentadas no Documento 6 de Preparação do Plano Estratégico.

8.5.2 Visão dos diferentes actores sobre o futuro ES

Nas reuniões temáticas efectuadas, foram analisadas as possíveis funções da escola no futuro, e enunciadas as principais mudanças a concretizar no sistema (ver Documento 4 de Preparação do Plano Estratégico).

Os pontos a seguir apresentados exprimem a *visão* que os participantes, nas referidas reuniões, defenderam sobre:

- as actividades educativas;
- a gestão e organização escolar;
- a valorização dos recursos humanos;
- a sustentabilidade e utilização dos recursos educativos;
- o papel dos diferentes actores no processo educativo.

A – Desenvolvimento de novas actividades educativas

1. Actividades que aproximem a Escola da Comunidade;
2. Acompanhamento e orientação na descoberta da vocação escolar e profissional dos alunos;
3. Desenvolvimento do gosto pela pesquisa e a descoberta;
4. Divulgação e implementação de actividades em TIC;
5. Actividades de formação profissional para jovens;
6. Actividades de formação contínua para os docentes;
7. Desenvolvimento de actividades de educação ao longo da vida para as populações locais;

B – Implementação de novas modalidades de Gestão

1. Desenvolvimento de uma gestão participada com maior autonomia pedagógica, administrativa e financeira;
2. Promoção de um maior envolvimento dos pais e da comunidade na gestão escolar;
3. Estabelecimento de parcerias estratégicas com promotores e agentes locais do desenvolvimento;
4. Utilização nas Escolas de modalidades de gestão empresarial;

C – Enquadramento e Valorização dos Recursos Humanos

1. Melhoria dos processos de enquadramento e de progressão na carreira docente;
2. Melhoria do vínculo dos Professores para garantir maior estabilidade e produtividade;
3. Criação de cadernos de encargos para o desempenho profissional dos docentes;
4. Promoção do mérito profissional através de incentivos e prémios;
5. Apoio à fixação de docentes nas zonas isoladas com a atribuição de subsídios de instalação e a possibilidade de uma progressão mais rápida na carreira profissional;
6. Desenvolvimento de um sistema de formação contínua para os docentes;
7. Criação de grupos de formação ambulatória que possam realizar actividades de reciclagem e de aperfeiçoamento para os professores em exercício nas zonas mais carenciadas;
8. Formação de Gestores e Directores Escolares e implementação da sua carreira profissional;
9. Recrutamento e formação de pessoal auxiliar e administrativo de qualidade;
10. Descentralização dos Centros/Escolas de Formação de Professores com a criação de Centros de Recursos Regionais.

D – Sustentabilidade e Utilização dos Recursos Educativos

1. A Escola deve ser encarada como instituição que presta serviços à comunidade. Ela deve poder gerar recursos que garantam a sustentabilidade do seu funcionamento;
2. A prestação de serviços à comunidade poderá revestir as seguintes formas:
 - a. Elaboração de Projectos Educativos/Formativos,
 - b. Potencialização dos seus recursos humanos,
 - c. Rentabilização e valorização dos seus espaços e equipamentos;
3. Deverá proceder-se a uma mobilização interna e externa dos parceiros sociais para uma maior colaboração com as Escolas;
4. Deverão desenvolver-se acordos de geminação entre escolas nacionais e estrangeiras.

E – Papel dos diferentes Actores no processo educativo

1. O ME deverá assumir a organização, orientação e coordenação de todo o sistema, criando condições para o bom funcionamento das Escolas;
2. As Autarquias deverão participar na manutenção das infra-estruturas educativas, mobilizando os recursos necessários;

3. A Escola deverá desenvolver as boas práticas pedagógicas, gerir de forma adequada o processo educativo e mobilizar os talentos e os especialistas que existirem na comunidade;
4. Os Professores deverão garantir a qualidade do ensino, promovendo a auto-formação, executando os programas com rigor e profissionalismo e participando nos diversos órgãos de gestão;
5. Os Alunos deverão poder intervir no funcionamento da sua Escola, zelando pela sua operacionalidade e colaborando nos órgãos de gestão;
6. Os Pais deverão organizar-se em associações e evidenciar um maior envolvimento na gestão escolar, exercendo uma função de controlo e participando na tomada de decisões e no financiamento da Escola.

8.6 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O ENSINO SECUNDÁRIO

“A necessidade de políticas integradas constitui uma exigência, não só do ponto de vista socioeconómico como institucional, para se perspectivar a educação e a escola como factores chave do desenvolvimento social, político e pessoal.

Reconhecer o carácter sistémico das estratégias de acção política, significa aprender a trabalhar na complexidade, a desenhar e pôr em andamento políticas integradas, de carácter compensatório e diferenciado.

As mudanças que o ensino secundário requer deverão ser integradas, permitindo modificar as suas dimensões pedagógicas de base (conteúdos, currículos, metodologias, sistemas de avaliação, formação de professores), e possibilitando o desenvolvimento das estruturas institucionais de governo (figurino institucional, ligações com o mundo do trabalho, processos de descentralização), por forma a tornarem possível a sustentabilidade das transformações a efectuar.

A reestruturação do ensino secundário é uma tarefa urgente para o sistema educativo de Cabo Verde. A pertinência da escola secundária para atender, com critérios de equidade e de qualidade, uma população heterogénea em termos de necessidades e interesses, numa idade especialmente complexa, requer uma intervenção privilegiada nos seguintes factores:

- Vinculação da escola secundária ao mundo do trabalho, à educação técnica e tecnológica e à formação superior.

- Estruturas curriculares que respondam à heterogeneidade das situações e à diversidade do público alvo.
- Formação de professores em pedagogias activas, adequadas às necessidades formativas dos jovens e às diversas modalidades de formação, utilizando-se um conjunto muito variado de estratégias de acção pedagógica.

Dada a complexidade e heterogeneidade das escolas, dos alunos e dos docentes em termos de formação, compromisso e interesses, será necessário evidenciar a necessidade de se implementarem políticas diferenciadas que assegurem resultados homogéneos, partindo das desigualdades económicas, sociais e culturais. No essencial, deverá promover-se uma educação que vise a igualdade de oportunidades e viabilize a concretização dos ideais humanos de paz, liberdade e justiça social”¹¹.

A forte pressão que se tem exercido sobre o ES, tem relegado para segundo plano as questões relacionadas com a *equidade*, a *qualidade* e a *eficiência* do sistema.

Como foi referido, nos pontos anteriores, a expansão da rede física dos estabelecimentos de ensino nem sempre foi efectuada nas melhores condições; os currículos, programas e materiais didácticos têm-se revelado em boa parte desactualizados, inoperantes e insuficientes; o recrutamento, a formação e a colocação dos professores tem sido deficiente contribuindo para acentuar as assimetrias regionais e deteriorar a qualidade do ensino; a gestão e coordenação pedagógica tem sofrido de fortes limitações normativas e financeiras; e a ligação das escolas à comunidade tem-se manifestado irrelevante e por vezes tem sido inexistente.

No âmbito deste Plano, propõem-se agora novas orientações estratégicas que permitam uma visão de conjunto de todo o sistema de ensino secundário e o reajustamento ou reformulação das questões fundamentais que caracterizam e enquadram o sistema.

8.6.1 Princípios Orientadores

A operacionalização do Plano Estratégico para o Ensino Secundário deverá ter em linha de conta os seguintes princípios orientadores:

¹¹ Adaptado de “Pesquisa Qualitativa . Relatório final . Volume I. Capítulo 4. “Recomendações de Linhas de Política”

i) a nível da estrutura e organização curricular

- Redefinição da estrutura curricular do 1º ciclo de Ensino Secundário por forma a transformar-se num ciclo de **informação e sensibilização**:
 - este ciclo de estudos deverá poder ser leccionado, quer em estabelecimentos de ES, quer em Escolas do EBI que, por condicionantes da rede escolar, possam vir a transformar-se em “Escolas EBS” ou “Grupos Escolares” onde serão ministrados os 6 anos de EB e os 2 primeiros anos de ES;
 - durante a 1ª fase do Plano Estratégico (PE), deverá efectuar-se um esforço de alargamento da rede do 1º ciclo de ES para que se possa generalizar a sua abrangência;
 - a docência das áreas disciplinares que vierem a constituir o currículo do 1º ciclo de ES deverá ser assegurada por professores especialmente qualificados. Para o efeito, deverão reforçar-se os programas de formação e capacitação de professores.
- Reformulação do 2º ciclo de Ensino Secundário por forma a poder criar-se um ciclo de **consolidação e orientação** escolar e profissional:
 - pela sua focalização (faixa etária dos [15-16] anos), as matérias e actividades que irão corporizar este ciclo, deverão possibilitar o desenvolvimento da formação humanística e pessoal, do ensino experimental, da educação artística, física e tecnológica, consolidando os conhecimentos adquiridos no 1º ciclo e proporcionando uma adequada orientação escolar e profissional;
 - o alargamento deste 2º ciclo deverá ser influenciado pela expansão do 1º ciclo prevendo-se, no final da 2ª fase do PE, a sua generalização a todas as Escolas Secundárias.
- Reestruturação do 3º ciclo de Ensino Secundário passando a ser um ciclo de **vocação e especialização**, adaptado às exigências da formação vocacional, tecnológica e profissionalizante:
 - a criação de alternativas para a formação profissional de jovens, permitindo-lhes uma adequada inserção na vida activa, possibilitará a definição de critérios de acesso ao

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

3º ciclo por forma a condicionar, na 3º fase do PE, os fluxos para o prosseguimento de estudos e estabelecer uma maior ligação às necessidades do desenvolvimento socioeconómico e de uma distribuição geográfica mais equitativa;

- na *via geral* as componentes vocacionais deverão ser organizadas de maneira a poderem formar conjuntos homogéneos de matérias de índole científica por áreas de especialização;
- na *via técnica*, as formações deverão ter sempre um carácter tecnológico e/ou profissionalizante que poderá ser complementado por formações profissionais específicas desenvolvendo capacidades para a obtenção de certificados profissionais.

No Anexo Temático nº 2 do Documento 7, desenvolvem-se algumas considerações complementares sobre a reorganização dos 3 ciclos de Ensino Secundário.

- Criação de alternativas profissionalizantes para os jovens que abandonam o ES ou que terminam qualquer um dos seus ciclos:
 - constituição de "*Unidades Formativas*" que, beneficiando dos recursos educativos das escolas secundárias, possam enquadrar, com actividades de formação de curta ou média duração, os jovens que pretendam a obtenção de um certificado profissional;
 - para o funcionamento destas actividades será necessário a existência de espaços, equipamentos e recursos humanos qualificados;
 - os cursos poderão conferir, segundo o nível de ingresso dos formandos e a especificidade das formações, certificados profissionais de diferentes níveis de qualificação.
- Reformulação do Ensino Técnico-Profissional:
 - O 2º ciclo de ensino secundário nas Escolas Técnicas deverá também ser de "consolidação e orientação" escolar e profissional para permitir, quer uma informação adequada sobre a escola e o mundo das profissões, quer uma escolha acertada da especialização técnica que se deverá iniciar no 11º ano de escolaridade;

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

- Limita-se o ensino técnico ao 3º ciclo do Ensino Secundário proporcionando programas sequenciais com uma complementaridade adequada do 11º ao 12º ano;
- Para além dos cursos técnicos, possibilita-se em todas as Escolas Técnicas a criação de cursos profissionais que poderão conferir certificados de Nível 3 - após o 10º ano, ou certificados de Nível 4 e 5 - após o 12º ano.

Os diplomados de ensino técnico poderão prosseguir estudos nas áreas correspondentes de ensino superior, ou adquirir certificados profissionais após a conclusão de um curso profissional.

Todas as Escolas Técnicas deverão possuir *Unidades Formativas* que possam oferecer cursos profissionais de curta e média duração adequados à vocação da Escola.

No Anexo Temático nº 3 do Documento 7, desenvolvem-se algumas considerações sobre as alternativas à via geral de Ensino Secundário e sobre a integração das políticas de Ensino Técnico e de Formação Profissional.

ii) a nível da formação dos professores e dos monitores

- Dinamização nas instituições públicas e privadas de ensino superior, da formação de professores para as diferentes matérias do ensino secundário geral e técnico, em conformidade com uma programação a estabelecer:
 - os programas de formação de professores deverão estar em permanência actualizados e adequados às necessidades do sistema educativo;
 - as modalidades de formação deverão desenvolver-se de forma presencial e a distância a fim de se poder responder à procura, e às necessidades do sistema.
- Reforço da formação de professores em exercício com a utilização de Centros Integrados de Recursos nas regiões onde não existam instituições de formação de professores:
 - implementação de sistemas modulares de ensino a distância sob orientação e coordenação das instituições de formação de professores.
- Institucionalização do ISE como órgão reitor de toda a formação de professores para o Ensino Secundário:

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

- programação, coordenação e dinamização das diferentes acções de formação de professores.
- Definição de modelos diversificados de formação de monitores para a formação profissional e profissionalizante:
 - estabelecimento de acordos de cooperação na área da formação de monitores de formação profissional,
 - organização, gestão e certificação da formação pelo IEFP.

No Anexo Temático nº 4 do Documento 7, apresentam-se algumas sugestões sobre os modelos e as necessidades de Formação de Professores e de Agentes Educativos.

iii) a nível da rede escolar e das ligações à comunidade e às instituições de formação

- Consolidação e ampliação da rede escolar do Ensino Secundário com a manutenção dos actuais edifícios escolares, a construção de novas escolas, a ampliação de blocos laboratoriais, espaços administrativos e desportivos:
 - o alargamento do 1º ciclo e posteriormente do 2º ciclo, exigirá um maior número de salas de aula e espaços específicos;
 - a reformulação curricular necessitará de equipamentos que permitam a modernização das metodologias e o desenvolvimento do ensino experimental;
 - a criação de *unidades formativas* nas escolas, para promoção da formação profissional dos jovens, terá de contar com salas polivalentes e equipamentos adequados;
 - devido ao estado de alguns edifícios escolares, a manutenção preventiva, reparação e adequação dos espaços educativos, deverá constituir uma prioridade nos programas de intervenção a nível da rede escolar.
- Utilização racional dos recursos existentes permitindo a sustentabilidade do sistema desde que os equipamentos educativos possam ser utilizados e cooeridos pela comunidade:
 - os edifícios escolares deverão ser encarados como pólos de dinamização cultural e formativa, onde se possam desenvolver, em permanência, actividades culturais e de formação de interesse para a comunidade.

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

- Criação de Centros Integrados de Recursos em concelhos a definir, para promoção do ensino a distância e descentralização da formação de quadros da educação em exercício nas zonas mais afastadas do país.

No Anexo Temático nº 5 do Documento 7, desenvolvem-se algumas considerações sobre as modalidades de ensino a distância e a possível organização de Centros de Recursos.

iv) a nível da gestão escolar e da coordenação pedagógica

- Gestão dinâmica e participada para se transformar a escola numa instituição aberta, promotora do conhecimento, da cultura e das aprendizagens necessárias à formação de todo o cidadão, seja ele jovem em idade escolar, ou adulto receptivo a programas de formação ao longo da vida:
 - os directores das Escolas Secundárias deverão ser especialistas em gestão e administração escolar para poderem criar instituições com qualidade pedagógica, estarem receptivos à mudança e poderem influenciar o meio em que a Escola se insere;
 - nos diversos órgãos de gestão deverão participar representantes dos pais e da comunidade com direitos e deveres a precisar;
 - as áreas específicas do ensino técnico e da formação profissional deverão possuir órgãos próprios onde possam estar representadas as organizações sindicais e empresariais.
- Coordenação pedagógica reactivada, tanto ao nível do elenco disciplinar, como ao nível dos cursos e das modalidades de formação:
 - o aparelho central do ME deverá orientar, coordenar e supervisionar todas as actividades educativas a desenvolver pelas Escolas Secundárias;
 - os Conselhos Pedagógicos deverão ser dinamizados e responsabilizados pelas actividades pedagógicas que se desenvolvem nas Escolas.

8.6.2 Objectivos Estratégicos

Tendo em atenção os princípios orientadores para o Ensino Secundário que assentam numa visão inovadora da escola, como centro de

promoção e divulgação cultural, os objectivos estratégicos serão os seguintes:

- Reorganizar e desenvolver o Ensino Secundário;
- Ampliar e generalizar a abrangência do 1º ciclo numa primeira fase, e do 2º ciclo numa fase posterior;
- Melhorar a qualidade e eficiência de todos os ciclos;
- Proporcionar saídas profissionais aos alunos que abandonam ou terminam os diversos ciclos;
- Reforçar as parcerias com as organizações sociais e empresariais;
- Enquadrar e apoiar o ensino privado como parceiro privilegiado, supletivo do ensino público.

A concretização dos objectivos estratégicos acima referenciados requer a adopção de um conjunto integrado de medidas de política a médio e longo prazo, conducentes à consolidação, expansão e melhoria da qualidade do ensino secundário.

8.6.3 Medidas de Política

- o Generalização do acesso ao 1º ciclo, expansão controlada do 2º ciclo e regulação dos fluxos de acesso ao 3º ciclo;
- o Reformulação dos objectivos, das finalidades e das estruturas curriculares de cada um dos ciclos de ES;
- o Reforço nos currículos e nas práticas pedagógicas dos valores relacionados com a cidadania, a democracia, o ambiente, a paz, a solidariedade e a justiça social;
- o Fomento do ensino experimental com a utilização de programas informatizados e práticas laboratoriais;
- o Actualização e renovação dos programas e manuais escolares;
- o Definição de uma política para o livro e manuais escolares;
- o Promoção e reestruturação do ensino técnico e sua integração com a formação profissional;
- o Criação de condições nos estabelecimentos de ensino secundário, para a existência de modalidades diferenciadas de formação profissional;
- o Reforço dos equipamentos informáticos, laboratoriais e oficinais, das escolas existentes;

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

- Reforço e dinamização das bibliotecas escolares com manuais, documentos diversos, suportes informáticos e kits pedagógicos;
- Consolidação e reforço da acção social escolar para os alunos do ensino secundário;
- Reforço dos programas de formação e de capacitação de professores, gestores e monitores;
- Apoio à inovação de metodologias de ensino a distância, para a formação de quadros e docentes, com a implementação dos Centros Integrados de Recursos;
- Expansão e modernização da rede escolar de ensino secundário, com a implementação de um plano de construções e de manutenção preventiva das escolas;
- Reforço institucional dos Serviços Centrais responsáveis pelo ensino secundário;
- Implementação de novos modelos de gestão e de coordenação pedagógica adequados às características das escolas secundárias;
- Participação dos diferentes actores e parceiros sociais na gestão e funcionamento deste nível de ensino;
- Regulamentação e apoio ao desenvolvimento do ensino secundário privado.

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

8.6.4 Plano de Acção no âmbito do Ensino Secundário

Componente 1: Reformulação da Organização Curricular

| Acções | Objectivos | Estratégia | Actividades | Resultados Esperados | | | Custos (contos) | |
|---|---|---|--|---|------|------|-----------------|--------|
| | | | | Descrição | 1ªF. | 2ªF. | | 3ªF. |
| Acção 1.1 Revisão da estrutura, dos conteúdos programáticos e das metodologias no ES. | Assegurar a eficiência e a eficácia do ES. | -Criação de equipas pedagógicas por área curricular; - Form. de Profess. em Desenvolvim. Curricular. | - Definição dos currículos do 1º,2º e 3º ciclo; - Elab. de propostas de integração e sequência curricular | a) 1º ciclo reestruturado; | | | | 8.500 |
| | | | | b) 2º ciclo adaptado; | | | | 9.000 |
| | | | | c) 3º ciclo reformulado. | | | | 10.500 |
| Acção 1.2 Elaboração e edição de programas, manuais e materiais didácticos p/ o ES. | Melhorar a qualidade e a pertinência das aprendizagens. | - Definição de uma política para o Livro escolar; - Apoio à criação de equipas para elab. de manuais; | Elab. e actualização de programas e mater. didácticos; Edição e distribuiç. dos materiais. | Produção faseada dos materiais didácticos para todos os ciclos de ES. | | | | 45.000 |
| | | | | | | | | 60.000 |
| | | | | | | | | 45.000 |
| Acção 1.3 Reestruturação do Ensino Técnico. | Adequar o Ens. Técnico às necessidades do desenvolvimento educativo e socioeconómico. | Reestruturação das estruturas de ET; Estabelecimento de Acordos/Protocolos c/ CFP, Entid.Locais e parceiros sociais. | Reestruturação dos currículos; Criação de cursos; Elab. e actualização de programas e materiais didácticos | Todas as Escolas de ET funcionam segundo o novo modelo. | | | | 8.000 |
| Acção 1.4 Dinamização das actividades de form. profissional. | Estabelecer uma maior ligação do ET à realidade empresarial. | Apoiar e dinamizar cursos profissionais na sequência do 8º, 10º e do 12º ano. | Estabelecimento de acordos de cooper.; Implementação de diversos cursos nas Escolas Técnicas; | Atribuição de certificados profissionais a 800 formandos/ano. | | | | 6.000 |
| Acção 1.5 Criação de <i>Unidades Formativas</i> nas Esc. Secundárias. | Possibilitar aos alunos do ES a frequência de cursos profissionais | Seleccção dos cursos de formação; Organização de programas de form. Sensibilização das entidades locais; | Criação de <i>unidades formativas</i> em Esc. Secundárias; - Formação de equipas para monitoragem. | 1ª Fase – 200 F/a; | | | | 25.900 |
| | | | | 2ª Fase – 500 F/a; | | | | 29.600 |
| | | | | 3ª Fase – 750 F/a. | | | | 37.000 |
| Subtotal | | | | | | | 284.500 | |

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Componente 2: Formação e Qualificação de Recursos Humanos

| Acções | Objectivos | Estratégia | Actividades | Resultados Esperados | | | Custos (contos) | |
|---|--|--|---|--|------|------|-----------------|---------|
| | | | | Descrição | 1ªF. | 2ªF. | | 3ªF. |
| Acção 2.1 Formação inicial de Professores. | Melhorar a qualificação profissional dos docentes; Possibilitar forma. pedag. e científ. a todos os docentes do ES. | Programação e coordenação das actividades de Form. de Profes.; Apoio à capacidade formativa das instituições de Form. de Profes. | Identificação das necessidades de formação; Organização de parcerias entre instituições. | 100% dos professores de ES com formação científica e pedagógica. | | | | 152.000 |
| | | | | | | | | 190.000 |
| | | | | | | | | 228.000 |
| Acção 2.2 Formação de Professores em exercício. | Reconverter e aperfeiçoar a competência científica e pedagógica dos professores sem qualificação. | Utilização dos Centros Integr. de Recursos (CIR) regionais para implementação de actividades formativas na modalidade de ensino a distância. | Organização das actividades de ensino a distância; Seleccção e recrutamento dos formandos. | Funcionamento dos cursos em 6 CR; | | | | 3.000 |
| | | | | Aperfeiçoamento de 100% dos professores com formação insuficiente (300). | | | | 20.000 |
| | | | | | | | | 10.000 |
| Acção 2.3 Formação de Monitores p/ FP. | Capacitar Monitores de FP para o desenvolv. de actividades formativas em Escolas Secund. | Organização de modalidades inovadoras de formação de monitores ao nível do IEFP; | Seleccção de candidatos a Monitores; Formação de Monitores de FP. | 150 Monitores formados. | | | | 8.400 |
| | | | | | | | | 9.600 |
| | | | | | | | | 12.000 |
| Acção 2.4 Formação em Gestão e Administração Escolar. | Melhorar a eficácia da gestão pedagógica e administrativa das Esc. Secund. | Organização de diversas formações com recurso ao ensino presencial e ao ensino a distância. | Organização de um curso de "Gestão e Supervisão Pedagógica"; Desenvolvimento de actividades de capacitação em Gestão e Administ. | 100% do Directores das Esc. Secund. recebem uma formação adequada | | | | 13.500 |
| | | | | | | | | 2.600 |
| | | | | | | | | 3.200 |
| Subtotal | | | | | | | 652.300 | |

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Componente 3: Consolidação e Expansão da Rede Escolar de ES

| Acções | Objectivos | Estratégia | Actividades | Resultados Esperados | | | Custos (contos) | |
|---|--|---|--|---|-----------------------|-------------|--------------------|---------|
| | | | | Descrição | 1ªF. | 2ªF. | | 3ªF. |
| Acção 3.1 Construção e equipamento de Escolas Secundárias em zonas urbanas. | Melhorar a oferta de ES em zonas urbanas de forte crescimento. | Recurso à cooperação bilateral. | Construção de 70 salas de aula e espaços específicos em 5 Escolas. | Ach. Grande* - (Pr.) Calabaceira* - (Pr.) S. Miguel* Porto Novo Sta. Maria - (SAL) | X X X | X | X | 700.000 |
| Acção 3.2 Construção e equipamento de Escolas Secundárias em zonas rurais. | Generalizar o acesso ao 1º ciclo de ES e reforçar a rede escolar nas zonas rurais dos concelhos mais carenciados | Recurso à cooperação bilateral. Fundos e créditos bancários; Mobilização de parceiros nacionais e internacionais. | Construção de 128 salas de aula e espaços específicos em 13 Escolas: 3 Esc. de (18-20s.) c/ 58s. 4 Esc. de (7-10s.) c/ 36s. 6 Esc. de (5-6s.) c/ 34s. | Coculi* - (RGR) | X | | | 941.000 |
| | | | | Ach. Falcão* - (SCT) J. Teves* - (SCR) Chão Bom* - (TAR) Rib.das Patas* (PN) Ach. Leitão* - (SCT) Ponta Verde* - (SFI) Cancelo - (SCR) Ach. Fazenda - (SCR) Cidade Velha - (Pr.) Milho Branco - (SD) Ach. Bolanha - (SMI) Chã Tanque - (SCT) | X X X X X | X X X | X X X | |
| Acção 3.3 Ampliação e reabilitação de Escolas Secundárias. | Melhorar a qualidade de ensino e aumentar o nº de salas específicas. | Fundos e créditos bancários; Recurso à cooperação bilateral. | Ampliação e reabilitação de 10 Escolas c/ 77s.: .7 Esc. - só Lab. e espaços específicos. .3Esc. c/+15 salas, espaços específicos. | Mosteiros* | X | | | 327.000 |
| | | | | S. Domingos* Tarrafal* - (SNI) Maio* Rib. Brava - (SNI) Cova Figueira - (SFI) Paul Brava Boa Vista Tarrafal - (TAR) | X X X | X X X | X X X | |
| Acção 3.4 Reabilitação de Escolas Secundárias degradadas | Melhorar a qualidade e o aspecto físico das escolas. | Mobilização de parceiros nacionais e internacionais; Sensibilização da comunidade local. | Reabilitação de 11 Escolas com 281 s. .Praia c/5 Esc-144s .Mindelo 2 Esc- 49s. | Praia Mindelo S. Filipe Rib. Grande Assomada | X X X | XX X | XX X | 280.000 |
| Subtotal | | | | | | | 2.888.000 | |

Nota: (*) - Projectos com financiamento assegurado ou em fase de negociação.

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Componente 4: Reforço da Gestão e dos Apoios Institucionais

| Acções | Objectivos | Estratégia | Actividades | Resultados Esperados | | | Custos (contos) |
|---|--|---|---|---|------|------|------------------|
| | | | | Descrição | 1ªF. | 2ªF. | |
| Acção 4.1 Reestruturação e dinamização dos Serviços Centrais responsáveis pelo Ensino Secundário. | Orientar, coordenar e supervisionar as actividades a desenvolver pelas Esc. Secundárias. | Criação de equipas pedagógicas na DGEBS; Mobilização dos serviços da IGE. | Orientação e coordenação das práticas pedagógic.; Supervisão do funcionamento das Escolas. | DGEBS reestruturada; | | | 3.000 |
| | | | | IGE operacionalizada. | | | 5.000 |
| Acção 4.2 Reformulação dos órgãos de gestão escolar e de coordenação pedagógica. | Melhorar a eficácia da gestão pedagógica e administrativa das Escolas Secundárias. | Implementação de novas modalidades de gestão mais abertas, participadas e informatizadas. | Elaboração do Estatuto do Gestor de ES; Constituição de novas equipas de gestão escolar. | 100% das Escolas Secundárias possuem órgãos de gestão renovados. | | | 600 |
| | | | | | | | 600 |
| Acção 4.3 Reorganização da gestão escolar com maior autonomia e maior participação dos pais e parceiros sociais. | Criar um modelo de gestão participativa dos pais e da sociedade civil. | Sensibilização da comunidade para a participação activa na vida escolar; Desenvolvimento de parcerias e acordos de cooper. | Identificação dos principais actores; Organização de grupos de apoio; Formalização de acordos e de planos de acção. | 100% das Escolas Secundárias contam com a colaboração dos pais e dos parceiros sociais. | | | 800 |
| | | | | | | | 800 |
| | | | | | | | 800 |
| Acção 4.4 Criação do Estatuto e do Regulamento do Ens. Sec. Privado e desenvolvimento de mecanismos de apoio, inspecção e fiscalização. | Regulamentar e dinamizar o funcionamento do ensino privado, zelando pela qualidade e pertinência dos serviços prestados. | Concertação para elaboração dos normativos que deverão enquadrar o Ens. Sec. Privado; Criação de incentivos e de apoios ao ensino privado. | Elaboração do Estatuto e Regulamento do Ens. Sec. Privado; Implementação de serviços de apoio, inspecção e fiscalização. | Estatuto e Regulamento implementado; | | | 1.200 |
| | | | | | | | 16.000 |
| | | | | | | | 16.000 |
| Subtotal | | | | | | | 33.200 |
| Total Parcial | | | | Custos de Funcionamento | | | 970.000 |
| | | | | Custos de Investimento | | | 2.888.000 |

9. ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A evolução científica e tecnológica, com as grandes transformações no domínio da energia, das telecomunicações das tecnologias da informação, da biofísica e, em particular, a globalização da economia, exigem de todos os cidadãos cada vez maiores competências e aptidões para se adaptarem às mudanças e enfrentar o futuro de forma eficaz com criatividade e competitividade.

Pela sua natureza, o ensino superior e a investigação científica tem contribuído de forma decisiva para a procura de soluções aos problemas causados pelas grandes mudanças operadas no mundo moderno, cumprindo a sua missão de educar, formar e promover a investigação, oferecendo serviços de qualidade à comunidade e possibilitando o desenvolvimento de todo o sistema educativo.

A expansão do ensino secundário tem provocado, mesmo nos “pequenos Estados insulares”, categoria em que Cabo Verde se insere, o aparecimento de estruturas de formação pós-secundária orientadas para a qualificação de docentes e de quadros de alto nível necessários ao seu desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconómico.

A fraca base demográfica e as modestas capacidades financeiras não têm impedido, contudo, os “pequenos Estados” de procurar acompanhar a tendência actual de expansão do ensino superior, motivada pelo forte crescimento do ensino secundário e pelo aumento da procura social.

Este nível educativo é certamente um domínio específico onde os “pequenos Estados” deverão fazer prova de capacidade de inovação, mobilizando recursos, desenvolvendo parcerias e encontrando novas modalidades para a criação e funcionamento destas estruturas.

9.1 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

Após a independência nacional, a grande maioria dos formandos cabo-verdianos, frequentava cursos superiores no exterior, resumindo-se as acções de formação locais, de curta duração, à organização de actividades esporádicas para responder a necessidades conjunturais.

No início da década de noventa assiste-se à universalização do ensino básico e à posterior expansão do ensino secundário obrigando, já em meados da década, a uma forte explosão do número de candidatos ao ensino superior.

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Com o aumento do número de estudantes que procura no exterior do país uma formação de nível superior são criados, em 1995 o ISE (Instituto Superior de Educação), em 1996 o ISECMAR (Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar) e em 1998 o ISCEE (Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais). Estas instituições são dotadas de autonomia pedagógica, científica, administrativa, financeira e patrimonial.

No início do novo século a iniciativa privada ganha visibilidade com o aparecimento de novas instituições de ensino superior. Na cidade da Praia é criada, em 2000, a Universidade Jean Piaget e no Mindelo começa a funcionar em 2002 o IESIG (Instituto de Ensino Superior Isidoro Graça).

Presentemente são oferecidos numerosos cursos de bacharelato e de licenciatura tal como se indica no Quadro 9.1.1

Quadro 9.1.1 – Resumo das Frequências em 2002/03

| <i>Instituições com cursos de Ensino Superior</i> | <i>Frequências 1º Ano</i> | <i>Total de Frequências</i> | | | <i>Nº de Cursos</i> |
|---|---------------------------|-----------------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | | <i>Bacharelato</i> | <i>Licenciatura</i> | <i>Pós-Grad.</i> | |
| Universidade Jean Piaget | 267 | - | 651 | - | 15 |
| ISE – Praia | 229 | 75 | 564 | 15 | 17 |
| ISE – Mindelo | 60 | 60 | - | - | 2 |
| IESIG – Mindelo | 295 | - | 332 | - | 7 |
| ISECMAR – Mindelo | 70 | 245 | - | - | 8 |
| ISCEE – Mindelo e Praia | 70 | 214 | - | - | 2 |
| CFA – INIDA – Praia | - | 26 | - | - | 1 |
| DGESC / DG. Turismo | - | 32 | - | - | 3 |
| <i>Totais</i> | 991 | 652 | 1547 | 15 | 55 |

| <i>Formação de Professores do Ensino Básico</i> | <i>Frequências 1º Ano</i> | <i>Total de Frequências</i> | | | <i>Nº de Cursos</i> |
|---|---------------------------|-----------------------------|--|--|---------------------|
| IP – Praia | 236 | 422 | | | 3 |
| IP – Assomada | 146 | 240 | | | 3 |
| IP – Mindelo | 63 | 170 | | | 1 |
| <i>Totais</i> | 445 | 832 | | | 7 |

Apesar de ser recente a oferta de uma grande parte destes cursos, verifica-se já a existência de duplicações e de excessos para as necessidades do país, nomeadamente ao nível das ciências sociais.

A grande maioria destas instituições dispõe, ou disporá em breve, de instalações e equipamentos de boa qualidade (excepção para o ISCEE – Praia, ISE – Mindelo e IP – Assomada) que permitirão o alargamento da oferta e a concretização de actividades formativas de qualidade.

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Os acordos de cooperação com instituições estrangeiras e o recurso a quadros nacionais que colaboram a tempo parcial ou em regime de prestação de serviços, tem permitido a existência de um corpo docente qualificado. Presentemente colaboram com as instituições de Ensino Superior cerca de 24 doutorados, 50 mestrados e 212 licenciados. Destes docentes, apenas 28% trabalha nas instituições em regime de exclusividade.

Quadro 9.1.2 Distribuição dos Professores por habilitação nas principais Instituições de Ensino Superior em 2002/03

| Instituições | Totais | | Habilitações dos Docentes | | | | | |
|-----------------|--------|-------|---------------------------|--------|-----------|--------|-------------|--------|
| | Alun. | Prof. | Doutorados | | Mestrados | | Licenciados | |
| | | | Exclus. | Colab. | Exclus. | Colab. | Exclus. | Colab. |
| Univ. J. Piaget | 651 | 90 | 6 | 2 | 4 | 2 | 16 | 60 |
| IESIG | 332 | 38 | - | 6 | - | 13 | - | 19 |
| ISECMAR | 245 | 40 | 1 | - | 10 | 3 | 12 | 14 |
| ISCEE | 214 | 40 | - | - | - | 5 | - | 35 |
| ISE – Mindelo | 60 | 10 | - | - | - | 1 | - | 9 |
| ISE – Praia | 654 | 68 | 5 | 4 | 11 | 1 | 17 | 30 |
| Totais | 2156 | 286 | 12 | 12 | 25 | 25 | 45 | 167 |

De registar que algumas destas instituições (IESIG, ISCEE,...) funcionam apenas com professores contratados por prestação de serviços. Na Universidade Jean Piaget este tipo de contratação atinge 70% do total do corpo docente, enquanto no ISE e no ISECMAR ronda os 42%.

No Documento nº 10 de Preparação do Plano Estratégico “Caracterização das Instituições de Ensino Superior e das suas Frequências” apresenta-se a descrição das frequências por curso e instituição de formação, assim como, a distribuição e qualificação do corpo docente em exercício no ano lectivo de 2002/03. Ainda neste documento, faz-se referência às colocações e aos novos ingressos, quer nos cursos de ensino superior, quer nos cursos de formação de professores do IP. Segundo os dados fornecidos pela DGESC, a evolução recente dos ingressos e das bolsas atribuídas era a seguinte:

Quadro 9.1.3 Novos ingressos em cursos de Ensino Superior

| Local da Formação | 2000/01 | 2001/02 | 2002/03 |
|-----------------------------|---------|---------|---------|
| No Estrangeiro. | 618 | 1215 | 1313 |
| Em Cabo Verde. | 198 | 917 | 991 |
| Novos Ingressos no IP – CV. | 190 | 229 | 445 |

Quadro 9.1.4 Atribuição de Novas Bolsas de Estudo

| Bolsas para o Estrangeiro | 2000/01 | 2001/02 | 2002/03 |
|----------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Cooperação Bilateral | 96 | 91 | 88 |
| Governo de Cabo Verde | 295 | 103 | 38 |
| Subtotal | 391 | 194 | 126 |
| Bolsas para Cabo Verde | 126 | 125 | 310 |
| Total | 517 | 319 | 436 |

O aumento do número de novos ingressos em instituições de ensino superior (atingindo cerca de 2300 estudantes em 2002/03) não tem sido acompanhado pelo aumento do número de bolsas de estudo. Nos últimos dois anos, verificou-se uma redução significativa do número de bolsas reembolsáveis, destinadas à frequência de cursos no estrangeiro, enquanto aumentou o número de bolsas para a frequência de instituições nacionais.

9.2 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Os problemas enfrentados por Cabo Verde, nos domínios da Ciência e Tecnologia, para a criação de uma capacidade endógena, são de uma forma geral, os mesmos registados nos Países menos avançados, agravados pela insularidade, dispersão territorial, fragilidade e vulnerabilidade ecológicas e extrema dependência face ao exterior.

Dadas as características de Cabo Verde, a estratégia para um desenvolvimento sustentável, deve-se basear, essencialmente, na valorização dos Recursos Humanos, assente na utilização e reforço da ciência e tecnologia, como instrumentos para a compreensão e resolução dos problemas de sobrevivência e de desenvolvimento do país.

Ao longo dos últimos anos têm-se feito esforços consideráveis no sentido de lançar as bases para a criação de um sistema integrado de ciência e tecnologia, adaptado às necessidades específicas do país.

i) A partir de 1986, iniciaram-se de forma sistemática, a realização de estudos e de vários eventos, tendo em vista, efectuar um diagnóstico da situação da ciência e tecnologia em Cabo Verde, na óptica da procura de soluções para a implementação de um sistema integrado da ciência e tecnologia.

ii) A problemática da ciência e tecnologia em Cabo Verde, inscreve-se na política nacional de desenvolvimento estando relacionada com os sectores do Ensino Superior, da Investigação para o Desenvolvimento e da Produção.

No entanto, tem-se verificado um desenvolvimento desarticulado entre estes sectores, apesar de alguns esforços para a integração da Ciência e Tecnologia no Ensino Superior, cujos objectivos incluem, para além da formação, a investigação, a extensão e a prestação de serviços à comunidade.

O esforço de integração no sistema do Ensino Superior, reflecte-se na preocupação expressa pelos Institutos Superiores de desenvolverem linhas de investigação próprias (nos termos estatutários), e a nível institucional, no enquadramento legal de uma Direcção de Ciência e Tecnologia na Direcção Geral do Ensino Superior e Ciência¹².

9.3 MEDIDAS ADOPTADAS PARA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A expansão do Ensino Superior, com a criação de novos cursos e a abertura de novas escolas, obrigou à adopção de medidas e instrumentos adequados à operacionalização dos seguintes objectivos¹³:

- institucionalizar e consolidar o Ensino Superior;
- desenvolver o Ensino Superior na óptica da criação de uma capacidade endógena em Ciência e Tecnologia;
- articular as actividades do Ensino Superior e da Investigação e Desenvolvimento.

A concretização destes objectivos visava, por sua vez, atingir as seguintes metas:

- promover a entrada em funcionamento da Universidade de Cabo Verde;
- constituir um colectivo de quadros altamente qualificados;
- conduzir à inversão das taxas de formação no país (20%) face ao exterior (80%).

Para a concretização destes objectivos e tendo em atenção que a concessão de bolsas para a frequência de cursos de Ensino Superior, era condicionada pelas ofertas de países e instituições estrangeiras, bem como, pelas disponibilidades financeiras do Estado, foi definida uma estratégia para a política de formação de quadros que deveria basear-se:

- a) Na consolidação das instituições existentes através de: (i) instalações e equipamentos adequados; (ii) definição de

¹² “Um olhar sobre a C&T no contexto do desenvolvimento sustentável de Cabo Verde” - DCT/DGESC 06/02

¹³ “Notas sobre o Ensino Superior” – Direcção Geral do Ensino Superior e Ciência (DGESC) – Abril de 2002.

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

- áreas prioritárias de formação; (iii) qualificação do corpo docente; (iv) revisão curricular.
- b) Na definição de um modelo conceptual e organizacional sustentável para a institucionalização da Universidade de Cabo Verde.
 - c) Na dinamização do sector privado de ensino superior.
 - d) Na integração das instituições nacionais em redes regionais e internacionais.
 - e) Na melhoria das condições de acesso ao ensino superior e dos critérios para a atribuição de bolsas.
 - f) Na valorização da componente de Ciência e Tecnologia.

A referida estratégia começou a ser implementada com a criação, em 1997, da Direcção Geral de Ensino Superior e Ciência e com as diversas iniciativas legislativas que permitiram a criação formal da Universidade de Cabo Verde (Resolução nº 53/2000 de 24 de Agosto), a criação de instituições privadas de Ensino Superior, o estabelecimento de diversos acordos de colaboração com Universidades e Institutos estrangeiros, a adopção de novos critérios e regulamentos para a atribuição de bolsas de estudo (D.L nº 6/01 de 12 de Fevereiro e BO nº 25 de 2/6/02 – 1ª série), etc.

9.4 OPINIÃO DOS DIFERENTES ACTORES SOBRE A CRIAÇÃO DE UM MODELO INSTITUCIONAL PARA O ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Nos últimos anos foram também realizados numerosos estudos, conferências e seminários sobre as diferentes temáticas relacionadas com a “procura de um modelo institucional para o ensino superior, adequado às especificidades de Cabo Verde e capaz de responder às exigências internacionais, num contexto mundial competitivo em que as qualificações dos recursos humanos constituem a principal moeda de troca”.¹⁴

A análise dos trabalhos efectuados permitiu identificar importantes potencialidades, constrangimentos e condições para um melhor funcionamento do sistema que será necessário explorar e ultrapassar para que se possa vir a implementar uma estrutura coerente e flexível adaptável à realidade e às características de Cabo Verde (ver o Anexo Temático 7 do Documento nº 7 de Preparação do PE).

1. Potencialidades a explorar:

- Importante factor para o desenvolvimento socioeconómico, pelo seu papel na criação de uma massa crítica nacional e na formação de quadros necessários aos diferentes sectores de actividade;

¹⁴ “Subsídios para a implementação da Universidade de Cabo Verde” - DGESC - Março de 2002.

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

- Afirmação e consolidação da identidade nacional e cultural;
- Reforço da presença do país na cena internacional;
- Instrumento que poderá favorecer uma emigração qualificada;
- Motor de desenvolvimento do sistema educativo no seu todo;
- Criação de uma capacidade endógena para o desenvolvimento da investigação científica.

2. Constrangimentos identificados no Ensino Superior:

- Fraca **base demográfica** com consequências ao nível da rápida saturação do mercado de emprego e de elevados custos unitários por ausência de uma economia de escala;
- **Custos de insularidade** elevados, reflectindo-se nos transportes e nos apoios sociais com vista à fixação de docentes e à equidade no acesso;
- **Custos de financiamento** que deverão ser assegurados essencialmente pelo Estado com a participação dos utentes e dos sectores privado e cooperativo. A diversificação das fontes de financiamento, traduzindo o apoio que a sociedade deverá conceder ao ensino superior, deverá possibilitar a preservação da sua qualidade e pertinência;
- Resposta deficiente às pressões resultantes do **aumento do número de candidatos** ao ensino superior, agravada pela diminuição da oferta de bolsas para o exterior e pela redução dos créditos bancários;
- Penúria de **recursos humanos** qualificados e com perfil para o exercício de funções docentes, levantando sérios problemas ao desenvolvimento do ensino superior e obrigando à definição de uma política de formação, aperfeiçoamento e recrutamento de docentes;
- **Enquadramento legislativo** insuficiente apresentando lacunas na regulamentação das condições de acesso, de atribuição de graus, equivalências e apoios sociais.

3. Condições de funcionamento:

- Garantir a **qualidade** pela existência: (i) de um corpo docente qualificado; (ii) de infra-estruturas adequadas, bibliotecas, laboratórios, equipamentos informáticos e de comunicação; (iii) de avaliações internas e externas integradas na gestão corrente das instituições;
- Introduzir as componentes de **investigação e extensão educativa** em todas as instituições de ensino superior;

- Flexibilizar as **acções de formação**, evitando especialização excessiva e garantindo uma adaptação constante às necessidades do mercado de emprego;
- Articular o Ensino Superior com o **sistema de Ciência e Tecnologia** e interligá-lo com o mundo empresarial;
- Integrar as instituições em **redes regionais e/ou internacionais de ensino superior**, aproveitando os benefícios das novas tecnologias de comunicação e informação;
- Programar e seleccionar de forma criteriosa os **Pólos e os cursos** de forma a facilitar o acesso e a evitar duplicações;
- Garantir o **financiamento** pelo Estado em conjunto com outras fontes: (i) sector privado e cooperativo; (ii) famílias; (iii) cooperação internacional.

Sobre a Investigação Científica, também se efectuaram diversos Estudos, Conferências e Jornadas onde se identificaram os pontos de convergência, úteis para a definição da estratégia de desenvolvimento mais adequada, visando a criação de uma capacidade endógena em Ciência e Tecnologia¹⁵.

1. Constrangimentos detectados na Investigação Científica:

- a) Sistema de Ciência e Tecnologia frágil, dependente e assimétrico, traduzido pelo número reduzido de investigadores e pelos fracos recursos afectos à investigação;
- b) Cobertura parcial de disciplinas científicas nalguns domínios das ciências Agrárias, da Terra, Biologia, menorizando as Ciências Fundamentais e as Ciências Sociais;
- c) Fragilidade do ensino da Ciência e Tecnologia em todos os níveis de ensino;
- d) Existência de um conjunto de instituições de investigação sem a coordenação necessária, colocando-se muitas vezes problemas de sobreposição;
- e) Ausência de uma comunidade científica e de uma cultura de investigação;
- f) Insuficiência de recursos humanos, financeiros e materiais;
- g) Falta de articulação entre as empresas e as instituições de ensino superior e de investigação científica.

2. Definição de uma estratégia de actuação:

- h) Criação de uma atitude científica na comunidade cabo-verdiana, através do desenvolvimento de atitudes experimentais no

¹⁵ “Um olhar sobre a C&T no contexto do desenvolvimento sustentável de Cabo Verde” - DCT/DGESC 06/02

ensino das Ciências Básicas, apoiadas pela introdução / reforço das novas tecnologias de informação e comunicação;

- i) Formação avançada ao nível de pós – graduações assente no inventário geral das necessidades de formação;
- j) Articulação entre o Ensino Superior e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- k) Criação de um Sistema Coordenador das actividades de Ciência e Tecnologia;
- l) Dinamização da ligação entre o sector empresarial e o Sistema de Ciência e Tecnologia;

9.5 VISÃO PROSPECTIVA SOBRE O ENSINO SUPERIOR

A expansão do ensino secundário e a visão que os diferentes actores têm para o sector, deverá condicionar a elaboração de possíveis *cenários* quantitativos e qualitativos que poderão vir a ser concretizados num futuro próximo.

Segundo as previsões de saídas anuais do sistema educativo, efectuadas no Documento nº 6 de Preparação do Plano Estratégico “Orientações para a Elaboração de Planos Educativos a Nível Concelhio”, estima-se para o ano lectivo de 2005/06 que o número de estudantes a sair do sistema com o 12º ano venha a atingir os cerca de 4800 diplomados e que em 2010/11 este número possa aumentar, atingindo cerca de 7300 diplomados anuais.

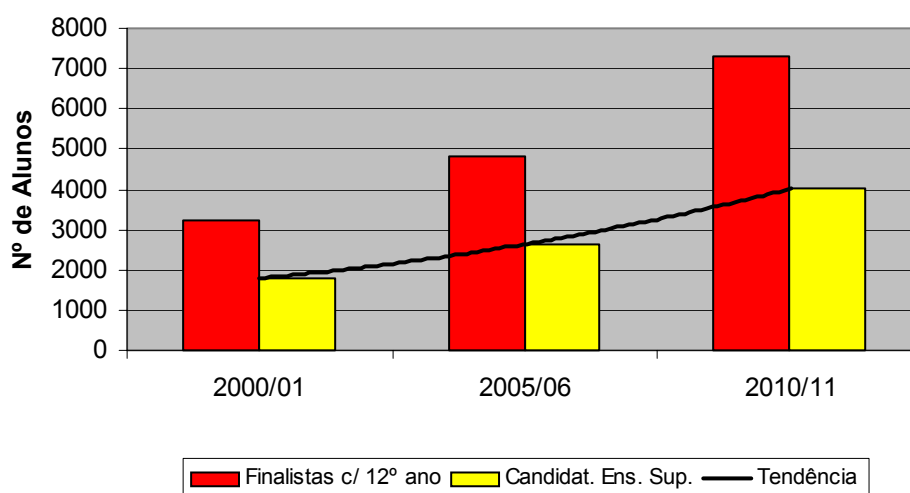
Este tipo de previsões que tem apenas como referência o modelo de planeamento baseado na “*procura social da educação*”, não está relacionado com as “*necessidades de mão de obra*” que os sectores de actividade económica poderão vir a necessitar.

Pressupõe-se que o aumento da procura da educação a nível do ensino secundário irá continuar, podendo prever-se para o ensino superior a construção de dois cenários diferenciados, *tendencial* e *condicionado*, tal como se procedeu para os restantes níveis de ensino.

9.5.1 Cenário Tendencial – partindo das projecções efectuadas para a evolução do ensino secundário e mantendo a actual tendência de transição para o ensino superior, onde se constatarem taxas rondando os 55%, poderá verificar-se uma evolução, ao longo dos próximos 8 anos, do número de candidatos aos cursos de ensino superior, tal como se indica no Gráfico 9.5.1

De acordo com este cenário o número de candidatos ao ensino superior poderá atingir os 2650 candidatos em 2005/06 e os 4000 em 2010/11.

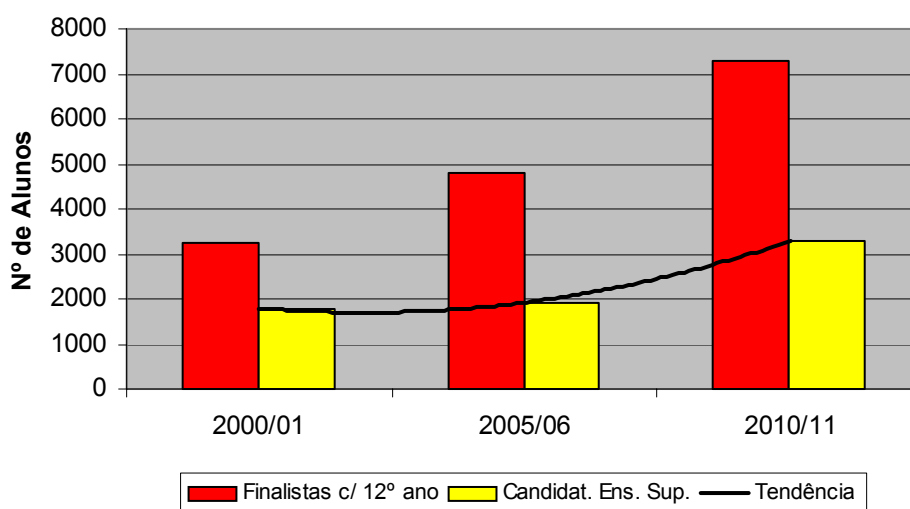
Gráfico 9.5.1 - Cenário Tendencial - Ensino Superior



9.5.2 Cenário Condicionado – partindo igualmente das projecções efectuadas para a evolução do ensino secundário explora-se agora a hipótese de se vir a condicionar o acesso ao ensino superior.

Segundo este cenário, poderá verificar-se numa primeira fase (até 2005/06), uma redução dos fluxos de acesso ao ensino superior cujas taxas de transição poderão rondar os 40%. Numa segunda fase, estes fluxos poderão de novo aumentar podendo situar-se em 2010/11 por volta dos 45%. No Gráfico 9.5.2 apresenta-se esta evolução ao longo dos próximos 8 anos, podendo o número de candidatos aos cursos de ensino superior atingir os 1900 em 2005/06 e os 3300 em 2010/11.

Gráfico 9.5.2 - Cenário Condicionado - Ensino Superior



9.5.3 Projectos em curso para consolidação e expansão das instituições existentes

Dos contactos estabelecidos com as diferentes instituições de formação superior, analisaram-se as suas condições de funcionamento e apreciaram-se os seus projectos de desenvolvimento. Como já foi referido, no Documento nº 10 de Preparação do Plano Estratégico, apresenta-se esta caracterização e analisam-se os projectos que poderão vir a ser desenvolvidos a curto prazo.

No presente documento referem-se apenas as possibilidades de expansão do sistema, quer em instituições públicas, quer privadas:

- 1. Instituto Superior de Educação** – (sede na Praia e um pólo no Mindelo). Novas instalações na cidade da Praia com possibilidades de desenvolvimento do ensino a distância e de novos cursos para o sector educativo.
No Mindelo a instituição não possui instalações adequadas.
- 2. Universidade Jean Piaget** – (sede na Praia). Novas instalações em expansão com perspectivas para desenvolvimento da formação a distância e a criação de novos cursos nas áreas das ciências da comunicação, das belas artes, da saúde e do desporto. Existe grande preocupação com a investigação científica e a capacidade desta instituição poderá vir a triplicar.
- 3. Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais** – (sede no Mindelo e um pólo na Praia). Pretende-se desenvolver os cursos de Contabilidade e criar novas possibilidades ao nível do bacharelato, dos complementos de licenciatura e do mestrado.
Na Praia a instituição não possui instalações adequadas.
- 4. Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar** – (sede no Mindelo). Pretende-se lançar o grau de licenciatura para alguns cursos, iniciar a formação de professores para o Ensino Técnico e reabilitar e expandir a instituição. A capacidade de acolhimento desta instituição poderá duplicar.
- 5. Instituto de Ensino Superior Isidoro Graça** – (sede no Mindelo). Pretende-se internacionalizar o instituto, dinamizando as relações com os PALOP, criando novos cursos de licenciatura, cursos ministrados em francês e cursos de pós graduação. A capacidade de acolhimento desta instituição poderá duplicar.
- 6. CFA – INIDA** – (sede em Santiago). Pretende-se abrir um novo curso de Engenharia do Ambiente em 09 de 2003.

9.5.4 Considerações sobre a possível expansão do Ensino Superior em Cabo Verde

O rápido crescimento do ensino superior em Cabo Verde permitiu atingir, no ano lectivo de 2002/03, uma população de cerca de 2200 estudantes, para além dos cerca de 830 que frequenta, no ensino médio, o Instituto Pedagógico.

No exterior do país, estima-se que frequentem actualmente cursos de ensino superior cerca de 3000 alunos. Destes, cerca de 70% está em Portugal, 25% está no Brasil e os restantes 5% distribuem-se por diversos países como, Cuba, Rússia, Senegal, Marrocos, etc. No presente ano lectivo iniciaram os seus cursos no estrangeiro 1313 estudantes.

As actuais taxas de transição entre o ensino secundário e o ensino superior poderão ser reduzidas se entretanto forem criadas alternativas ao prosseguimento de estudos. Neste sentido, estão a ser desenhados e implementados projectos de formação profissional que poderão vir a enquadrar cerca de ¼ dos diplomados com o 12º ano de escolaridade.

Para 2005 prevê-se que o número de candidatos ao ingresso no ensino superior possa variar, segundo o cenário em apreço, entre os 1900 e os 2650 indivíduos. Para este período poderá estimar-se que 1/3 destes estudantes possa continuar a frequentar cursos no estrangeiro e que 2/3 possa vir a frequentar cursos superiores no país se, entretanto, for alargada a rede de ensino superior pública e privada.

Com efeito, para os próximos 3 anos, deverá registar-se um crescimento da oferta de ensino superior passando a actual capacidade nacional, de 2300 alunos, para cerca de 5000, segundo o *cenário condicionado*, ou para 7000, segundo o *cenário tendencial*.

Com o crescimento da oferta nacional deverá reduzir-se a procura de cursos no estrangeiro. Nesta lógica, perspectiva-se para a segunda metade da década, uma redução do número de candidatos anuais à frequência de cursos no estrangeiro. Com este pressuposto, espera-se que o crescimento médio anual no período entre 2006 e 2010 possa rondar os 24% para que a capacidade a instalar em 2005, possa passar, no final da década, para cerca de 11.000 estudantes, segundo o *cenário condicionado*, ou 14.000 segundo o *cenário tendencial*.

Esta expansão dos efectivos do ensino superior obrigará a um aumento significativo dos recursos actualmente existentes.

Para o pessoal docente deverá prever-se, segundo o *cenário condicionado*, a necessidade de se recrutarem 650 novos professores

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

nos próximos 8 anos (cerca de 80 novos professores por ano). Para o *cenário tendencial*, o recrutamento de professores poderá atingir os 110 novos docentes por ano.

No Quadro 9.5.4 apresenta-se, para cada um dos cenários, as previsões das necessidades em professores.

Quadro 9.5.4 - Previsão das frequências e das necessidades em professores.

| Previsões | 2002/03 | 2005/06 | | 2010/11 | |
|-------------------|---------|----------|----------|----------|----------|
| | | C. Cond. | C. Tend. | C. Cond. | C. Tend. |
| Nº de Alunos | 2.300 | 5.000 | 7.000 | 11.000 | 14.000 |
| Nº de Professores | 260 | 500 | 700 | 900 | 1.150 |

Para os equipamentos educativos, deverá assistir-se ao aumento do número de delegações ou pólos das instituições actualmente existentes ou ao aparecimento de novas instituições quer do sector público, quer do privado ou cooperativo.

Utilizando um cenário intermédio que poderá apontar para valores próximo dos 12.000 estudantes em 2010/11, as necessidades para a implementação de cursos de ensino superior serão as seguintes:

- Instituições em funcionamento que deverão duplicar a sua actual capacidade de acolhimento,
 - cerca de 5.000 estudantes;
- Criação de 4 novas instituições de E. Superior,
 - cerca de 2.800 estudantes;
- Criação de 10 delegações de instituições de E. Superior,
 - cerca de 3.200 estudantes,
- Criação de 10 Centros Integrados de Recursos,
 - cerca de 1.000 estudantes.

Estas estimativas, mesmo que fictícias, são bem reveladoras do esforço necessário para uma adequada resposta à enorme pressão que a procura social de ensino superior irá exercer sobre as instituições.

9.6 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Tendo em atenção as previsões do ponto anterior, constata-se que o alargamento da rede de ensino superior terá forçosamente que passar pela descentralização e regionalização das estruturas que o suportam. Diversas hipóteses de organização e de modelos institucionais têm sido sugeridas por numerosas entidades e especialistas convidados para se pronunciarem sobre o assunto.

Neste Plano Estratégico retiveram-se, com algumas adaptações, as últimas propostas elaboradas no âmbito da DGESC.

Segundo a proposta para a definição de um modelo para o Ensino Superior, considera-se a necessidade da existência de instituições autónomas de carácter público ou privado que poderão congregar-se em universidades ou funcionar isoladas em regime de independência administrativa e financeira.

As Universidades, os Institutos ou Escolas Superiores isoladas, poderão descentralizar as suas actividades criando pólos ou delegações nas regiões do país onde a sua acção se justificar.

Pela escassez dos recursos docentes e pelas características do mercado, aconselha-se, na maioria das instituições, a organização de cursos bietápicos que poderão ter características quer politécnicas, quer universitárias.

Presentemente, já existe uma Universidade e um Instituto privado desenvolvendo as suas actividades de ensino e de investigação em plena concorrência com as instituições públicas. Para valorização e rentabilização das instituições públicas propõe-se uma estratégia de integração gradual na Universidade de Cabo Verde (UCV), cuja proposta de modelo de funcionamento se explicita no ponto seguinte.¹⁶

Quanto às propostas da DGECS para o desenvolvimento de uma política de Ciência e Tecnologia considera-se necessário¹⁷:

- integrar a C&T na política geral de desenvolvimento dos recursos humanos;
- articular a investigação com as políticas gerais de desenvolvimento socioeconómico;
- criar medidas legislativas que tenham por objectivo o reforço da capacidade endógena de Ciência e Tecnologia;
- apoiar e desenvolver Centros de Investigação nas instituições de ensino superior;
- reforçar o ensino das Ciências e das Tecnologias em todos os níveis educativos;
- favorecer os processos participativos, envolvendo os vários agentes do processo de desenvolvimento, em particular os utilizadores de Ciência e Tecnologia.

¹⁶ “Subsídios para a implementação da Universidade de Cabo Verde” (Versão Provisória) – DGESC, 03/2002

¹⁷ “Um olhar sobre a C&T no contexto do desenvolvimento sustentável de Cabo Verde” - DCT/DGESC 06/02

9.6.1 Proposta de Modelo Organizacional para a UCV

Conjugando os dados resultantes das disposições legais, das Grandes Opções do Plano, do Programa do Governo, do Plano Nacional de Desenvolvimento, dos resultados dos trabalhos realizados e da experiência das instituições de ensino superior, podem-se inferir alguns princípios que deverão servir de base à configuração de um modelo institucional para a Universidade de Cabo Verde (UCV):¹⁸

- A base orgânica da UCV são os Institutos e as Escolas Superiores públicas, existentes ou a criar, independentemente da modalidade de ensino praticada, os quais são dotados de autonomia administrativa, pedagógica, científica, financeira e patrimonial;
- A UCV desempenha as funções de orientação, coordenação, e regulação do sistema, tendo como primeira missão promover as políticas de ensino superior e de investigação científica e orientar as instituições com vista a facilitar o seu desempenho;
- A UCV poderá ter estabelecimentos de ensino superior distribuídos, numa 1ª fase, pelos Pólos Universitários da Praia e do Mindelo e, numa 2ª fase, pelos Pólos de Assomada, Sto. Antão, Fogo e Sal. Estes Pólos terão por missão, programar, coordenar e apoiar as actividades de formação, investigação científica e extensão universitária na sua região;
- A contribuição da UCV para o desenvolvimento científico, social, económico e cultural do país deverá efectuar-se através:
 - da formação de diplomados altamente qualificados em áreas adequadas às necessidades do país;
 - da articulação com o sistema de ciência e tecnologia e da interligação com o mundo empresarial;
 - da consolidação dos valores de uma cidadania democrática;
- A UCV deverá ter um papel transformador no sistema educativo, sobretudo através da formação de professores;
- O ensino a distância e o recurso às novas tecnologias de comunicação e de informação, deverá constituir um dos eixos de desenvolvimento das instituições que deverão integrar a UCV, tendo em vista aumentar a acessibilidade, diminuir as assimetrias e contribuir para a diminuição dos custos:
 - para o efeito deverão ser criados Centros Integrados de Recursos que possam funcionar como antenas dos Institutos e Escolas Superiores nos Concelhos onde não existirem instituições de ensino superior;

¹⁸ Adaptado de “Subsídios para a implementação da Universidade de Cabo Verde” (Versão Provisória) – DGESC, 03/2002

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

- A UCV deverá ter uma expressiva dimensão internacional, a nível do intercâmbio cultural, científico e técnico e inserir-se em redes regionais e internacionais do conhecimento;
- A UCV deverá promover o envolvimento da sociedade civil, no país e na diáspora, nas actividades de ensino, investigação e extensão universitária.

9.6.2 Estratégia Possível para Implementação do Modelo de Ensino Superior

Tendo em conta a insuficiência dos recursos existentes, a dispersão geográfica e os previsíveis candidatos ao ingresso nos cursos de ensino superior,¹⁹ conforme se mostra no Quadro 9.6.2, deverão ser seleccionadas as instituições e escolhidos criteriosamente os cursos a implementar a fim de se salvaguardar a unidade e coesão institucional e evitar os encargos inerentes à duplicação de recursos e actividades.

Quadro 9.6.2 - Previsão da procura de cursos superiores por concelho

| Concelhos e Estruturas Possíveis | Previsão de candidatos anuais | | Capacidade a criar até 2010 | Nº de Professores Necessários |
|----------------------------------|-------------------------------|-------------|-----------------------------|-------------------------------|
| | 2005 | 2010 | | |
| Ribeira Grande | 130 | 150 | | |
| Porto Novo | 60 | 115 | | |
| Paul | 25 | 60 | | |
| Pólo de Sto Antão | 215 | 325 | 1200 | 100 |
| S. Nicolau | 60 | 70 | | |
| Sal | 60 | 100 | | |
| Boa Vista | 20 | 30 | | |
| Pólo do Sal | 140 | 200 | 800 | 67 |
| S. Vicente | 280 | 480 | | |
| Pólo do Mindelo | 280 | 480 | 2000 | 167 |
| S. Filipe | 85 | 180 | | |
| Mosteiros | 30 | 60 | | |
| Brava | 20 | 40 | | |
| Pólo do Fogo | 135 | 280 | 1000 | 83 |
| Tarrafal | 100 | 145 | | |
| S. Miguel | 40 | 110 | | |
| Sta Catarina | 150 | 410 | | |
| Sta Cruz | 105 | 255 | | |
| Pólo da Assomada | 395 | 920 | 3000 | 250 |
| Maio | 20 | 50 | | |
| S. Domingos | 60 | 110 | | |
| Praia | 670 | 925 | | |
| Pólo da Praia | 750 | 1085 | 4000 | 333 |
| Totais | 1915 | 3290 | 12000 | 1000 |

¹⁹ Retirado do Documento nº 6 de Preparação do Plano Estratégico.
Página 120 de 131

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

As instituições de ensino superior, quer sejam públicas ou privadas, quer integrem ou não uma universidade, deverão poder oferecer, pelo menos, três cursos em áreas de desenvolvimento consideradas prioritárias e possuir, no mínimo, um docente habilitado com o grau de doutor e dois mestres por cada área de formação.

Os cursos deverão ter uma organização flexível adaptável às exigências e à dimensão do mercado e sempre que possível recomenda-se o desenvolvimento de programas de investigação e de extensão.

As instalações e os equipamentos deverão ser adequados aos planos curriculares dos diferentes cursos a ministrar, quer funcionem na sede das instituições, quer nas suas delegações ou antenas.

Os Centros Integrados de Recursos que vierem a ser criados no âmbito dos diferentes Pólos Universitários deverão estar interligados às instituições de formação dos respectivos pólos a fim de poderem orientar e dinamizar a formação a distância dos cursos e actividades a empreender.

De uma forma geral aconselha-se a especialização das instituições de formação já criadas ou a criar, nas seguintes áreas:

- A – Educação e Formação de Professores,
- B – Ciências Sociais e Humanas,
- C – Ciências e Tecnologia,
- D – Economia e Gestão,
- E – Hotelaria e Turismo,
- F – Saúde e Nutrição,
- G – Arte e Design.

Tendo em atenção as previsões do Quadro 9.6.2 propõe-se a título indicativo, para cada um dos Pólos Universitários, o funcionamento das seguintes instituições e Centros Integrados de Recursos (CR);

- Pólo de Santo Antão - 3 Instituições (tipo A, E e F); 1 CR.
- Pólo do Mindelo - 4 Instituições (tipo A, C, D, G).
- Pólo do Sal - 1 Instituição (tipo E); 2 CR.
- Pólo do Fogo - 2 Instituições (tipo A e D); 2 CR.
- Pólo da Assomada - 4 Instituições (tipo A, B, D, F); 3 CR.
- Pólo da Praia - 6 Instituições (tipo A, B, C, D, F, G); 2 CR

9.6.3 Estratégia Possível para Implementação da UCV

Para implementação das actividades da UCV impõe-se a criação de uma Comissão Instaladora com uma estrutura flexível e operacional que permita a participação de representantes das instituições de ensino superior e de individualidades de reconhecida competência.

Esta Comissão deverá ter, em articulação com a DGESC, as seguintes atribuições²⁰:

- a) Definir as normas, as regras e os recursos necessários para a instalação da UCV;
- b) Elaborar e propor um plano de implementação da UCV e dos respectivos Pólos Universitários, baseado num estudo sobre a sua pertinência, estrutura, abrangência, qualidade, financiamento e gestão;
- c) Proceder à avaliação dos institutos de formação superior e propor planos de melhoria para o seu desempenho;
- d) Propor um novo quadro legislativo sobre o ensino superior o qual passará pela actualização da legislação e apresentação de novas propostas;
- e) Proceder ao estudo do custo de modalidades de ensino adequadas à especificidade do país, com destaque para o ensino a distância;
- f) Elaborar um programa de pós graduação para os professores do ensino superior, de acordo com as necessidades das instituições;
- g) Apreciar a situação dos espaços físicos e dos equipamentos das diferentes instituições e propor alternativas para a sua expansão, recuperação e manutenção;
- h) Avaliar o estado de execução de diferentes convénios e protocolos assinados com instituições estrangeiras e introduzir nova dinâmica nas relações internacionais;
- i) Inventariar as disponibilidades de quadros especializados nas áreas do Ensino Superior e da Investigação Científica, espalhados pela diáspora e podendo prestar o seu concurso ao desenvolvimento científico e tecnológico do país;
- j) Realizar encontros temáticos com o envolvimento de todos intervenientes e parceiros no sentido de se analisar o plano de implementação da UCV e encontrar novas formas de apoio e de colaboração.

²⁰ Adaptado de “Subsídios para a implementação da Universidade de Cabo Verde” (Versão Provisória) – DGESC, 03/2002

9.7 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Tendo em atenção as orientações estratégicas para o ensino superior que estão centradas no reforço, expansão e regionalização das instituições de formação superior e na implementação das estruturas e actividades da Universidade de Cabo Verde, os objectivos estratégicos para o ensino superior e investigação científica serão os seguintes:

- Reorganizar e consolidar o ensino superior e a investigação científica com a implementação de novas estruturas;
- Organizar e implementar o funcionamento da UCV;
- Ampliar e regionalizar a abrangência das actividades das instituições de ensino superior sem prejuízo da sua vocação nacional;
- Melhorar a qualidade e a eficiência dos cursos e acções de formação de nível superior;
- Integrar as actividades de investigação científica nas práticas correntes de actuação dos institutos e escolas de nível superior;
- Desenvolver a investigação aplicada em articulação com as políticas de desenvolvimento do país;
- Proporcionar cursos de cariz universitário e politécnico adequados às necessidades do desenvolvimento científico, económico e social do país e das regiões;
- Reforçar as parcerias com as organizações sociais e empresariais;
- Melhorar as relações de cooperação com as instituições congéneres estrangeiras.

9.8 MEDIDAS DE POLÍTICA A NÍVEL GOVERNAMENTAL

- Criar um quadro legislativo e financeiro adequado ao desenvolvimento do ensino superior;
- Reestruturar e alargar as competências da DGESC como organismo de orientação e coordenação de toda a política relacionada com o ensino superior e a investigação científica;
- Propor mecanismos de acompanhamento e de avaliação da qualidade e desempenho das instituições;

- Mobilizar os quadros nacionais, residentes no país e no exterior, necessários para o exercício da docência e investigação científica;
- Promover programas de pós-graduação e especialização nas diversas áreas com a definição clara de prioridades;
- Mobilizar recursos financeiros consentâneos com as exigências do ensino superior e adoptar um sistema criterioso de partilha e comparticipação dos custos entre todos os parceiros e beneficiários do sistema;
- Apoiar e dinamizar as instituições de ensino superior privado;
- Consolidar e melhorar a acção social escolar para os estudantes do ensino superior;
- Estabelecer uma melhor coordenação entre as instituições visando a criação de linhas de força que favoreçam a institucionalização do ensino superior;
- Desenvolver mecanismos tendentes ao reconhecimento internacional dos diplomas;
- Regulamentar as condições de acesso ao ensino superior, de atribuição de graus e diplomas, de equivalências e de atribuição de bolsas de estudo.²¹

9.8.1 Medidas de Política a nível dos Estabelecimentos de Ensino

- Definir as prioridades de formação em função das necessidades do país e das regiões;
- Organizar esquemas flexíveis de formação por forma a facilitar a reconversão e mobilidade profissional;
- Desenvolver e integrar componentes de investigação nos estabelecimentos de ensino superior;
- Promover a criação de departamentos de ensino a distância que possam vir a funcionar em estreita colaboração com os Centros Integrados de Recursos;
- Instituir mecanismos regulares de aperfeiçoamento do corpo docente para se melhorarem as suas qualificações e consolidar o funcionamento das instituições;
- Promover a integração em redes regionais e/ou internacionais de ensino superior por forma a facilitar-se o intercâmbio de conhecimentos e a mobilidade de docentes e estudantes;
- Fomentar a ligação com o mundo empresarial e com as diferentes instituições de formação e investigação para um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

²¹ Adaptado de “Subsídios para a implementação da Universidade de Cabo Verde” (Versão Provisória) – DGESC, 03/2002

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

9.9 PLANO DE ACÇÃO NO ÂMBITO DO ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Componente 1: Coordenação e Reforço Institucional

| Acções | Objectivos | Estratégia | Actividades | Resultados Esperados | | | Custos (contos) | |
|--|--|--|---|--|------|------|--------------------------|--------------------------------|
| | | | | Descrição | 1ªF. | 2ªF. | | 3ªF. |
| Acção 1.1 Reforço da organização e dos recursos da DGESC. | Promover um Ens. Sup. e uma I.C. de qualidade; Melhorar as capaci. de concepção, coord. e monitoriz. do Sist. | Desenv. institucional da DGESC; Melhorar o sistema de gestão da inform.; Apoiar a descentraliz. das instituições; Dinamizar as activ. de investig. e coope. | Recrutamento e capacitação dos quadros da DGESC; Definição das neces. em R.H qualificados; Análise de propostas para criação de estabelecimentos, cursos e projectos de investigação. | Plano de necess. de Quadros qualificados; | | | | 2.000 |
| | | | | Acompanhamento dos estudantes no exterior operacionalizado; | | | | 1.000 |
| | | | | Regras, normas e mecanismos para criação de instituições, cursos e projectos elaboradas. | | | | 1.000 |
| Acção 1.2 Definição de regras e normas de funcionamento do Ens. Superior. | Melhorar a qualidade e o funcionamento do Ens. Sup. Público, Privado e Cooperat. | Implementar novas modalidades de coordenação, gestão e de autonomia das instituições. Estabelecimento de normas e regras de cooperação entre instituic. e DGESC. | Orientação e coordenação do Ens. Sup. e da I.C.; Formalização de avaliações internas e externas. Gestão e supervisão da atrib. de graus e diplomas; | Quadro legislativo reformulado e ajustado às necessidades do desenvolv. do E.Sup.; | | | | 1.500 |
| | | | | Graus e diplomas reconhecidos. | | | | 500 |
| Acção 1.3 Criação e implementação de estruturas de coordenação e dinamização da UCV. | Organizar e implantar as diferentes estruturas da UCV; Dinamizar o funcionamento das instituições que integram a UCV. | Institucionalizar as relações entre Pólos da UCV; Dotar as instituições de nível superior de capacidade formativa e de investigação. | Criação da Comissão Instaladora da UCV; Definição das atribuições e regras de funcionamento da Reitoria; Estruturação e competência dos Pólos Universitários. | a) Comissão Instal. a funcionar; | | | | 500 |
| | | | | b) Reitoria da UCV instalada; | | | | 12.500 |
| | | | | c) Pólos Universit. criados e consolid. | | | | 25.000 |
| Acção 1.4 Desenvolvimento da Investigação Científica (I.C). | Criar e dinamizar Unidades de Investigação Científica. | Promover o debate e a cooperação entre as Unidades de I.C. | Criação de Unidades de Inv. Científica nas instituições de E. Sup. Realização de Encontros e Debates; Elab. estatuto trabalh. científico | Unidades de I.Cient. estruturadas em todas as instit. de E. Sup.; | | | | 2.000 |
| | | | | Estatuto e carreira do trabalhador científico elaborado. | | | | 1.500 |
| Subtotal | | | | | | | C.F C.I | 10.000 37.500 |

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Componente 2: Consolidação e Expansão das Instituições de Ensino e Investigação

| Acções | Objectivos | Estratégia | Actividades | Resultados Esperados | | | Custos (contos) | |
|---|---|--|--|--|------|------|--------------------------|----------------------------------|
| | | | | Descrição | 1ªF. | 2ªF. | | 3ªF. |
| Acção 2.1 Apoio à organização de novos cursos e à descentralização das activid. formativas. | Adequar a oferta de cursos superiores às necessidades do desenvolvimento económico nacional e regional. | Apreciar as necessidades em Quadros Superiores; Mobilizar os Parceiros Sociais para o apoio ao desenvolvimento de novos cursos. | Criação de um observatório sobre as neces. de Quadros Superiores; Dinamização de acordos de cooper. p/ o desenho de novos cursos. | Observatório em funcionamento; | | | | 1.500 |
| | | | | Cursos criados e a funcionar em diversas instituições; | | | | 50.000 |
| | | | | Utilização de metodologias descentralizadas. | | | | 10.000 |
| Acção 2.2 Apoio às instituições de Ensino Superior privadas. | Reforçar a criação e o funcionamento de instituições de Ens. Superior privadas. | Criar incentivos e facilitar o funcionam. de instituic. Privadas; | Elaboração de legislação adequada; Promoção de redes de cooperação integrando estas instituições; Apoio financeiro ao seu funcionamento. | Criação e funcionamento de instituições de E.Sup. privadas em diversas regiões do país | | | | 3.000 40.000 |
| Acção 2.3 Apoio Social Escolar. | Melhorar a equidade e as condições de estudo dos mais desfavorecidos. | Mobilizar parceiros sociais; Desenvolver mecan. de reembolso bolsas; Organiz. campanhas de solidariedade. | Atribuição de bolsas de estudo; Apoio a lares, cantinas e residências; Desenv. de política do livro escolar. | Aumento do nº de bolsas reemb. no país; | | | | 4.500 |
| | | | | Construção e apoio de cantinas e residências | | | | 200.000 |
| | | | | Livros e manuais disponíveis. | | | | 20.000 |
| Acção 2.4 Criação de Centros de Investigação Científica. | Reforçar e dinamizar a I.C. nas instituições de Ensino Superior | Promover a criação de Centros para o desenvolv. da I.C.; Estabelecer acordos de cooperação com instituições estrang. | Organização dos Centros e recruta. de Quadros; Desenvolvimento de projectos de I.C; Formação de Investigadores. | Centros de I.C a funcionar em todas as instit. de E. Sup.; | | | | 200.000 |
| | | | | Acordos de coop. estabelecidos; | | | | 1.500 |
| | | | | Investigadores formados. | | | | 10.000 |
| Subtotal | | | | | | | C.F C.I | 100.000 440.000 |

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Componente 3: Recrutamento e Valorização de Docentes e Trabalhadores Científicos

| Acções | Objectivos | Estratégia | Actividades | Resultados Esperados | | | Custos (contos) |
|--|---|---|--|---|------|------|-----------------|
| | | | | Descrição | 1ªF. | 2ªF. | |
| Acção 3.1 Criação de condições para o recrutamento e estabilização do corpo docente. | Melhorar, e aumentar o corpo docente do Ensino Superior | Recrutar quadros para o corpo docente das instituições de E. Sup. | Mobilizar quadros na diáspora; Acompanhar os diplomados recém formados; | Aumento significativo do número de profes. em serviço no E. Sup. | ■ | | 3.000 |
| | | Melhorar as condições de trabalho nas diversas instituições. | Apoiar as instituições de formação no recrutamento docente. | Estatuto e carreira docente do Ens. Sup. reformulada. | ■ | | 2.000 |
| Acção 3.2 Apoio aos programas de pós graduação para docentes do Ensino Superior. | Dotar as instituições de ensino superior de capacidades adequadas às exigências do desenvolvimento deste nível. | Estabelecer acordos com instituições estrangeiras; Criar condições para a implementação de program. de pós-grad. em instit. nacionais. | Organização de programas de pós graduação; Elaboração de propostas por instit.; Seleção e acompanh. dos formandos. | 60% dos Quadros Docentes das instituições de E.Sup. recebem formação; | ■ | | 300.000 |
| Acção 3.3 Organiz. e dinamiz. da Investigação Científica (I.C). | Utilizar a investigação científica aplicada para desenvolver o país. | Elaborar projectos de investigação para serem apoiados por entidades públicas e privadas. | Implementar projectos nas diversas áreas científicas, sociais e económicas; Investir no desenvolv. das unidades de I.C. | Centros de Investig. fortalecidos; Projectos implementados; Unidades de I.C auto-sustentadas; | | ■ | 10.000 |
| C.F | | | | | | | 315.000 |
| Subtotal | | | | | | | |

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Componente 4: Desenvolvimento da rede de estabelecimentos de Ensino Superior

| Acções | Objectivos | Estratégia | Actividades | Resultados Esperados | | | Custos (contos) | |
|---|--|---|--|---|------|------|--------------------------|--------------------------------|
| | | | | Descrição | 1ªF. | 2ªF. | | 3ªF. |
| Acção 4.1 Construção e equipamento de Institutos e Escolas Superiores. | Melhorar e alargar a oferta de E.Sup. em diversas regiões do país. | Mobiliz. de parceiros nacionais e internac. Para a criação de novas instituições; Apoio à criação de delegações das instit. de Ens. Sup. | Construção de edifícios para 4 novas instituições; Equipamento das instit. e dos seus Centros de Investig. | 1. Ciênc. Soc. Hum. | | | X | 40.000 |
| | | | | 2. Ciências e Tecnol. | | X | | 80.000 |
| | | | | 3. Saúde e Nutrição | | X | | 40.000 |
| | | | | 4. Arte e Design. | X | | | 40.000 |
| Acção 4.2 Reabilitação e ampliação de instituições de Ensino Superior e Investig. Científica. | Consolidar e reforçar a rede de instituições de Ens. Superior e Inv. Científica. | Recurso à cooperação bilateral. Fundos e créditos bancários. | Construção/Adaptação de edifícios para 10 Delegações e/ou Instituições Privadas. Equipamento das 10 Instituições. | E./F.Profes. – 3 Deleg. | XX | X | | 150.000 |
| | | | | Ciênc./Tecn.– 1 Deleg. | | | X | |
| | | | | Econ./Gest. – 3 Deleg. | X | X | X | |
| | | | | Saúde/Nutr – 2 Deleg. | | | XX | |
| | | | Arte/Design – 1 Deleg | | | X | | |
| Acção 4.3 Criação e dinamizaç. de Centros Integrad. de Recursos (CIR). | Instalar os meios e equipamentos para montagem de uma rede de formação a distância; Descentralizar o Ensino Superior. | Criar Centros Integrados de Recursos para implementação de actividades formativas na modalidade de ensino a distância. | Definição dos locais e dos equipam. neces.; Organização de cursos de ensino a distância; Formar os docentes dos CIR. | 10 CIR a funcionar em diversos Concelhos do país (*); 40 docentes formados para apoiarem o funcionam. dos CIR. | | | | 50.000 |
| | | | | | | | | 5.000 |
| Subtotal | | | | | | | C.F C.I | 5.000 400.000 |

Nota: (*) - 6 destes Centros deverão ser criados no âmbito do Plano de Acção para o Ensino Básico (Formação de Professores). Para o actual Plano de Acção, propõe-se a utilização destes 6 Centros e a construção de 4 outros.

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

Componente 5: Fomento das Parcerias e do Intercâmbio Científico e Tecnológico

| Acções | Objectivos | Estratégia | Actividades | Resultados Esperados | | | Custos (contos) | |
|---|---|---|---|--|------|------|-----------------|---------------|
| | | | | Descrição | 1ªF. | 2ªF. | | 3ªF. |
| Acção 5.1 Promoção de parcerias entre as instituições de E. Superior e o mundo empresarial. | Reforçar as parcerias com organizações sociais e empresariais. | Mobilizar os parceiros sociais; | Estabelecimento de acordos de cooper.; | Acordos de cooperaç. estabelecidos; | | | | 500 |
| | | Proporcionar serviços de qualidade; | Divulgação científica e tecnológica; | Realização de conferênc. e seminár.; | | | | 1.000 |
| | | Delinear projectos de interesse para a comunidade. | Desenvolvimento de projectos de investig.. | Concretização de Projectos. | | | | 5.000 |
| Acção 5.2 Apoio ao estabelecimento de acordos e convénios de cooperação. | Melhorar as relações de cooperação com instituições nacion. e estrangeiras. | Fortalecer os acordos existentes; | Desenvolvimento de acordos de cooperaç.; | Acordos e convénios assinados e reforçados | | | | 20.000 |
| | | Aumentar e diversificar contactos e relações de cooper. | Apoio ao intercâmbio de profess. e estud.. | Projectos comuns implementados; | | | | |
| | | | | Activ. de formação e investig. concretizadas | | | | |
| Acção 5.3 Reforço das redes internacionais de cooperação ao nível do Ensino Superior e Investig. Científica | Alargar o âmbito e a acção das instituições de Ens. Superior. | Facilitar o intercâmbio de conhecimentos e a mobilidade de docentes e estudantes. | Integração das instituições de E.Sup. em redes regionais e internacionais de cooperação científica. | Colaboração em actividades de caracter multidisciplinar; | | | | 3.500 |
| | | | | | | | C.F | 30.000 |
| Subtotal | | | | | | | 30.000 | |
| Total Parcial | | | | Custos de Funcionamento | | | 460.000 | |
| | | | | Custos de Investimento | | | 877.500 | |

10. MODALIDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Uma vez aprovado o actual Plano Estratégico, será necessário mobilizar os Serviços Centrais e Regionais do MEVRH a fim de se poderem implementar as acções propostas para desenvolvimento dos diferentes sub-sistemas e níveis educativos.

Para o efeito deverá ser criada uma **comissão de supervisão** do Plano Estratégico presidida pelo Director do GEP e constituída pelos responsáveis da IGE, DGEBS, DGAEA e DGESC.

Esta comissão deverá coordenar e dinamizar as actividades de **comissões técnicas** que deverão ser criadas ao nível:

- da Pequena Infância;
- do Ensino Básico Integrado;
- da Alfabetização e Educação de Adultos;
- do Ensino Secundário Geral;
- do Ensino Secundário Técnico;
- do Ensino Superior e Investigação Científica.

Cada uma destas comissões deverá ser constituída por quatro elementos responsáveis pelas questões relacionadas com os aspectos:

- institucionais e legais;
- pedagógico-didácticos;
- formação e valorização dos recursos humanos;
- construção, reabilitação e equipamento das instalações.

Estes elementos deverão pertencer, quer aos Serviços e Instituições de Formação do MEVRH, quer às organizações e entidades operando nos respectivos níveis educativos. Para cada um destes níveis haverá que organizar, monitorar e avaliar as acções a empreender de acordo com a estratégia apresentada nos quadros referentes aos "Planos de Acção" para os diferentes níveis educativos e com os necessários ajustamentos à programação proposta para essas acções.

1. Para a **Pequena Infância** haverá que:

- alargar e desenvolver o atendimento deste sector;
- promover a coordenação e integração das actividades;
- formar os agentes educativos;
- reforçar a capacidade das famílias mais desfavorecidas.

2. Para o **Ensino Básico** será necessário promover:

- a consolidação e desenvolvimento do sistema;

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO

- a qualidade e equidade das aprendizagens;
 - a formação e qualificação dos seus professores;
 - a gestão, a avaliação e a acção social escolar;
 - o reforço das Delegações do MEVRH e o desenvolvimento de parcerias com as organizações sociais.
3. Para a **Alfabetização e Educação de Adultos** será necessário promover:
- a informação, sensibilização e mobilização social;
 - o recrutamento e formação dos agentes educativos;
 - a melhoria dos recursos pedagógicos;
 - o reforço das instalações e equipamentos educativos;
 - o desenvolvimento da Alfabetização, da Formação Profissional de Base, do Ensino a Distancia, da Educação Recorrente e da Animação Comunitária;
 - o acompanhamento e avaliação das actividades de Educação de Adultos.
4. Para o **Ensino Secundário** haverá que:
- reformular a organização curricular dos seus diversos níveis e modalidades;
 - formar e qualificar os seus recursos humanos;
 - estabelecer uma forte ligação ao mundo do trabalho;
 - consolidar e expandir a rede escolar;
 - reforçar a gestão e os apoios institucionais.
5. Para o **Ensino Superior e Investigação Científica** será necessário:
- reorganizar as estruturas de coordenação e dinamização;
 - consolidar e expandir as instituições de ensino e investigação;
 - valorizar o corpo docente e os trabalhadores científicos;
 - desenvolver a rede de estabelecimentos de Ensino Superior;
 - Fomentar parcerias e o intercâmbio científico e tecnológico.

A actividade das **comissões técnicas** deverá ser direccionada para a implementação de Planos Operacionais relacionados com as medidas, os projectos e os programas incluídos nas orientações estratégicas referidas neste documento, tendo em atenção a sua priorização e as disponibilidades financeiras existentes.